

SIRLEI APARECIDA FERNANDES

**GÊNERO E POLÍTICAS DE CRÉDITO:
O PRONAF-MULHER EM SANTA CATARINA**

Dissertação entregue como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Sociologia Política, pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política do Departamento de Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Maria Ignez S. Paulilo

Florianópolis

2008

TERMO DE APROVAÇÃO

SIRLEI APARECIDA FERNANDES

GÊNERO E POLÍTICAS DE CRÉDITO: O PRONAF-MULHER EM SANTA CATARINA

Dissertação _____ como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Sociologia Política no Curso de Pós-Graduação em Sociologia Política do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, pela seguinte banca examinadora:

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Maria Ignez S. Paulilo
Departamento de Sociologia e Ciência Política (UFSC)

Membro: Prof^º Dr. Ademir Antonio Cazella
Departamento de Zootecnia e Desenvolvimento Rural (UFSC)

Membro: Prof^ª Dr^ª. Elizabeth Farias da Silva
Departamento de Sociologia e Ciência Política (UFSC)

Suplente: Dr^ª. Janice Tirelli Ponte de Sousa
Departamento de Sociologia e Ciência Política (UFSC)

Coordenadora: Prof^ª Dr^ª. Lígia Helena Hahn Luchmann
Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política (UFSC)

Florianópolis, __ de _____ de 2008

AGRADECIMENTOS

O mestrado chega ao fim, mais uma etapa concluída. É uma conquista e um sonho realizado. Um sonho que nasceu quando eu ainda era criança e que, por uma série de limitações econômicas e culturais, muitas vezes achei que não se realizaria. Sonho que ganha materialidade graças à solidariedade de amigos, colegas e parentes que ao longo da minha caminhada deram-me apoio e possibilitaram a oportunidade desta conquista.

Agradeço em especial à minha tia Salete, que convenceu meu pai a deixar-me continuar os estudos quando terminei a quarta série do Ensino Fundamental. Foi graças a ela e a sua companhia que consegui matricular-me e frequentar o curso supletivo (modulado: estudava em casa e a cada 15 dias ia até a sede do município fazer as provas) do Ensino Fundamental.

Agradeço a meus irmãos, em especial à minha irmã Gisa, com quem partilhei dúvidas e angústias cotidianas, e ao Artemio, que na época do supletivo, mesmo sendo pequeno, acompanhava-me até a parada do ônibus. Essa parada era longe de minha casa e ele ficava ali, aguardando-me por quatro horas até eu retornar – na época, moça de família não podia andar sozinha.

Aos demais membros da minha família, que, muito embora não entendam o significado deste momento, contribuíram indiretamente para ele.

No caminho para a universidade, lembro a acolhida da Eloi Conrado de Moraes e de d. Maria e suas respectivas famílias, que me possibilitaram a vinda para Florianópolis. Já na universidade, sou grata às colegas do Núcleo de Estudos sobre Agricultura Familiar, pessoas que em todos os momentos deram-me apoio: Lara Bauermann, com quem partilhei dúvidas e angústias cotidianas; Kelem G. Rosso e Valdete Boni, que dispuseram de seu tempo para ler alguns capítulos da dissertação e fazer seus comentários; Edenilse Pellegrini da Rosa, Márcia Mazzon e Valdete pelos diálogos que tivemos sobre o tema desde a elaboração do projeto de seleção. Agradeço igualmente a minha amiga Liomar Arouca, que disponibilizou sua casa para minha estadia na fase final da redação da dissertação.

Meu terno reconhecimento à minha orientadora Maria Ignez S. Paulilo, que nos momentos de dificuldades pessoais e nas horas de dor (problemas de saúde de minha mãe; morte dos meus três tios em acidente de carro no dia do velório de meu avô; morte do meu

sobrinho recém-nascido), soube apoiar. Estendo essas palavras à Albertina e à Fátima, secretárias do Programa de Pós-Graduação que sempre me deram apoio para a realização da pesquisa, bem como ao Oto pelo auxílio no conserto dos computadores. Agradeço acima de tudo à Maria Ignez, que nas suas férias de janeiro dedicou-se à correção de parte de minha dissertação, soube cobrar e soube esperar. Agradeço a Vilênia Porto pela ajuda na tradução do francês; aos colegas do mestrado, que nos seminários de pesquisa leram o projeto e deram suas contribuições.

Agradeço carinhosamente às mulheres entrevistadas tanto em Cerrito quanto em Palmitos, pela acolhida em suas casas, pela disposição de seus tempos e pela colaboração nos depoimentos, bem como aos demais entrevistados.

Agradeço igualmente à Ângela Della Flora e a Ivandro Valdameres e a sua respectiva família (pai, mãe, irmão e cunhada) pela acolhida e guia no trabalho de campo em Palmitos. Também agradeço a colaboração de Maurício e Lidiane, ambos do Ministério do Desenvolvimento Agrário de Florianópolis, que colaboraram ao dispor-me dados e por serem companheiros nos encontros sobre o tema crédito e gênero em Santa Catarina.

Agradeço igualmente a outras pessoas – que são muitas (e que, por isso, não citarei seus nomes) – que em algum momento da minha vida de bolsista de iniciação científica e também de monitoria foram colegas e colaboradoras no processo do conhecimento.

Para finalizar, agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior (Capes) pela concessão da bolsa durante o mestrado, que me foi de grande valia por possibilitar a dedicação exclusiva à pesquisa, favorecendo as idas a campo segundo a disponibilidade dos(as) entrevistados(as). Sem essa ajuda, dificilmente eu poderia realizar a pesquisa em dois espaços diferentes e ao mesmo tempo participar de encontros e discussões sobre o tema, além de produzir e publicar artigos sobre o tema para eventos científicos.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
O rural no Brasil: algumas especificidades	3
A agricultura familiar.....	4
CAPÍTULO I – O QUE SE ENTENDE POR CRÉDITO	7
1.1 Nem todo pequeno crédito é microcrédito	8
1.2 Origem do microcrédito	10
1.3 Contexto socioeconômico e o surgimento do Pronaf	11
1.4 O Pronaf e a inclusão das mulheres rurais no crédito	14
1.5 O crédito e as mulheres	20
1.6 Pronaf-Mulher dentro das cotas.....	21
1.7 O debate teórico sobre as cotas.....	24
CAPÍTULO II – CONTRIBUIÇÕES TEÓRICOS SOBRE GÊNERO E EMPODERAMENTO	26
2.1 Como entendemos o gênero	30
2.2 Discussões de gênero na agricultura familiar	33
2.3 O papel duplo dos diferentes capitais: reprodução e possibilidades de mobilidade	35
2.4 O acesso aos diferentes capitais e o aumento de bem-estar e liberdade das mulheres	38
2.5 Empoderamento e a possibilidade da mudança	40
2.6 Empoderamento e gênero nas políticas públicas	42
2.7 Trabalho feminino e empoderamento econômico	45
CAPÍTULO III – CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DO UNIVERSO DA PESQUISA.....	50
3.1 Região Oeste.....	53
3.1.1 Microrregião de Chapecó: formação cultural e estrutura fundiária.....	55

3.1.1.1 Palmitos.....	58
3.2 Região Serrana.....	59
3.2.1 Microrregião de Campos de Lages: estrutura fundiária.....	60
3.2.1.1 São José do Cerrito	62
3.3 Observações empíricas: rupturas e permanências	63
3.4 Diferenças e semelhanças nos municípios pesquisados.....	69
CAPITULO IV – MULHERES RURAIS E PRONAF	75
4.1 A seletividade das políticas públicas e os diferentes capitais	84
4.2 A sucessão hereditária e a falta de perspectivas econômicas para as mulheres	87
4.3 O acesso ao crédito traz benefícios ou empoderamento?.....	90
4.4 Divisão do trabalho doméstico e poder de decisão.....	95
4.5 Mulheres sem acesso ao Pronaf.....	99
4.6 Representações dos gestores das políticas públicas sobre gênero e crédito.....	101
CONSIDERAÇÕES GERAIS.....	110
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	115
ANEXOS.....	123

LISTA DE QUADROS, TABELAS E MAPAS

Quadro 1 – Resumo cronológico das principais mudanças e conquista do Pronaf em nível nacional	p. 16
Quadro 2 – Resumo dos quatro conceitos de capital de Bourdieu	p. 36
Quadro 3 – Perfil geral das entrevistadas em Cerrito e em Palmitos	p. 78
Tabela 1 – Principais entraves e reclamações encontrados pelas mulheres para obter o crédito	p. 19
Tabela 2 – Comparação de escolaridade e renda entre Cerrito e Palmitos (1991)	p. 70
Tabela 3 – Comparação da escolaridade e da renda entre Cerrito e Palmitos (2000)	p. 71
Tabela 4 – Distribuição por faixa etária das mulheres entrevistadas que acessaram o Pronaf em Cerrito e em Palmitos (2000 - 2007; em %)	p. 85
Tabela 5 – Grau de escolaridade das mulheres entrevistadas que acessaram o Pronaf em Cerrito e em Palmitos (2000 - 2007; em %)	p. 86
Tabela 6 – Número de filhos das mulheres entrevistadas que acessaram o Pronaf em Cerrito e Palmitos (2000-2007; em %)	p. 88
Tabela 7 – Motivações e incentivos para acessar o Pronaf	p. 92
Tabela 8 – Benefícios mencionados pelas mulheres após terem obtido o Pronaf	p. 94
Tabela 9 – Divisão dos trabalhos domésticos (em %)	p. 96
Tabela 10 – Atividades que as mulheres gostariam de financiar	p. 97
Mapa 1 – Mesorregiões de Santa Catarina	p. 52
Mapa 2 – Microrregiões de Santa Catarina	p. 53

LISTA DE SIGLAS

Acaresc – Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina

AM – Associação dos municípios

AMAI – Associação dos Municípios do Alto Irani

Amarp – Associação dos Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe

Amauc – Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense

Amavi – Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí

Amerios – Associação dos Municípios do Entre Rios

Amesc – Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense

Amfri – Associação dos Municípios da Foz do Rio Itajaí

Ammoc – Associação dos Municípios do Meio Oeste Catarinense

Ammvi – Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí

Amoroest – Associação dos Municípios do Noroeste Catarinense

Amoesc – Associação dos Municípios do Extremo Oeste Catarinense

Amosc – Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina

Ampla – Associação dos Municípios do Planalto Norte Catarinense

Amplasc – Associação dos Municípios do Planalto Sul Catarinense

Amrec – Associação dos Municípios da Região Carbonífera

Amunesc – Associação dos Municípios do Nordeste de Santa Catarina

Amurc – Associação dos Municípios da Região do Contestado

Amurel – Associação dos Municípios da Região de Laguna

Amures – Associação dos Municipais da Região Serrana

Amvali – Associação dos Municípios do Vale do Itapocu

Bancob – Banco de Crédito Cooperativo do Brasil

BB – Banco do Brasil

Bndes – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CEB – Comunidade Eclesial de Base

Cepagro – Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo

CIAT – Comissão de Implantação de Ações Territoriais

CMDR – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural

Consad – Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local

Contag – Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura

Crecer – Cooperativa de Crédito Rural da Agricultura Familiar com Interação Solidária

Crehnor – Cooperativa Central de Crédito Rural dos Pequenos Agricultores e da Reforma Agrária

Cresol – Cooperativa de Crédito com Interação Solidária

CUT – Central Única dos Trabalhadores

DAP – Declaração de Aptidão ao Pronaf

Deser – Departamento de Estudos Sócio-Econômicos

Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

Epagri – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina.

FAO – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação

FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador

Febraban – Federação Brasileira de Bancos

Granfpolis – Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICC Portosol – Instituição Comunitária de Crédito Portosol

Icepa – Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina

Incrá – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MED - Mulher e Desenvolvimento

MMA – Movimento de Mulheres Agricultoras

MMC – Movimento de Mulheres Camponesas

MP – Medida Provisória

MPA – Movimento de Pequenos Agricultores

MRG – Microrregião Geográfica

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra

ONG – Organização não-governamental

Pigre – Programa de Igualdade de Gênero, Raça e Etnia

PJ – Pastoral da Juventude

PNCF – Programa Nacional de Crédito Fundiário

Ppigre – Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia

Procera – Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária

Proger – Programa de Geração de Emprego e Renda

Pronaf – Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar

Provap – Programa de Valorização do Pequeno Agricultor

PT – Partido dos Trabalhadores

SDR – Secretaria de Desenvolvimento Rural

Sicoob – Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil

SOF – Sempre Viva Organização Feminista

RESUMO

Esta pesquisa procurou verificar a capacidade de empoderamento econômico das mulheres rurais de Santa Catarina, por meio do acesso aos recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, na modalidade “Mulher” (Pronaf-Mulher, linha de investimento). A pesquisa desenvolveu-se em duas regiões catarinenses: a Serrana e a Oeste. Constatamos em campo que nas duas regiões as mulheres buscam o crédito do Pronaf em sua modalidade de custeio (Pronaf-Custeio), ao passo que o Pronaf-Mulher tem sido procurado apenas na região Oeste. Investigamos os motivos e as diferenças percebidas pelas mulheres ao terem acesso a cada uma dessas modalidades de crédito. A pesquisa apontou alguns entraves, no acesso ao crédito, comuns às duas regiões, como o excesso de burocracia, a falta de abertura e vontade para a inclusão do tema do gênero nas instituições operadoras de crédito e a prioridade de concessão do crédito às mulheres mais capitalizadas; constatamos, ainda, que a escolaridade dos membros da família tem sido um aliado na hora de demandar políticas públicas e na conquista da cidadania, tanto das mulheres como dos demais membros da família. No que se refere ao empoderamento econômico e, em consequência, à conquista de maior liberdade por parte das mulheres, nossa pesquisa apontou para a necessidade de mudanças nas políticas de crédito, para que se possa incluir de fato as necessidades consideradas “femininas”. Quanto às diferenças resultantes do acesso ao Pronaf-Mulher ou ao Pronaf-Custeio, as mulheres que obtiveram o primeiro revelaram melhoras significativas no bem-estar próprio e dos demais membros da família, fato que não se concretizou com as mulheres que buscaram o segundo tipo de crédito. O Pronaf-Mulher por si só não é capaz de promover o empoderamento econômico das mulheres; todavia, se houver mudanças, ele pode ser um instrumento necessário nessa conquista. Para que o empoderamento econômico das mulheres no meio rural ocorra é necessária maior abertura para a inclusão das questões de gênero nas diferentes instituições que operam o crédito e na sociedade como um todo. A falta de perspectiva econômica para as mulheres no meio rural é maior que para os homens, o que tem contribuído para a maior migração daquelas para os centros urbanos. Por fim, percebemos que essa migração tem ocorrido, mas, surpreendentemente, dentre as que menos migram são as *mais* e as *menos* capitalizadas. Assim como outros estudos, sugerimos que a permanência no meio rural deve-se, no caso das mulheres mais capitalizadas, aos fatos de terem condições

de investir nas propriedades e de terem mais acesso ao crédito; no caso das menos capitalizadas, essa permanência deve-se à ausência de condições de sair do meio rural.

Palavras-chave: mulheres; gênero; Pronaf; empoderamento econômico; políticas de crédito; Santa Catarina.

ABSTRACT

The purpose of this research was to verify rural women's capacity of economic empowerment through access to resources from the National Program for the Strengthening of Family Agriculture in the modality of "Woman" (Pronaf-Mulher), in the state of Santa Catarina. The research was carried out in two regions: Serrana (Mountainous) and Western. In both of these women were observed to seek Pronaf credit most often in the modality of working capital (Pronaf-Custeio) rather than from Pronaf-Mulher which was only being sought in the western region. We looked into their reasons and differences perceived when accessing each modality of credit. A few hindrances were observed in access to credit in both regions, such as excessive bureaucracy, lack of openness and good will by credit institutions in acknowledging the gender issue and a favouring of women with better financial resources in credit granting. We also observed that the level of education of family members (both men and women) had a key influence in their ability to achieve and exercise citizenship, for instance in demanding public policies. As far as women's economic empowerment and, consequently, greater freedom is concerned, our research has pointed to the need for a change in credit policies so as to effectively include those needs considered as "feminine". In relation to differences perceived as a consequence of access to Pronaf-Mulher and Pronaf-Custeio, women who obtained credit from the first claimed to have made considerable improvements in their own and their family's welfare, something which could not be said by those who obtained credit from the latter. Pronaf-Woman is in itself incapable of generating women's economic empowerment. But, given a few alterations, it can be an essential tool in the process. Women's economic empowerment in rural areas demands that there be a greater acceptance of gender issues both in credit institutions and society as a whole. The lack of economic perspective in rural areas is more severe for women than men, which has contributed to their migration into urban centers. Finally, we observed that this kind of migration did occur, but, surprisingly, it was least often undertaken by the women with the best and worst financial situations. As has been suggested by previous studies, we attribute this remaining in rural areas to the possibility of investing in private properties and accessing credit, in the case of better-off women, and the complete lack of conditions to leave the field, in the case of the poorest women.

Keywords: women; gender; Pronaf; economic empowerment; credit policies; Santa Catarina.

INTRODUÇÃO

Esta dissertação propõe-se a discutir a exclusão e a desigualdade de gênero vividas pelas mulheres no meio rural, em especial pelas mais pobres. A exclusão aqui tratada refere-se ao acesso desigual à política de crédito, ou melhor, ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf-Mulher e de Custeio). O processo de exclusão das mulheres das políticas públicas e o desprestígio dos trabalhos realizados pelas mulheres, em particular o trabalho doméstico, considerado “improdutivo” na ótica produtivista do mercado capitalista, sempre foi assunto marginal em programas de governo e dos gestores de tais programas. Essa realidade, embora questionada, tem mudado muito lentamente, graças às pressões exercidas pelos movimentos sociais organizados com forte aval das feministas. Assim sendo, propomo-nos ao trabalho empírico para verificar se o Pronaf-Mulher é uma política de crédito capaz de: a) possibilitar o empoderamento econômico das mulheres rurais; b) contemplar a especificidade das questões de gênero e c) tratar com equidade as questões socioculturais e econômicas das mulheres no meio rural.

Para melhor situarmos a discussão, a presente dissertação divide-se em quatro capítulos. No primeiro, tratamos das seguintes questões: a) conceituações de crédito, microcrédito e suas implicações metodológicas; b) contexto de surgimento do Pronaf; c) normatizações do Pronaf e inclusão das mulheres no acesso ao crédito; d) cotas e a “discriminação” de gênero na obtenção de recursos. Este capítulo mostra a origem do Pronaf e suas mudanças ao longo dos anos, tais como, a redução nas taxas de juros, a inclusão de novas linhas de crédito, a criação da linha de microcrédito para os mais pobres. Procuramos mostrar suas limitações e a importância das suas adaptações para a melhoria e manutenção da agricultura familiar e da inclusão de gênero neste contexto. No capítulo dois, analisamos as contribuições teóricas e conceituais sobre as discussões de gênero e empoderamento das mulheres. Mostramos neste capítulo a importância do empoderamento econômico como um dos meios para se buscar a emancipação da mulher e garantir a sua cidadania. A partir das teóricas feministas, mostramos o silêncio das políticas macroeconômicas sobre a contribuição das mulheres nas políticas de desenvolvimento e o descaso com o trabalho doméstico. Apresentamos a importância dos capitais econômico, social e cultural como forma de mobilidade social e melhoria na qualidade de vida tanto das mulheres quanto dos demais membros da família. No capítulo três temos: a) algumas considerações sobre a formação

socioeconômica e cultural da região pesquisada; b) sucinta abordagem empírica sobre rupturas e continuidades no que diz respeito às questões de gênero e geração e c) diferenças e semelhanças socioeconômicas entre os municípios pesquisados. No capítulo quatro apresentamos um balanço dos dados empíricos sobre o acesso das mulheres ao crédito e seus desdobramentos quanto à possibilidade de um empoderamento econômico, bem como a implicação prática (benefícios e entraves) do crédito no dia-a-dia das mulheres rurais. Neste capítulo colocamos as diferenças substanciais entre acessar o Pronaf- Custeio e o Pronaf-Mulher, lembrando que o último é uma linha de crédito voltada para o investimento. Mostramos ainda, as limitações e o descrédito que as mulheres enfrentam na busca ao crédito, a falta de apoio nas instituições financeiras, os limites financeiros impostos ao enquadramento dos projetos, a falta de liberdade na escolha do que se quer financiar, entre outros.

Os recursos metodológicos utilizados neste trabalho resultaram de uma associação entre técnicas quantitativas e qualitativas. O procedimento adotado partiu primeiramente dos dados estatísticos levantados em diferentes fontes da internet, entre eles portais eletrônicos de entidades como o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC). A participação em eventos sobre os temas do gênero e do crédito e consultas a fontes bibliográficas referentes ao assunto também foram de grande importância. Após esses levantamentos, fizemos a pesquisa empírica nos municípios de São José do Cerrito (que chamaremos aqui apenas de “Cerrito”) e Palmitos, ambos em Santa Catarina. Foram feitas entrevistas com mulheres que utilizaram o Pronaf-Mulher e o Pronaf-Custeio, com agentes envolvidos com o crédito, entre eles técnicos da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri) e do Banco do Brasil (BB), bem como representantes de movimentos sociais e cooperativas de crédito.

Os critérios para a seleção dos municípios pesquisados foram os seguintes: o município de Palmitos, pertencente à mesorregião Oeste do estado, foi selecionado por apresentar nas estatísticas o maior número de acessos ao Pronaf-Mulher, o contrário acontecendo com o segundo, São José do Cerrito, com nenhum registro de acesso. O segundo município pertence à mesorregião Serrana e, no ano de 2000, apresentava o 13º pior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do estado de Santa Catarina (CAZELLA, 2005).

Em termos mais gerais, as considerações desenvolvidas apontam para um acesso desigual às políticas de crédito por parte das mulheres, o que implica dizer que a discussão de gênero, como categoria analítica, resulta em assimetria de oportunidades e poder entre

homens e mulheres. Implica também uma prática institucionalizada de seletividade das políticas públicas, colocando as mulheres em níveis desiguais entre si em função da lógica produtivista, ou seja, as mais capitalizadas têm mais acesso aos recursos de financiamento, restando às mais pobres maior exclusão.

O rural no Brasil: algumas especificidades

Pesquisadores de diversas áreas do conhecimento como a Antropologia, a Economia, a Agronomia, a Sociologia e a História têm estudos direcionados ao meio rural brasileiro. Esses diferentes olhares, por um lado, enriquecem as análises desse contexto mas, por outro, resultam em uma multiplicidade de definições e classificações do que é rural no Brasil. Estudos oriundos das interpretações dos clássicos das Ciências Sociais apontavam para a dicotomia rural (lugar tradicional) *versus* urbano (espaço moderno). Estudos mais recentes apontam para a diluição de tais fronteiras. A metodologia adotada para definir o rural nem sempre aponta para critérios universais, como demonstra José Eli da Veiga (2002), ao afirmar que o Brasil é menos urbano do que se calcula. O critério comumente usado identifica como urbana toda e qualquer sede de município e mesmo as sedes distritais. Seguida a regra ditada pelo Decreto-Lei n. 311/1938, criado durante a ditadura do primeiro governo Vargas, no ano 2000 o Brasil teria atingido um grau de urbanização de 81,2%.

Se compararmos esse resultado com o de muitos países desenvolvidos que adotam, além do critério populacional, também a densidade populacional e a localização geográfica, chegaremos a conclusões bastante distintas. De acordo com esses critérios, o Brasil essencialmente rural é formado por 80% dos municípios, onde reside aproximadamente 30% da população brasileira. Assim, para Veiga, esse é o Brasil rural e suas sedes municipais são apenas “cidades imaginárias”. Esse autor aponta para a necessidade de as políticas públicas desconstruírem as dicotomia rural-urbano para pensar em políticas de desenvolvimentos territoriais e não apenas setoriais.

A heterogeneidade das formas de reprodução social dos atores que vivem nesse espaço e do modo de produção adotado, incluindo-se a pluriatividade e a multifuncionalidade, vão além das atividades ligadas apenas à agropecuária (CAZELLA & MATTEI, 2002). Veiga (2002), em vários momentos, afirma que a ampliação das atividades rurais não-agrícolas no campo não implica uma “desterritorialização do espaço urbano-rural”. Assim, “por mais que a estrutura organizacional da economia rural tenha se tornado semelhante à economia urbana”, as mudanças não foram suficientes para reduzir os contrastes entre ambas. Ao contrário,

entende o autor que “o desenvolvimento leva à revitalização do ambiente natural e não à ‘urbanização do campo’”. Não temos a intenção aqui de apontar consensos e, muito menos, de aprofundar a discussão sobre o tema, apesar de sua relevância. Mas precisamos lembrar que, mesmo não falando de uma “urbanização do campo”, os padrões culturais e de consumo no espaço rural em muito se assemelham ao urbano e implicam novas demandas de políticas públicas capazes de contemplar tais mudanças.

A agricultura familiar

No que se refere aos atores envolvidos na agricultura familiar e à estrutura econômica em que estão inseridos, podemos apontar também para dissensos que levam a diferentes conceituações. Entendemos que o meio rural é tanto composto por agricultores capitalizados, mais inseridos nos mercados e com maior grau de uso de máquinas, insumos e crédito, quanto por uma grande parcela desprovida desses recursos. Atualmente, a distinção usada tem sido entre agricultura familiar e agricultura patronal. A agricultura de base patronal é mais especializada e visa a maximizar a competitividade do *agribusiness*¹, tanto interna quanto externamente. Nossa atenção voltar-se-á para a agricultura familiar.

A expressão “agricultura familiar” congrega uma grande heterogeneidade de modos e estilos de vida que derivam das diferentes formas e estratégias de sobrevivência adotadas pelos produtores que vivem dessa atividade. Apesar dos limites que o conceito apresenta, ele toma importância por dar uma identidade aos agricultores não-patronais, o que permite ao governo elaborar políticas diferenciadas para o segmento. Sintetizando, podemos dizer que o que entendemos por agricultura familiar congrega pequenos e médios proprietários rurais que gerenciam eles mesmos a produção e usam predominantemente mão-de-obra familiar.

Nas discussões acadêmicas, o consenso nem sempre é fácil, principalmente quando se trata do que pode ser considerada agricultura camponesa. Para Hugues Lamarche (1998), a agricultura familiar classifica-se em quatro modelos: moderna, familiar, empresarial e camponesa ou de subsistência. O estabelecimento camponês é definido como unidade de produção semi-autárquica, em que o trabalho é predominantemente familiar. Apesar de produzirem também para a subsistência, o autor alerta sobre a impossibilidade de reduzi-lo a isso, “há nele profundamente ancorada, uma vontade de conservação e de crescimento do patrimônio familiar” (LAMARCHE, 1998, p. 311).

¹ Ou, em português, “agronegócio”.

Ricardo Abramovay (1992, p. 22) propõe diferenciar a produção agrícola de base familiar rural de países pobres e países ricos, com base no modelo de organização produtiva e das relações sociais e econômicas advindas desses contextos regionais:

[...] é intransponível a distância social entre um suinocultor da comunidade européia, cuja renda depende em última análise dos acordos estabelecidos em Bruxelas, e uma família rural na Índia cuja reprodução social apóia-se em laços de dependência comunitária e cuja ligação com o mercado mistura-se com um conjunto de relações de pessoa a pessoa.

Nesse texto, Abramovay faz um debate sobre os conceitos de “agricultura familiar” e de “camponês”, afirmando que o primeiro exemplo da citação encaixa-se no conceito de “agricultor familiar” e o segundo, no de “camponês”. Para a presente pesquisa usaremos o conceito de agricultura familiar em seu sentido genérico, englobando o termo camponês.

O campesinato, ao longo da história, teve interpretações diversas e opostas entre si. Segundo Maria Inez Paulilo (2004a), em alguns contextos eram-lhe atribuídos termos pejorativos tais como “vilão”, “rústico”, “ladrão”, “bandido”, “saqueador”, “miserável” e “mendigo”. Em momentos mais recentes os camponeses são vistos por algumas correntes como revolucionários, dispostos a lutar por um mundo melhor, como aconteceu em Cuba e na China, ou mesmo no Brasil com os movimentos sociais ligados ao meio rural (por exemplo: as ligas camponesas, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, o MST). Já outras linhas de pensamentos vêem-nos como conservadores e tradicionais.

A categoria agricultura familiar, segundo Delma Pessanha Neves (2006), emergiu sob um rápido consenso entre representantes de movimentos sociais, políticos e trabalhadores rurais. Essa definição foi pragmaticamente adotada, pois eliminava as divergências que surgiam em torno do tema. Para Neves (*idem*, p. 3), “o termo político ‘agricultor familiar’ [...] pressupõe a superação do insultamento político e cultural e da precariedade material dos camponeses, dos pequenos produtores, dos arrendatários, dos parceiros, dos colonos, dos meeiros, dos assentados rurais e dos sem-terra”. Esse debate traz questões ainda não superadas e que rendem ainda hoje divergências teóricas e políticas.

Essas discussões foram muito recorrentes nos anos de 1990, década de surgimento do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Em 2000, o relatório conjunto do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e da Organização das Nações Unidas

para a Agricultura e Alimentação (INCRA-FAO, 2000), definiu como agricultores familiares aqueles cujos estabelecimentos 4 módulos de terra (segundo a média regional), possuem mão-de-obra predominantemente familiar e direção dos trabalhos na unidade familiar exercida pelo chefe da família. Essa tem sido a definição adotada pelas políticas públicas. O que tem preocupado os autores acima citados e outros que discordam desse conceito é o reducionismo ou uma falsa homogeneização que se faz do mundo rural brasileiro. Apesar dos limites apresentados pelo conceito de agricultura familiar, não seria o caso de descartá-lo, pois ele tem sido importante como requisito para a concessão e adaptação dos créditos do Pronaf; além disso, ele não é estático e as adaptações têm sido, em parte, resultado das pressões dos movimentos sociais organizados.

A grande flexibilidade do termo “agricultura familiar” tem-se refletido em formulações equivocadas e, por vezes, excludentes de políticas de desenvolvimento local, regional ou nacional. Dizemos equivocadas no sentido de oferecer políticas com formatos e metodologias iguais para agricultores em condições de acesso muitas vezes desiguais, de modo que políticas acabam sendo ineficazes face a seu propósito original. A questão de gênero é excluída na própria definição do conceito, pois atribui-se a direção da propriedade ao “chefe da família”, não levando em conta a dinâmica das relações sociais, as mudanças geracionais e as especificidades regionais dos atores que vivem no campo². A partir das observações empíricas, tem sido comum encontrar mulheres vivendo em casamentos informais e temporários; quando esses relacionamentos rompem-se, elas acabam sendo as principais provedoras da família. Nessas circunstâncias, a simples presença de um homem na casa – pai, irmão ou companheiro –, independentemente de sua contribuição econômica, torna-o o “chefe da família”.

² De fato, faltam mecanismos institucionais capazes de criar novos espaços que abriguem questões de gênero e de geração (juventude), com metodologias flexíveis capazes de abarcar as novas demandas oriundas das mudanças atuais.

CAPÍTULO I – O QUE SE ENTENDE POR CRÉDITO

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) é um programa de crédito que contém diferentes linhas de financiamento, entre elas o Pronaf-Mulher. A proposta deste capítulo é apresentar como é a normatização do Pronaf e suas implicações práticas no cotidiano dos(as) demandantes.

Começaremos discutindo o conceito de crédito – que ainda é visto por muitos gestores de políticas públicas como um conceito de domínio da área econômica. Esse conceito sofre uma série de especificações nem sempre consensuais na literatura. Conforme Max Weber (1999, p. 49-50), “chamamos de ‘crédito’, no sentido mais geral, toda troca de poderes de disposição sobre bens materiais atualmente possuídos pela promessa de uma transferência futura do poder de disposição sobre outros bens materiais, de qualquer espécie”. A lógica mercantil do sistema financeiro tradicional, representado aqui pelos bancos, é orientada pelo lucro racionalizado. Essa concepção implica a adoção de metodologias nem sempre condizentes com a lógica dos(as) demandantes e acarretam posturas preconceituosas contra os pobres. Segundo Pierre Bourdieu (1979), os pobres orientam suas práticas financeiras segundo as condições econômicas e sociais dadas. Dessa forma, a lógica do cálculo e da temporalidade que orientam suas práticas e suas escolhas são aquelas que lhes permitem resolver os problemas cotidianos, práticas nem sempre compatíveis com a lógica bancária.

Dentro do que conhecemos como crédito, existem pequenos e grandes empréstimos, o que torna esse campo segmentado e diversificado. Quando nos referimos aos pequenos empréstimos, falamos do que é popularmente denominado de “microcrédito”. Segundo Guilherme Braga Neto (2004, p. 5), “o microcrédito é também comumente chamado de microfinanças ou crédito popular – sem falar de outras tantas denominações como: ‘microfinanciamento’, ‘microbanco’, ‘crédito produtivo popular’, ‘banco do povo’, entre outros”. O microcrédito é um sistema de crédito diferenciado, destinado aos setores com pouco ou nenhum acesso ao sistema financeiro tradicional. Os esclarecimentos sobre suas definições, incluindo os termos utilizados, são de grande importância, pois revelam o público que se quer alcançar e a ideologia da política que se quer implantar. Para este trabalho usaremos as conceituações que nos parecem menos polissêmicas e que melhor se amparam em critérios técnicos e normativos realmente utilizados.

1.1 Nem todo pequeno crédito é microcrédito

Antes de entrarmos na discussão do Pronaf precisamos ter claro onde ele situa-se dentro do sistema de crédito. Para isso, apresentaremos rapidamente as definições de microfinanças, microcrédito, finanças solidárias, crédito popular e microcrédito produtivo e orientado, a partir de Braga Neto (2004), Alves e Soares (2006) e Búrigo (2006).

- a) As *microfinanças*, também chamadas de *microfinanciamento* ou *microbanco*, compreendem não só o crédito destinado aos pequenos negócios produtivos, mas também outras atividades financeiras de pequeno valor, tais como seguros, poupança popular, desconto de cheques, crédito direto ao consumidor etc.; são serviços financeiros para a população de baixa renda, incluindo aí o financiamento de bens de consumo;
- b) o *microcrédito* é destinado ao financiamento de pequenos negócios produtivos, podendo, dessa forma, ser também denominado de crédito produtivo popular; é comumente entendido como principal atividade do setor de microfinanças pela importância que tem nas políticas públicas de superação da miséria pela geração de trabalho e renda;
- c) o *crédito popular* é um dos conceitos mais abrangentes, incluindo também as atividades compreendidas nos conceitos de microcrédito e microfinanças; contempla outras formas de oferta de crédito à população de baixa renda – por exemplo: habitação popular, bens de consumo e crédito educativo;
- d) as *finanças solidárias* (ou *crédito solidário*) têm como paradigma a emancipação social dos mais excluídos, fato que justifica a ausência da palavra “micro” em seu nome. Por assim ser, compreende-se que microauxílios são insuficientes para a superação da pobreza. Esse tipo de crédito pretende dar melhores condições de vida aos oprimidos. Financiam iniciativas de reativação de circuitos econômicos, de território, moradias, projetos éticos etc. São empréstimos de risco ou subsidiados, que se baseiam em e estimulam a solidariedade;
- e) o *microcrédito produtivo e orientado* é definido como o que é concedido para o atendimento das necessidades financeiras de pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de atividades produtivas de pequeno porte, que utiliza metodologias

baseadas no relacionamento direto com os empreendedores no local onde é executada a atividade econômica.

Essas definições são norteadoras de metodologias específicas e muitas vezes distintas entre si. Além disso, a gestão de políticas de crédito diferenciado do tradicional implica a existência (ou a criação) de espaços institucionais adequados e de gestores sensibilizados. Muito desses empréstimos são oferecidas em cooperativas de crédito e organizações não-governamentais (ONGs). Tais espaços, segundo seus idealizadores, devem considerar os aspectos regionais e socioculturais do público beneficiário. Para Braga Neto (2004, p. 8), “toda a eficiência, e efetividade social, obtidas no microcrédito se devem ao agente de crédito ‘banco’ indo ao encontro do cliente”. Essa metodologia é inovadora e parece adequada ao contexto rural, favorecendo principalmente as mulheres que pouco saem de casa. Muitas vezes por limites econômicos, institucionais e culturais, o acesso ao crédito torna-se distante da sua realidade. O agente de financiamento ir ao(à) cliente pode fazer grandes diferenças quando consideramos a inclusão de gênero nas políticas de crédito.

Segundo Búrigo (2006), as articulações entre organização de microfinanças e cooperativas de crédito poderiam somar a oferta de produtos e partilhar metodologias mais adequadas. Em geral, sabe-se que, no Brasil, isso nem sempre ocorre, fato que torna as experiências isoladas e de certa forma empobrecidas, pois não há socialização quanto ao emprego das diferentes metodologias utilizadas. Esses procedimentos ajudariam na superação de alguns entraves vividos nessas intermediações, em especial na caracterização do público que se quer atingir. Para que o crédito possa ser um instrumento na superação das desigualdades econômicas, ele precisa levar em consideração a heterogeneidade do público que se quer atingir. Segundo Bourdieu (1979, p. 12), “as desigualdades diante da economia ‘racional’ e diante da ‘racionalidade’ econômica, ou então, os ritmos desiguais (segundo os indivíduos e os grupos) da transformação das atitudes econômicas são fundamentalmente o reflexo das desigualdades econômicas e sociais”.

Tais desigualdades sociais são reproduzidas por diversos mecanismos, entre eles o *habitus* cultural. Ao explicar o conceito de Bourdieu, Maria Alice Nogueira e Cláudio Nogueira (2006, p. 54) salientam que os indivíduos “herdam de sua socialização familiar um *habitus*, um senso do jogo, um conhecimento prático sobre como lidar com os constrangimentos e oportunidades associados a sua posição social”, o que se aplica às diferentes lógicas que permeiam os espaços rurais. Quanto à inclusão dos pobres (em

especial, das mulheres pobres) no crédito, alguns estudos mostram-se contrários e outros favoráveis. Os primeiros alegam incapacidade racional desses grupos para cálculos monetários; os favoráveis apontam para a especificidade da sua vida financeira. Segundo Búrigo (2006), os pobres usam estratégias de crédito que vão desde fundos rotativos a seguros grupais, que funcionam como redes financeiras informais, sem apoio técnico. São sustentadas por circuitos comunitários, via mecanismos de confiança e solidariedade, sendo vitais na estratégia de sobrevivência das camadas populares. O autor fala de outros trabalhos sobre compras a prazo, os quais revelam que os pobres encontram mais facilidades nesse tipo de transação do que nos empréstimos bancários, fato também verificado por nós em campo. As limitações institucionais excluem os “mini” e os micropoupadores. Por falta desses serviços, no caso dos agricultores, muitos acabam comprando terra e animais; tais aquisições são vistas como poupança a ser utilizada quando há imprevistos como doenças ou outras fatalidades.

1.2 Origem do microcrédito

A origem do microcrédito data do século XIX na Europa, quando sindicalistas e alguns dos chamados “socialistas utópicos” organizavam desempregados e subempregados em uma rede de trocas entre si. No ano de 1832, em Londres, Robert Owen criou a bolsa de trabalho, tendo por princípio a economia solidária. Em 1844 foi criada também na Inglaterra a cooperativa de consumo de Rochdale formada por operários (NOBRE, 2004). Em 1846 na Alemanha, o pastor Raiffeinsen, no intuito de ajudar os camponeses daquela região que se encontravam em situação de miséria, criou a Associação do Pão. Com o passar do tempo, outras tantas iniciativas seguiram-se a essas; a mais popular foi a do Grameem-Bank, criado em 1976 em Bangladesh, cujo idealizador foi o professor Muhammad Yunus. O Grameem-Bank ganhou *status* de banco em 1982, sendo o primeiro no mundo especializado no microcrédito. Seu público-alvo sempre foram os mais excluídos, entre eles as mulheres e os camponeses. Sua iniciativa é vista como alternativa na superação da pobreza e da desigualdade social. As mulheres representam 96% dos clientes do banco com baixíssimo índice de inadimplência. Esses fatos renderam a essa instituição e a seu idealizador o prêmio Nobel da Paz em 2006³.

³ Para mais detalhes, ler Aguiar (s/d) e Yunus (2000).

No Brasil, a existência do microcrédito data de 1902. Sabe-se que o berço dessa iniciativa foi no Sul do Brasil, cujos líderes eram religiosos localizados no Rio Grande do Sul. A iniciativa chegou a Santa Catarina em 1932, no município de Itapiranga, Oeste do estado, sendo conhecida por “caixas populares”. Na década de 1970 apareceram outras iniciativas que se popularizaram nas décadas seguintes. Na década de 1980 as cooperativas de crédito estiveram a serviço das agropecuárias. Na década seguinte, muitas delas passaram a atender aos agricultores familiares. Dentro do perfil citado podemos destacar o Banco de Crédito Cooperativo do Brasil (Bancob) e o Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (Sicoob), em um sistema tradicional; o Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo (Cepagro), em um modelo alternativo; a Cooperativa de Crédito com Interação Solidária (Cresol) e a Cooperativa Central de Crédito Rural dos Pequenos Agricultores e da Reforma Agrária (Crehnor) (BÚRIGO, 1999; 2006).

Outras organizações da sociedade também têm sido pioneiras na aplicação do microcrédito, entre as quais podemos destacar diversas ONGs, o Banco da Mulher e a Instituição Comunitária de Crédito Portosol (ICC Portosol) e suas réplicas (Blusol, em Blumenau, e Viva Cred). Tais cooperativas trabalham com programas de alcance regional e nacional. Algumas priorizam programas locais, outras trabalham com programas mais amplos, como é o caso do Pronaf (BRAGA NETO, 2004). Conforme veremos com mais detalhes nos capítulos III e IV, nos dois municípios que especificamente pesquisamos (Cerrito e Palmitos), o crédito do Pronaf é oferecido pelo Banco do Brasil (em todas as suas modalidades) e pelo Sicoob, via cooperativas de crédito locais (Credicaru e Credi A1).

1.3 Contexto socioeconômico e o surgimento do Pronaf

Apresentaremos alguns aspectos conjunturais e estruturais que fizeram parte do contexto de que o Pronaf originou-se. A década 1980 foi um período de grandes mobilizações sociais, realizadas pelos “novos movimentos sociais”. Para Ilse Scherer-Warren (1993), os movimentos sociais podem ser subdivididos historicamente em velhos e novos. Os velhos antecedem os anos 1980 e os novos iniciaram-se nessa década⁴. Os movimentos do segundo

⁴ Segundo Scherer-Warren (1987), os novos movimentos sociais caracterizam-se por serem democráticos com gestão e participação comunitária; pelo rompimento com o populismo do passado e também por serem mais autônomos frente ao Estado e aos partidos políticos. Eles organizam-se a partir da base e abarcam temas como ecologia, moradia popular e movimento de mulheres, ao passo que as bandeiras dos movimentos sociais tradicionais concentravam-se nas questões relativas à luta de classe.

tipo foram fortemente influenciados pela Teologia da Libertação⁵. No Sul do país, em particular no meio rural, a Teologia da Libertação começou a espalhar-se nas chamadas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Sua filosofia de inspiração marxista visava à desalienação e à motivação para uma transformação da realidade social, ou seja, à busca do socialismo. Essa utopia, mesmo que ingênua ou “distante da realidade”, motivou as bandeiras de luta e o nascimento (ou o ressurgimento) de muitos movimentos sociais.

Em Santa Catarina, podemos destacar o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), o Movimento de Pequenos Agricultores (MPA) e o Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA), hoje Movimento de Mulheres Camponesas (MMC). Posteriormente, em nível nacional, outros acontecimentos da sociedade civil também foram relevantes: a campanha pelo fim da fome promovida pelo sociólogo Herbert de Souza (o Betinho) na década de 1990, a proliferação das ONGs etc. Em termos políticos, podemos destacar a redemocratização do país; a promulgação da nova Constituição em 1988; a implantação das políticas neoliberais; a permissão jurídica, em 1994, para uso dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para custeio de políticas públicas que se destinassem aos Programas de Geração de Emprego e Renda (Proger); a estabilização monetária, com a criação do Real; o aumento do desemprego e a discussão e a flexibilização das leis trabalhistas. Tem-se ainda, a conquista, pelas mulheres agricultoras, do salário-maternidade, do auxílio-doença, do reconhecimento da profissão de produtoras rurais e da demanda de políticas de crédito.

As pressões externas – particularmente a IV Conferência da Mulher, realizada em Beijing (Pequim) (1995), e a Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, realizada em Durban (na África do Sul) (2001) – fizeram o governo federal brasileiro assumir compromissos que, antes, dificilmente saíam do papel (BUTTO, 2003). No âmbito das políticas rurais, a forte pressão dos movimentos sociais ligados ao campo, juntamente com a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e da Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura (Contag), demandavam políticas diferenciadas aos agricultores menos capitalizados. Esses setores realizaram grandes marchas

⁵ A Teologia da Libertação tem origem na religião, mas seu propósito é social. Segundo Scherer-Warren, suas raízes nasceram em 1955, com a Criação do Conselho Episcopal Latino-Americano, e consolidaram-se em 1979, com a III Conferência do Episcopado Latino-Americano, realizada em Puebla, no México; nessa conferência reafirmaram-se os princípios básicos da igreja como sendo a opção pelos pobres, a denúncia das injustiças e a promoção da autonomia dos pobres.

a Brasília, denominadas “Grito da Terra”. Nesse cenário houve mudanças institucionais importantes, como a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em 2000⁶.

Segundo a cartilha do Pronaf elaborada em 2000 pelo Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais (Deser) e pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1987 encontrava-se em discussão a nova Constituição brasileira e a CUT já apresentara proposta de Lei Agrícola, baseado no crédito para a agricultura familiar. Sem conseguir os resultados esperados, em 1993 o Fórum Sul dos Rurais da CUT realizou em Chapecó (SC) um seminário intitulado “Crédito de investimento – uma luta que vale milhões de vidas”. Essa proposta foi discutida nas bases e negociada com o governo. As pressões da marcha Grito da Terra nos anos seguintes renderam as seguintes conquistas: em 1994, criação do Programa de Valorização do Pequeno Agricultor (Provap); em 1995, surgiu a proposta do Pronaf, que entrou em vigor no ano seguinte⁷; nos anos posteriores outros Gritos da Terra ocorreram com demandas pontuais, como luta pela redução dos juros, novas linhas de financiamento, diferenciação dos grupos de agricultores conforme a renda etc.

Os agricultores familiares só têm acesso ao crédito do Pronaf mediante a apresentação da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). Esse documento comprova o grupo que a propriedade enquadra-se e pode ser fornecido por sindicatos, empresas de extensão rural ou outros órgãos de representação reconhecidos pelo MDA. O acesso é para agricultores familiares que tenham mão-de-obra predominantemente familiar (podendo ter até dois empregados permanentes e empregados eventuais quando a sazonalidade do trabalho exigir); tenham entre 60% e 80% da renda bruta da propriedade oriunda de atividade agropecuária,

⁶ Conforme consta do portal da Presidência da República do Brasil, o histórico jurídico-institucional do Ministério do Desenvolvimento Agrário é resumido da seguinte forma: “A MPV 1.999-14, de 13/01/2000, art. 17 item XII transforma o Gabinete do Ministro de Estado Extraordinário de Política Fundiária em Ministério do Desenvolvimento Agrário. O decreto nº. 3.338 de 14/01/2000 aprova a estrutura regimental do Ministério do Desenvolvimento Agrário. A MPV nº. 103 de 1º.01.2003, convertida na Lei nº. 10.683 de 28/05/2003, mantém o Ministério em sua organização, e o art. 27, inciso VIII, trata das áreas de competência desse Ministério. O Decreto nº 4723 de 06/06/2003, aprova a estrutura regimental desse Ministério. O decreto nº 4.739 de 13/06/2003, transfere competência do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, relativa à assistência técnica e extensão rural, para esse Ministério” (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2008).

⁷ Murilo Flores, ex-presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e atual Presidente da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri), em discussão sobre o tema (na Universidade Federal de Santa Catarina, em 2001) comentou que o Pronaf deveria ser uma “política de desenvolvimento rural”, mas por falta de consenso, jogo político e interesses diversos, acabou vencendo a proposta de ser um “programa de fortalecimento da agricultura familiar”. Na proposta inicial ele deveria ser muito mais amplo, contemplando outros aspectos considerados marginais do ponto de vista econômico.

pesqueira ou extrativista; tenham área até quatro módulos fiscais (para agricultores enquadrados no grupo B) e até seis módulos fiscais para os demais grupos (quando a principal renda for bovinocultura, bubalinocultura ou ovinocapricultura). Outra condição é morar na propriedade ou em aglomerado rural ou urbano próximo. O crédito pode ser acessado de maneira coletiva (cooperativas com finalidades coletivas), individual e grupal. Neste último caso, o acesso ao crédito e o pagamento das parcelas são feitas em nome do grupo, mas a divisão dos recursos dá-se conforme solicitação de projeto individual.

O Pronaf está dividido em três modalidades: investimento, custeio e infraestrutura. O crédito de custeio destina-se ao financiamento das atividades agropecuárias e não agropecuárias, enquanto o crédito de investimento destina-se às benfeitorias da propriedade. Essas duas modalidades podem ser acessadas de modo individual, coletivo ou grupal, obedecendo ao enquadramento da propriedade nos grupos, segundo critério acima citado. O Pronaf-Infraestrutura⁸ era direcionado para promover e apoiar políticas de desenvolvimento regional, tais como melhorias nas estradas, apoio a projetos ligadas à agricultura familiar e, principalmente, que ajudassem na redução das desigualdades sociais, hoje ocupa o seu lugar o Pronaf Capacitação.

1.4 O Pronaf e a inclusão das mulheres rurais no crédito

O Pronaf tem sido uma política flexível e, ao mesmo tempo, duradoura em diferentes mandatos governamentais⁹. Mudanças vêm ocorrendo freqüentemente, o que por um lado é extremamente positivo, pois aos poucos vão sendo incorporadas as demandas dos movimentos sociais organizados; por outro lado, torna-se cada vez mais complexo o acesso aos empréstimos e, em conseqüência, mais burocratizado. Seus manuais técnicos sofrem adaptações na medida em que novas resoluções são criadas. Essas alterações, segundo verificado em campo, muitas vezes geram desencontros de informação entre os agentes de crédito e o público beneficiário¹⁰. Quanto às mudanças ocorridas, podemos dividir o Pronaf

⁸ Esta modalidade teve alterações, atualmente existe o Pronaf Capacitação. A partir do plano safra 2008/2009 houve a eliminação dos grupo C, D e E.

⁹ Ele originou-se no governo de Itamar Franco com o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Provap) e tem permanecido nos governos subseqüentes (Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva). Todavia, é preciso lembrar que boa parte de seus recursos vem do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), de modo que o Pronaf pode virar refém desses recursos quando o FAT for usado para seu propósito original. Dessa forma, é necessário pensar em outras fontes financiadoras.

¹⁰ Veremos mais detalhes a respeito disso no capítulo IV.

em dois períodos: o primeiro vai de 1996 a 1999 e o segundo, de 1999 em diante. No primeiro período havia poucas linhas de crédito e os juros eram considerados acima da capacidade de pagamento de boa parte dos agricultores familiares. A partir de 1999 o programa criou o enquadramento dos agricultores conforme a renda bruta anual da propriedade, os quais estão assim distribuídos:

- grupo A: agricultores assentados por meio de programas de reforma agrária;
- grupo B: até R\$ 4.000,00;
- grupo C: de R\$ 4.000,01 a R\$ 18.000,00;
- grupo D: de R\$ 18.000,01 a R\$ 50.000,00;
- grupo E: de R\$ 50.000,01 a R\$ 110.000,00¹¹.

O enquadramento permite que os valores obtidos tenham juros específicos para cada grupo (ver anexo). O período posterior a 1999 tem sido de grande importância devido à criação de novas linhas de crédito, a redução nas taxas de juro, o aumento do número de contratos e dos volumes dos recursos aplicados, conforme se vê no quadro a seguir:

¹¹ Conforme resposta eletrônica feita à representação do MDA em Santa Catarina, esse enquadramento, desde a sua instituição, tem sido atualizado e modificado. Os dados que apresentamos referem-se ao Plano Safra 2007-2008 (MDA-SC, 2007). Salientamos que este quadro apresenta mudanças no plano safra de 2008/2009, mais detalhes em MATTEI, Lauro. Mudanças nas regras de financiamento do Pronaf. **Observatório de políticas públicas**, n.17, p. 01-04, março de 2008.

QUADRO 1 – RESUMO CRONOLÓGICO DAS PRINCIPAIS MUDANÇAS E CONQUISTA DO PRONAF EM NÍVEL NACIONAL

ANO-SAFRA	LINHAS CRIADAS	CARACTERÍSTICAS	N. TOTAL DE CONTRATOS	VALOR TOTAL DOS CONTRATOS (EM R\$)
1995-1996	Apenas crédito de custeio	Juros de 16% ao ano	32.000	93.000,00
1996-1997	Não houve (perspectiva para Pronaf Investimento)	Redução da taxa de juros: de 12% para 9% ao ano	332.828	649.795. 910,00
1997-1998	“Pronafinho”, também conhecido por Pronaf Especial Custeio/grupo C Pronaf-Crédito Rotativo (conhecido como Rural Rápido do Banco do Brasil) Pronaf-Infraestrututa e Serviços Municipais	Pronafinho direcionado aos agricultores de menor renda (até R\$ 8.000,00 de renda bruta anual), com juro de 5,75% a.a. Valor e número dos contratos citados ao lado não incluem o Pronaf-Infraestrutura.	496.550	1.637.440.160,00
1998-1999	Pronaf-Agroindústria/Especial Pronaf-Agregar/Investimento	Até este plano-safra não havia divisão entre custeio e investimento	709.906	1.814.972.000,00
1999-2000	Crédito Rotativo Rural Rápido do BB para os grupos B (microcrédito), C e D Coletivo Integrado/Especial (destinado a cooperativas, associações e pessoas jurídicas)	Percentual acessado no Pronaf-Custeio: grupo C: 41%; grupo D: 46%; categoria sem enquadramento: 13% Percentual acessado no Pronaf-Investimento: grupo A: 61%; grupo D: 28%; grupo C: 11%	735.454 (C) 192.155 (I)	1.360.267.678,75 (C) 791.817.069,70 (I)
2000-2001	Fusão das linhas Agregar e Agroindústria, vindo a ser: Crédito de Investimento para Agregação de Renda das Atividades Rurais, conhecidas como Pronaf-Agregar	Não houve mudança considerável	745,011 (C) 148.101 (I)	1.451.547.952,70 (C) 716.938.275,81 (I)

QUADRO 1 – RESUMO CRONOLÓGICO (CONCLUSÃO)

2001-2002	Portaria nº 121 de 22 de maio de 2001 instituiu cotas (não obrigatórias) de 30% do crédito para as mulheres	Do montante geral de contratos, 97.200 foram acessados por mulheres	688.577 (C) 244.135 (I)	1.332.122.515,38 (C) 856.673.225,61(I)
2002-2003	Pronaf-Silvicultura e Sistemas Agroflorestais ou Pronaf-Floresta	Do montante geral de contratos, 94.670 foram acessados por mulheres	654.160 (C) 247.177 (I)	1.384.005.981,89 (C) 976.478.240,91 (I)
2003-2004	Pronaf-Alimentos Pronaf-Agroecologia Pronaf-Jovem Pronaf-Máquinas e equipamentos Pronaf-Mulher Pronaf-Pesca Pronaf-Semi-Árido Pronaf-Turismo Rural	Sobretudo de recursos para o Pronaf-Mulher Região Sul concentrou 80% dos contratos do Pronaf-Mulher Pronaf-Mulher circunscrito para as mulheres dos grupos C e D Grupo B exclusivo na região Nordeste	1.162.413 (homens) 227.700 (mulheres) 469 (Pronaf-Mulher)	3.921.992.497,00 (homens) 568.427.558,00 (Mulheres) 2.540.609,00 (Pronaf-Mulher)

FONTES: Schneider, Cazella e Mattei (2004 p. 21-50); Mattei (2006); Deser (2000) e NEAD (2005).

NOTAS:

1. As letras “C” e “I” representam “custeio” e “investimento”;
2. Os dados das fontes consultadas apresentavam pequenas variações, que procuramos solucionar priorizando dados de publicações mais recentes.

O Quadro 1 indica que o Pronaf teve muitos avanços; o principal foi a redução nas taxas de juros. As taxas de juros na safra 2007-2008 ficaram entre 0,5% ao ano para os beneficiários do grupo A e 5,25% a.a. O Pronaf - Grupo B (enquadrado como microcrédito) inicialmente fora criado para atender a região Nordeste. Nas outras regiões do país, por falta de interesses diversos (em especial dos agentes financeiros), essa modalidade só foi adotada posteriormente. O mesmo desinteresse ocorreu com o crédito para as mulheres, assunto de que trataremos na seqüência.

Existem muitas outras conquistas dentro do quadro geral do Pronaf, algumas das quais não constam do quadro acima mas que são de grande importância: a criação do Pronaf-A, destinado a agricultores(as) assentados(as) da reforma agrária ou do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) do Incra; o Pronaf-A/C, destinado a agricultores(as) egressos(as) do grupo A ou do Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária (Procera), e o Pronaf-Eco Sustentabilidade Ambiental, a mais recente linha.

Apesar de todas as conquistas e mudanças, o Pronaf também apresenta percalços. Em linhas gerais (conforme nossas observações em campo), os agricultores reclamam do excesso de burocracia exigida pelas normas técnicas e pelo banco; reclamam da falta de preparo dos técnicos para passar as informações técnicas em linguagem simplificada aos agricultores, da demora dos resultados quanto à aprovação dos projetos solicitados, da falta de divulgação das datas para envio de projetos para custeio e investimento. Isso tem causado frustração aos agricultores e recursos perdidos quando os projetos não são aprovados. A lista de reclamação estende-se também às demandantes do Pronaf-Mulher, conforme vemos na tabela a seguir:

TABELA 1 – PRINCIPAIS ENTRAVES E RECLAMAÇÕES ENCONTRADOS PELAS MULHERES PARA OBTER O CRÉDITO

ENTRAVES E RECLAMAÇÕES	CERRITO	PALMITOS		TOTAL DE RESPOSTAS
	Pronaf-Custeio	Pronaf-Custeio	Pronaf-Mulher	
Muita burocracia	4	1	4	9
Perda de dias de trabalho para conseguir o crédito	3	0	3	6
Juros elevados	5	2	3	10
Falta de preços mínimos para os produtos do agricultor	4	2	1	7
Venda casada no Banco do Brasil	0	0	3	3
Enquadramento do Pronaf no grupo errado	0	0	2	2
Seguros mais abrangente	3	0	2	5
Não poder retroceder e nem permanecer no grupo enquadrado pelo tempo que escolher	1	0	2	3
Demora na aprovação do projeto e liberação do dinheiro; falta de retorno do banco	1	0	3	4
Total	21	5	23	49

FONTE: a autora.

NOTAS:

1. A tabela foi elaborada conforme as respostas dadas pelas mulheres entrevistadas sobre o tema, sendo que cada uma pôde responder mais que uma alternativa. Ver informações sobre a amostra no capítulo IV.
2. Em Cerrito não há Pronaf-Mulher.

Outro dado que não aprofundamos, mas que merece menção é o fato de muitos projetos serem engavetados com alegações de que não há recursos. Conforme relato em campo, os bancos têm devolvido com frequência aos cofres do governo (Tesouro Nacional) os recursos não utilizados, já que estes só podem ser usados para o financiamento do Pronaf. As justificativas parecem paradoxais¹²: ao ser perguntado sobre o assunto, o gerente de um banco afirmou que isso ocorre muitas vezes porque os projetos chegam depois do prazo final estipulado para uso dos recursos; por outro lado, um técnico de extensão rural disse que os projetos ficam no banco de um ano para o outro aguardando a liberação dos recursos.

Outra dificuldade que encontramos foi no acesso a dados estratificados sobre o gênero dos beneficiários do Pronaf. Os bancos não tornam públicos os dados de acesso segundo o sexo, exceto o do Pronaf-Mulher, pois juridicamente o contrato deve ser no nome da mulher agricultora. A criação da linha de crédito direcionada às mulheres também foi importante, mas a sua efetivação tem revelado forte exclusão das questões de gênero nas políticas de crédito. Pode-se até alegar o pouco tempo de sua implementação, mas se olharmos para os primeiros anos de existência do Pronaf, veremos que as duas realidades não se equiparam e continua-se longe de atingir a cota dos 30% destinada às mulheres¹³. Estudo realizado por Maria de Fátima Paz Alves (2007) chegou a resultados semelhantes, sendo que as reclamações das mulheres em relação à falta de abertura nas instituições financeiras foram apontadas como a principal causa da exclusão e insatisfação. Na seqüência trataremos do Pronaf-Mulher dentro da discussão do sistema de cotas.

1.5 O crédito e as mulheres

Na década de 1990, os pequenos agricultores conseguiram, por meio de protestos e negociações, a implementação do Pronaf. Nesse contexto de luta dos movimentos sociais organizados também estão as mulheres, via sindicatos, MST e MMA (hoje MMC). Esses movimentos lutaram para garantir muitos direitos às mulheres rurais, entre os quais a aposentaria, o salário-maternidade e o auxílio-doença. Outra reivindicação dos movimentos foram as políticas de crédito para as mulheres rurais.

O crédito é uma forma de dar autonomia econômica e visibilidade às atividades realizadas pelas mulheres no espaço doméstico e em seu entorno. Essas atividades, ao longo da história, permaneceram às margens do sistema produtivo e da esfera pública; foram consideradas, do ponto de vista econômico, improdutivas. Ter autonomia significa exercer cidadania. E diante das reivindicações e pressões acima citadas, o governo lançou em 2001 uma portaria que instituiu cotas de crédito direcionado às mulheres rurais dentro do Pronaf. Por meio dessa portaria, no mínimo 30% dos recursos do Pronaf, nos termos do Plano Safra da Agricultura, seriam destinadas às mulheres.

Passado algum tempo, percebeu-se que as mulheres continuavam não solicitando o crédito ou, quando o faziam, os números eram inexpressivos. Alguns estudos foram feitos

¹² Foi entrevistado o gerente de uma agência do Banco do Brasil e um técnico da Epagri da região Serrana de Lages; ambos trabalham com o Pronaf na região.

¹³ Apresentaremos na próxima seção a explicação dessa cota de 30%.

tentando identificar os motivos da não-demanda e do não-acesso. Os resultados apontavam para um desconhecimento por parte das mulheres sobre essa política (MELO, 2003). Após esse diagnóstico, o governo lançou em 2003 o Pronaf-Mulher, que nasceu integrando as políticas de ações afirmativas do MDA por meio do Programa de Igualdade de Gênero, Raça e Etnia (Pigre) hoje chamado de Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia – (Ppigre). A proposta do programa é dar visibilidade às atividades das mulheres rurais, promovendo sua emancipação e autonomia econômica. Ele destina-se a financiar atividades agropecuárias, turismo rural, artesanato e outras atividades que agreguem renda à família e que sejam de interesse da mulher. É um crédito de investimento, mas dependendo do projeto, até 30% dos recursos podem ser para custeio.

Ele destina-se às mulheres independentemente do seu estado civil e contempla aquelas enquadradas em todos os grupos (A, A/C, B, D e E). As condições de financiamento, como os juros, são iguais para homens e mulheres. Entretanto, há um agravante: o Pronaf-Mulher pode ser acessado uma única vez, independentemente do fato de a agricultora mudar ou permanecer no grupo enquadrado ou de já ter quitado a dívida contraída. Essa cláusula não se aplica ao Pronaf como um todo; por exemplo: no Pronaf-B o empréstimo pode ser obtido três vezes consecutivas. À medida que a produtividade da propriedade aumenta, o enquadramento passa para o grupo seguinte (exceto quando se atinge o grupo E), podendo-se contrair novo crédito desde que não se esteja em débito com o banco.

É preciso questionar, então: poderá na prática o Pronaf-Mulher empoderar as mulheres, tornando-as economicamente autônomas? No cotidiano das mulheres, há diferenças entre acessar o Pronaf Custeio e o Pronaf-Mulher (investimento)? Trataremos mais dessas questões no capítulo IV, que trata de nossa pesquisa de campo.

1.6 Pronaf-Mulher dentro das cotas

No Brasil, a política de cotas tem gerado muitos debates acadêmicos nem sempre consensuais. Dentro desse debate são destaque as políticas de cotas para negros nas universidades, o reconhecimento legal das comunidades quilombolas, a paridade no sistema eleitoral, cotas para deficientes físicos no mercado de trabalho e as cotas de crédito para as mulheres trabalhadoras rurais.

O objetivo aqui é mostrar como o crédito Pronaf-Mulher tem sido aplicado na prática cotidiana. Antes, porém, faremos uma breve descrição histórica sobre o debate a respeito das

cotas. O que permeia a discussão são questionamentos sobre justiça social, equidade e discriminação e inclusão, assuntos que estão longe de ser consenso entre os teóricos que discutem o tema. Podemos classificar esse debate em duas correntes: os que se recusam a aceitar essa proposta, pois a consideram conservadora ou antidemocrática, e os que a defendem como política de discriminação positiva e como medida provisória a ser superada com o tempo.

Comumente entendemos cota como uma parte ou percentual de uma totalidade. A cota, por si só, remete a uma diferença proporcional a quem já tem sua parcela de direito instituída como “natural” e que se supõe superior à do beneficiário desse tipo de ação afirmativa. A cota traz presente a idéia da diferença e a ela soma-se a desigualdade de recursos e oportunidades, em valores reais (dinheiro) ou em termos sociais (poder de decisão). O uso do conceito de cotas é amplo. Menezes (*apud* CUNHA, 2006, p. 27) usa uma definição mais geral:

O conjunto de estratégias, iniciativas ou políticas que visam a favorecer grupos ou segmentos sociais que se encontram em piores condições de competição em qualquer sociedade em razão, na maior parte das vezes, da prática de discriminações negativas, sejam elas presentes ou passadas. [...] São medidas especiais que buscam eliminar os desequilíbrios existentes entre determinadas categorias sociais até que eles sejam neutralizados, o que se realiza por meio de providências efetivas em favor das categorias que se encontram em posições desvantajosas.

Inicialmente, a cota tem sido justificada como forma de corrigir as desigualdades históricas sofridas por minorias ou grupos excluídos das políticas sociais. Nesse sentido, a participação dos movimentos sociais organizados tem sido de fundamental importância, pois é graças à pressão vinda desses setores que o Estado vê-se obrigado a resolver determinados conflitos ou, como sugere Klaus Frey (2004), a formular políticas seletivas. A seletividade de determinadas políticas públicas dá-se muitas vezes por pressões internas (surgidas no interior do grupo), somadas a pressões externas ao grupo – por exemplo: apoio da mídia e da opinião pública ou convenções internacionais (como o encontro de Pequim, sobre a questão de gênero, em 1995).

Segundo Cunha (2006), a expressão “ação afirmativa” foi usado pela primeira vez nos Estados Unidos, em um decreto assinado pelo Presidente Kennedy em que se proibia a

discriminação de qualquer pessoa no espaço de trabalho, independentemente de sua origem. Para Cunha, o primeiro registro de cotas ocorreu na Índia, no ano de 1948, quando o parlamento indiano assegurou, pelo sistema de cotas, o acesso de membros da casta *dalits* (ou “intocáveis”) em seus assentos, graças à insistência do intelectual Bhimrao Ramji Ambedkar, líder da casta *dalit*. Os membros dessa casta eram destituídos do acesso à terra, a bons empregos e à educação. Tais benefícios foram concedidos pelo sistema de cotas a partir de então. Segundo relata a autora, esse sistema continua até hoje sem mudanças profundas na estrutura da casta.

O caso indiano corrobora as opiniões contrárias às cotas, pois apresenta tempo suficiente para avaliação. Por outro lado, estamos diante de contextos históricos e culturais diferenciados e que precisam ser minuciosamente analisados. É claro que não podemos deixar de reivindicar que o acesso às políticas públicas estenda-se a todos os membros dos grupos e à sociedade em geral na mesma proporção. Mas enquanto essa situação ideal não ocorre, as cotas, como medidas corretivas, são bem-vindas. Para ser equitativa ela precisa ser distribuída de modo proporcional, o que ainda não tem ocorrido. Outra questão que requer atenção refere-se às formas de ampliar as políticas paralelas às cotas, condições necessárias para uma verdadeira emancipação.

Na década de 1990 velhas e novas questões estavam na ordem do dia nas reivindicações dos movimentos sociais, que lutaram para ver suas agendas contempladas nas políticas públicas e outras minorias também se fizeram presentes como os quilombolas e os índios (em menor proporção).

Com uma agenda de demandas permeada pelas pressões interna e externa, o governo brasileiro (no período do Presidente Fernando Henrique Cardoso), sob a responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Agrário, criou o Programa de Ações Afirmativas. Conforme Butto (2003), no período do governo de F. H. Cardoso o Programa funcionou precariamente, pois não tinha recursos próprios e dependia da cooperação internacional. Com isso não tinha poder de intervenção na implementação das suas políticas públicas específicas.

Dentro desse Programa as cotas começaram a ser criadas em 2001, quando o governo editou uma portaria reservando 30% do crédito do Pronaf para as mulheres rurais. A medida foi bem intencionada, mas não mexeu na raiz da questão. O preconceito de gênero sofrido pelas mulheres foi relatado em alguns trabalhos empíricos como o principal fator de negação ao crédito. Ou seja, os agentes bancários consideravam que o crédito é um bem destinado aos

homens da família, por isso não era necessário concedê-los às mulheres; o segundo problema foi o grau de marginalidade a que as mulheres estavam submetidas. Os mesmos estudos mostraram que boa parte das mulheres não podia sequer pensar em solicitar o crédito, pois não eram consideradas “cidadãs”: parte considerável das mulheres (principalmente nos estados da região Nordeste do Brasil) não possuíam os documentos pessoais, como o Cadastro de Pessoa Física (CPF) ou o Registro Geral (RG – a carteira de identidade). Os únicos documentos que tinham era o registro de nascimento e a certidão de casamento (MELO, 2003; BUTTO, 2006).

As políticas de cotas, em certo sentido, deram visibilidade e espaço a determinados problemas que até então eram “inexistentes”. Os seus desdobramentos ainda são pouco conhecidos, mas provavelmente novas demandas surgirão disso. No caso do Pronaf-Mulher, por exemplo, já se começam a demandar políticas de assistência técnica para aquelas que desejam obtê-lo.

1.7 O debate teórico sobre as cotas

Quando nos referimos ao gênero, como sugere Luís F. Miguel (2000), há duas correntes conflitantes dentro do feminismo: o da diferença e o da igualdade. As teóricas da diferença defendem a importância dos atributos biológicos e, por isso, são consideradas “essencialistas”, no sentido de acreditarem em uma “essência feminina” que leva à idéia do mito maternal, ou seja, por terem nascido mulher o instinto materno acompanhá-las-ia por toda sua vida. Essa corrente defende a idéia de uma política “mais humanizada, menos violenta” vista como antônimas às políticas de caráter masculino. Na segunda corrente, estão as teóricas da igualdade, que dizem que a democracia representativa ainda conserva discriminações de gênero porque não se concretizou ou não se efetivou como propuseram seus teóricos.

As cotas mostram que a igualdade formal não é eficiente, pois perpetua as desigualdades e produzem mecanismos institucionais a favor da permanência do *status quo*. As correntes anteriormente citadas trazem em comum o descontentamento com a democracia representativa e questionam os princípios do liberalismo. A discussão das cotas tem colocado a dificuldade de cruzar temas como gênero, raça e etnia. Para Paulo Sérgio da C. Neves (2005), a questão da identidade, no caso das cotas para negros, tem-se sobreposto à questão de classe, sendo esse um dos dilemas do debate. Para o autor, corre-se o risco do Estado adotar políticas mais diferencialistas do que distributivas.

Miguel (2000) indica outros entraves para a implementação das políticas de cotas. Sua análise aponta para uma limitação da própria política de ações afirmativas. Para ele, existem outras minorias que estão fora das cotas e que são discriminadas com base em religião, orientação sexual e deficiência mental. Entre essas múltiplas divisões, o autor sugere que se avalie quais clivagens sociais devem ser consideradas.

A possibilidade de mais de uma forma de classificação dos demandantes pode levar a um impasse quanto ao acesso a tais políticas. Na prática, um mesmo sujeito pode reivindicar para si vários benefícios derivados da política de cotas, desde que se encaixe no perfil de tais políticas; por exemplo, uma mulher negra pode solicitar políticas de gênero e raça e até mesmo etnia. Essa sobreposição pode colocar em desvantagem outras pessoas que são beneficiárias de apenas uma dessas clivagens. Se muitos segmentos da sociedade autodenominarem-se excluídos, terá o Estado capacidade de administrar os conflitos advindos das afirmações de identidades e de gênero? Questões como essas não possuem respostas *a priori*. Serão as lutas dos diferentes grupos sociais que conformarão a sociedade futura.

CAPITULO II – CONTRIBUIÇÕES TEÓRICOS SOBRE GÊNERO E EMPODERAMENTO

A condição de exclusão, submissão e subordinação da mulher são temas que perpassam as discussões sobre gênero. Como se sabe, o movimento feminista foi o primeiro a questionar a opressão das mulheres entre as demais desigualdades sociais. Esse movimento, ao longo de sua existência, tem proposto mudanças sociais que contemplem a inclusão das mulheres na sociedade como agentes da sua história. Segundo Isabel Maria Casimiro (2004, p. 32), o conceito de feminismo em estilo moderno é datado do século XIX e foi popularizado na França em 1880. Embora a data do surgimento do termo não seja precisa, ela afirma:

O socialista utópico francês Charles Fourier (1771-1837) que, segundo reza a história, criou o vocábulo feminismo, referia que “o grau de emancipação das mulheres é o termômetro da evolução da humanidade” [...]. Auguste Bebel também socialista utópico [...] em 1879 referia que “não pode haver nenhuma libertação da humanidade sem a independência e a igualdade entre os sexos” [...]. Para Marx e Engels [...], a subordinação da mulher é produto da divisão sexual do trabalho. A mulher é vista como mais um instrumento de produção [...].

Não há uma precisão histórica quanto ao surgimento da opressão da mulher. Alguns estudiosos acreditam que há indícios mostrando que, em determinados contextos e períodos históricos relativamente curtos, a mulher teve maior grau de reconhecimento e prestígio social. Conforme Marlene Tamanine, (2006) devido ao reconhecimento da maternidade e a invenção da agricultura na Era Neolítica, as mulheres foram consideradas deusas na mitologia grega. Durante muitos séculos, as mulheres foram e, em muitos contextos, ainda são privadas de participar de ambientes públicos, tendo liberdade de expressão limitada e salários inferiores ao dos homens, mesmo quando desenvolvem as mesmas tarefas – preconceitos ainda não superados totalmente.

Conforme Céli Regina J. Pinto (2003), a bandeira de emancipação da mulher e a luta pela conquista de seus direitos ganharam destaque com a Revolução Francesa (ocorrida em 1789), cuja pretensão era universalizar os princípios da igualdade, da liberdade e da fraternidade. Outro momento marcante foi a Revolução Industrial, iniciada na Inglaterra na segunda metade do século XVIII, pois trouxe diversas modificações na organização social,

entre elas a contratação da mão-de-obra feminina, até então exclusiva do espaço doméstico. Com a inclusão das máquinas houve redução nos salários dos homens, fazendo-se necessário a inclusão das mulheres e das crianças no mercado de trabalho.

Segundo Pinto, a Revolução Industrial acelerou a organização do movimento feminista. Nas fábricas, as operárias organizavam-se e começavam a denunciar a opressão e exploração a que estavam submetidas. Defendiam a igualdade de direitos entre os sexos, reivindicavam melhores condições de trabalho e direito ao voto. Esse momento de luta do feminismo é conhecido como movimento sufragista. Segundo Casimiro (2004), à medida que a sociedade moderna foi tornando-se mais complexa, outras demandas apareceram no interior do movimento feminista, as quais foram responsáveis por classificar as bandeiras de luta em três momentos – luta pelo sufrágio, luta pela igualdade e luta pela diferença –, que são denominados por ela como “ondas”¹⁴.

Na década de 1960, o surgimento dos movimentos sociais ligados à luta pelo reconhecimento das minorias (negros e homossexuais) na Europa e, particularmente, nos Estados Unidos, somaram-se e houve um ressurgimento do movimento feminista, cujas reivindicações iam desde participar da vida pública em igualdade de condições com os homens à legislação com direitos igualitários. A luta pela igualdade gerou no interior do feminismo várias correntes de pensamento, as quais divergiam quanto às fontes de opressão da mulher e às formas de superação. Segundo Casimiro (2004), a segunda onda do feminismo conhecida como feminismo da igualdade subdividiu-se em três correntes: a) reformista ou liberal, que reivindicava a elaboração de leis iguais para homens e mulheres; b) socialista, que combatia as bases patriarcais do Estado liberal, a dupla jornada e a divisão sexual do trabalho e c) feminismo radical, que criticava o liberalismo por defender políticas de concepção masculina.

No Brasil o movimento feminista timidamente foi alcançando as periferias das cidades nas associações de bairro e nos sindicatos urbanos e rurais. Outros espaços discutiam os temas acima mencionados, embora não se denominassem feministas, como foi o caso das Comunidades Eclesiais de Base, as CEBs.

¹⁴ Na verdade, a autora, de origem moçambicana, usa a expressão “vagas”. Entretanto, como essa palavra pode causar confusão no Brasil – “vagas” podem significar tanto “ondas” quanto “vazias”, “desobstruídas”, “desocupadas” –, preferimos fazer a substituição.

No final da década de 1960 e no decorrer da de 1970, as mulheres inseriram-se com maior intensidade no mercado de trabalho. Além das atividades domésticas, elas passaram a acumular funções e papéis oriundos das mudanças em curso e da sua inserção no espaço público (trabalho, escola). As mulheres começaram a presenciar as mudanças nas relações sociais, as quais implicaram a divisão dos gastos com a manutenção da família (em muitos casos ela é a provedora), porém a divisão das tarefas domésticas entre homens e mulheres não ocorreu na mesma proporção, nem, tampouco, valorizou-se a sua mão-de-obra na mesma proporção em que se valoriza a masculina. O trabalho de Maria Ignez Paulilo (1987b) mostra que uma mesma atividade pode ser considerada pesada se desempenhada por homens, mas passa a ser leve se feita por mulheres.

Além do trabalho produtivo (esfera pública) e reprodutivo (esfera doméstica), classificados como dupla jornada de trabalho, outros questionamentos surgiram em torno das discussões sobre as desigualdades e injustiças vividas pelas mulheres. Tais questionamentos apontaram para a desvalorização de algumas especificidades e papéis considerados femininos, como o cuidado do outro (crianças e velhos), a gratuidade nas relações (solidariedade) e a sensibilidade. Após a inserção das mulheres no espaço público, elas foram submetidas a processos contraditórios, pois exige-se da mulher pensamentos femininos e atitudes masculinas. De um lado as cobranças sociais em favor de atributos femininos; de outro lado, as cobranças de comportamentos tidos como masculinos, a agressividade, a arrogância, a competitividade e a eficiência (ou melhor, um *certo tipo* de eficiência) (OLIVEIRA, 1992).

O questionamento da influência da biologia nas diferenças e hierarquias entre homens e mulheres acaba por questionar a Psicanálise freudiana e recebe a contribuição significativa das teóricas americanas Carol Gilligan (psicóloga) sobre a “ética do cuidado” e da antropóloga Nancy Chodorow, que tem por base as reflexões sobre os textos de Freud a respeito do impacto psicológico das diferenças anatômicas entre os sexos. Elas apontam para a especificidade feminina na construção de uma moral alternativa voltada para a preocupação com o outro e a relação com a maternidade. Carol Gilligan (*apud* MIGUEL, 2001) mostra como Chodorow deslocou a discussão de Freud sobre a diferença anatômica entre os sexos¹⁵ e o medo da castração nos homens para a responsabilização das mulheres pelo cuidado dos

¹⁵ Para Freud, a formação do superego está ligada à clara resolução do conflito edipiano, estimulada pelo medo da castração. Esse caso comprometeria as mulheres, por isso elas mostrariam “menos sentido de justiça do que os homens” (MIGUEL, 2001).

filhos. As identidades e as diferenças entre homens e mulheres são construídas a partir dos papéis atribuídos ao sexo conforme as representações e os processos vividos pelas crianças. A reprodução da maternidade ocorre por meio de processos psicológicos induzidos, não sendo nem um produto da biologia, nem de treinamento intencional. Segundo Chodorow (*apud* MIGUEL, 2001, p. 258):

A menina possui um modelo (feminino) presente, a mãe, enquanto o menino possui um modelo (masculino) ausente, o pai. Isto faz com que as características masculinas do menino sejam desenvolvidas na forma de regras abstratas; já a menina desenvolve suas características femininas a partir de relações concretas e emocionais.

Na década de 1980, as questões acima citadas suscitaram no interior do movimento feminista a luta pelo reconhecimento da diferença, inaugurando a terceira onda do movimento – o movimento feminista da diferença. A contestação feminina passou a anunciar que as mulheres não são inferiores aos homens e nem iguais a eles¹⁶, mas passaram a defender a igualdade de reconhecimento e a valorização social naquilo que as diferencia. Nem todas as feministas consideram o feminismo da diferença como posterior ou mesmo mais avançado que o da igualdade. Há oposições fortes em relação a essa postura porque ela tenderia, segundo suas críticas, a reforçar o papel das diferenças biológicas e cair na armadilha do “essencialismo”, termo pelo qual são designadas as correntes baseadas nessas diferenças.

Segundo Casimiro (2004), o feminismo da diferença teve grande influência do pensamento das mulheres do Terceiro Mundo, incluindo as suas especificidades étnicas (negras e indígenas) e culturais, gerando um debate crítico global acerca do feminismo. Agregou ao feminismo um grupo mais amplo de mulheres vindo de diversas origens: da comunidade científica, do meio popular, das ONGs e dos órgãos governamentais.

Diante de um feminismo plural, Chantal Mouffe (1993) acredita que não se deve buscar uma política feminista única para resolver o problema da subordinação das mulheres. Considera a questão igualdade *versus* diferença um falso dilema, pois existem homens e mulheres envolvidos em uma multiplicidade de relações sociais. E a diferença do sexo é construída sob formas muito diversas. Para Joan Scott (1998), os dois temas são partes da

¹⁶ As diferenças podem ser construções culturais, mas não se pode negar a diferença biológica. Sobre esse assunto, cf. Laqueur (1994, p. 15-53).

história do feminismo e que o corte entre igualdade e diferença é um paradoxo desnecessário, pois pede direitos iguais em nome da diferença dos sexos.

Na década de 1990 a popularização do conceito de “gênero” mudou o foco do tema “mulher” para “relação homem-mulher”, fato que não encerrou a discussão sobre a questão da igualdade *versus* diferença. Segundo Scott (1990), a substituição do termo “mulher” pelo de “gênero” trouxe ganhos e perdas para o movimento. Por um lado, trouxe o seu reconhecimento institucional; de outro lado, implicou perdas políticas para as mulheres, pois incluiu-as sem as nomear:

[Passou] a sugerir que a informação sobre o assunto “mulheres” é necessariamente informação sobre os homens, que um implica o estudo do outro. [...] “Gênero” tem uma conotação mais objetiva e neutra do que o tema “mulheres” [*idem*, p. 7].

Por ser assim, a autora considera-o um termo mais analítico do que político.

2.1 Como entendemos o gênero

Gênero é um termo polissêmico e tem servido comumente para explicar as relações de poder e desigualdade nos relacionamentos entre homens e mulheres. O conceito adotado é o de Joan Scott que, sendo uma categoria de análise, serve para explicar o discurso sociocultural construído sobre a diferença dos sexos e os valores a eles atribuídos. A origem do conceito de gênero, segundo Heleieth Saffioti (2004), data de 1970 e foi inicialmente usado por Gayle Rubin em seu famoso artigo sobre relacionamento homem-mulher. Foi daí que o tema expandiu-se como interpretação de uma categoria relacional, ou seja, relações de poderes assimétricos entre homens e mulheres. O conceito mais popularizado no Brasil tem sido o definido por Scott (1998, p. 115):

[O] gênero não se refere apenas às idéias, mas também às instituições, às estruturas, às práticas cotidianas, como também aos rituais e a tudo que constitui as relações sociais. [...] Portanto, gênero é a organização social da diferença sexual. Ele não reflete a realidade biológica primeira, mas ele constrói o sentido dessa realidade.

O gênero indica como as construções dos papéis sociais são definidas e impostas sobre o corpo sexuado e mostra que as identidades subjetivas dos homens e das mulheres são

marcadamente sociais. Assim, o uso desse conceito é útil, pois permite distinguir a prática sexual dos papéis atribuídos a homens e mulheres, segundo seu contexto histórico e cultural. Mas o uso generalizado do conceito nem sempre tem sido frutífero, pois sua apropriação por diferentes correntes teóricas apontam os seus limites. Segundo Scott (1990), as historiadoras feministas apontam a existência de três correntes teóricas sobre a abordagem de gênero, as quais tentam explicar por diferentes ângulos a origem da subordinação e da opressão da mulher. Tais correntes estão assim divididas: a primeira tenta explicar a subordinação da mulher a partir do patriarcado; a segunda vem da vertente marxista e não abandona a explicação da primeira, mas entende que a exploração da mulher acentua-se com a divisão sexual do trabalho imposta pelo modo de produção capitalista; a terceira subdivide-se em estruturalistas e pós-estruturalistas francesas, que explicam a dominação a partir das teorias da linguagem, amparados nos estudos de Freud e Lacan, e anglo-americanas, cuja explicação baseia-se nos trabalhos de Gilligan e Chodorow.

Segundo a autora, as duas primeiras correntes teóricas (patriarcado e marxista) apresentam limitações: apesar de mostrarem as causas da exploração da mulher, não explicam como as superar; mesmo no socialismo a mulher continuou sendo explorada. A última linha de pensamento tem sido a mais sedutora, porque serve para tirar conclusões gerais de observações particulares. Ambas (anglo-americanas e francesas) partem da abordagem da infância para explicar os processos (linguagem, sistema de significação e ordem simbólica) pelos quais é criada a identidade do sujeito. Segundo Scott, as anglo-americanas Gilligan e Chodorow limitam sua abordagem ao interior da família e não explicitam meios de ligar o conceito de gênero e nem o de indivíduo a outros sistemas sociais. Tais teorias não dão conta de explicar as diferenças de gênero em famílias em que os papéis tradicionais de pai e de mãe não têm seguido a regra hegemônica da família nuclear ou em lares em que marido e mulher têm dividido as tarefas parentais. Para a autora, é preciso levar em consideração o papel dos sistemas simbólicos, pois eles orientam e dão sentido e significado às ações humanas. Quanto à postura das teóricas francesas, que seguem a orientação das teorias lacanianas que têm a linguagem como base da interpretação e da representação (inconsciente e desejos reprimidos, antagonismos entre os sexos e construção das identidades), existem críticas porque tornam o masculino e o feminino meras construções subjetivas ou fictícias, mas, ao mesmo tempo, há um lado positivo, pois considera o sujeito como um algo em construção.

Quanto à definição do gênero, Scott propõe quatro características:

- 1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais (conforme o contexto e suas representações simbólicas) fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos e é o primeiro modo de dar significado às relações de poder;
- 2) os conceitos normativos criados pelas instituições educativas, religiosas, jurídicas, científicas e políticas afirmam de maneira categórica e sem equívocos o sentido do feminino e do masculino, legitimando e dando sentido a essa oposição binária, resultando em uma posição dominante (masculina) vista como a única possível, embora ocultem-se as divergências e conflitos daí resultantes;
- 3) o desafio da pesquisa é incluir a noção política das questões ocultas e reprimidas nas representações binárias do gênero, estendendo o debate para as instituições e ampliando o aspecto das relações de gênero para além do âmbito familiar, ou seja, não apenas as relações de parentesco, mas em particular as sociedades modernas complexas (mercado de trabalho, escola, organização e representação política);
- 4) o gênero como parte da identidade subjetiva. Esta última característica é uma contribuição da Psicanálise para a interpretação da reprodução do gênero. Embora a autora seja cética quanto à pretensão universalizante dessa teoria, salienta ser importante trazer elementos sobre a transformação da sexualidade biológica dos indivíduos e a construção da sua identidade sexuada.

Os quatro pontos acima referidos são importantes quando nos referimos às questões de gênero no meio rural e, em especial, quando nos referimos ao lugar que a mulher ocupa nesse espaço. Não só o lugar que ela ocupa, mas a invisibilidade do seu papel na produção e reprodução social do modo de vida e do modelo de produção familiar. O seu lugar e o seu papel são permeados por conflitos camuflados em nome das representações sociais hegemônicas aí existentes. Tais conflitos muitas vezes resultam no aumento da migração da mulher, fato já observado no meio rural catarinense, em especial no Oeste desse estado (MELLO, 2006). A migração também aponta as injustiças sofridas pelas mulheres; por exemplo, a herança desigual da terra entre homens e mulheres. Segundo Pierre Bourdieu (2005), a cultura internalizada em forma de *habitus* naturaliza os papéis e as assimetrias de poder, resultando em uma violência simbólica, nem sempre reconhecida pelos praticantes e receptores como tal. Tais questões perpassam o âmbito da família e refletem-se nas demais instituições no que diz respeito à representação que se tem do papel e das atividades femininas – de que o olhar dos bancos sobre a inclusão das mulheres no crédito é um excelente exemplo.

2.2 Discussões de gênero na agricultura familiar

Para Schaaf (2001), as relações de poder no meio rural são embasadas por princípios morais. A autoridade masculina é justificada como um meio de manter a coletividade e neutralizar as divergências e tensões no seio da família. Assim, naturalizam-se as desigualdades de gênero. Segundo a autora, sob a aparência de proteger os membros da família mascaram-se as relações de dominação e subordinação entre o pai e os demais integrantes do espaço doméstico, pois o pai dispõe de poder para interferir na vida das pessoas a quem lhe cabe proteger.

O papel da mulher na propriedade rural por muito tempo esteve ligado a atividades de bastidores, aquelas que não requerem deslocamento da mulher para espaços públicos. É isso que mostra Anita Brumer (1996) ao classificar tais atividades como manuais; de cuidado de animais pequenos; de afastamento da casa por períodos curtos, carregando os filhos pequenos; de trabalhos em horta etc. Tais atividades são vistas como tediosas e rotineiras. Por isso, a participação das mulheres nos espaços públicos – como a participação em movimentos sociais (MMC), sindicatos etc. – em muitos casos, é restrita.

Apesar das restrições, as mulheres rurais estão participando mais de reuniões e de encontros, mas é preciso fazer algumas considerações sobre isso. Em congressos e eventos sobre o tema do gênero, o público presente é majoritariamente feminino, os homens pouco se interessam. Como exceção podemos citar as ocasiões em que o assunto a ser discutido dentro das questões de gênero refere-se a poder e a autonomia financeira: nesse caso os homens aparecem¹⁷. Isso pode ser interpretado por dois ângulos. Por um lado, a não-participação masculina faz que os problemas não sejam discutidos conjuntamente, o que é muito criticado por outros movimentos e organizações sociais como sindicatos e o MST. Por outro lado, a ausência dos homens pode ser positiva para as mulheres que ainda precisam criar um contradiscurso ao pensamento hegemônico, que é masculino, branco e ocidental. O espaço entre iguais, segundo Paulilo (2006a, p. 12), “pode ser um momento privilegiado para perceber que problemas até então vividos como pessoais, são na verdade, sociais”, o que Céli Regina Pinto (*apud* PAULILO, 2006a) caracterizou como sendo um dos papéis da formação

¹⁷ É o que observamos participando dos Seminários Regionais de Crédito e Assistência Técnica para as mulheres rurais de Santa Catarina em 2006. Os homens aparecem não porque estivessem preocupados com a necessidade de as mulheres empoderarem-se e tornarem-se autônomas, mas porque queriam saber em que e como as mulheres usariam o dinheiro do crédito. Ou seja: precisavam estar lá para aprovar ou vetar essas possibilidades.

dos guetos. Esses espaços também servem para que elas percebam os novos problemas que a realidade feminina vem enfrentando, permitindo avaliar o que mudou e melhorou e quais são as novas demandas criadas por essas mudanças ou os antigos problemas com novas roupagens.

Considerar e esperar que os homens participem das discussões sobre gênero tem sido muito reivindicado por grande parte das mulheres entrevistadas em Cerrito, porém não é o que se observou em Palmitos, onde o MMC tem mais representatividade. Em Cerrito, muitas acreditam que se os assuntos fossem discutidos conjuntamente seriam mais facilmente resolvidos. Ou seja, partem do pressuposto de que muitos homens não mudam porque lhes falta conhecimento. O conhecimento, segundo elas, ajudaria a quebrar certos estereótipos negativos que foram criados para justificar a subordinação das mulheres. Por outro lado, apesar da convicção das entrevistadas, há o perigo de que as discussões conjuntas possam orientar os homens a criar novos mecanismos de dominação e subordinação, já que os espaços sociais para tais discussões ainda estão revestidos simbolicamente do poder masculino. Temos que admitir que as mudanças não ocorrem de modo linear e tampouco pela via única do diálogo.

Diante das mudanças ocorridas a partir de meados do século passado, entre elas a ascensão dos movimentos feministas, as relações de gênero na roça sofreram e sofrem modificações mesmo que lentas e conflitantes. Para Amartya Sen (2000), os conflitos manifestam-se nos interesses díspares e são resolvidos por padrões de comportamentos que podem ou não ser igualitários. Mas os conflitos são subestimados para evitar o sinal do fracasso da união familiar “e às vezes a mulher que sofre privação nem sequer é capaz de avaliar claramente o seu grau de privação relativa” (*idem*, p. 224). Diante dos interesses congruentes e conflitantes do homem e da mulher que afetam a vida da família, segundo o autor, os ajustes são feitos muitas vezes na forma de “conflitos cooperativos”, que acabam camuflando o grau de contribuição de quem faz o trabalho não mensurado. O trabalho não mensurado das mulheres tem sido um dos grandes responsáveis pela prosperidade da família.

A solução das questões de gênero passa por uma mudança de *habitus*. A formação de novos *habitus* requer tempo e condições. As mudanças sociais só ocorrem se os espaços vividos pelos atores oferecerem condições econômicas e culturais condizentes. Sobre o conceito de *habitus* de Bourdieu, Nogueira e Nogueira (2006, p. 53) acrescentam que “cada grupo social, em função da sua posição no espaço social, vai constituindo ao longo do tempo

um conhecimento prático sobre o que é possível de ser alcançado pelos seus membros dentro da realidade social concreta na qual eles agem e sobre as formas mais adequadas de fazê-lo”. Assim, a cada classe de posições corresponde uma classe de *habitus* (ou de gostos) produzidos pelos condicionamentos sociais. Conforme a posição do grupo no espaço social e do volume de capital que este possui é que é possível elaborar as estratégias de investimentos futuros.

A internalização do *habitus* pode ocorrer por meio de estilos de vida, de julgamentos políticos, de regras e valores morais. Esses *habitus*, consciente ou inconscientemente, direcionam a conduta dos agentes sociais, sendo que a escola e o meio social serão agentes fundamentais nesse processo. Os instrumentos oferecidos para a conquista de certos direitos da mulher ainda trazem em sua essência uma dominação simbólica. Jogam para o indivíduo a responsabilidade de seu fracasso como se isso fosse uma escolha. As condições econômicas, históricas e culturais raramente são consideradas. Segundo Bourdieu (1983), cada campo social permite uma forma dominante de capital que pode funcionar como meio de reprodução de uma estrutura de poder e domínio.

No capital econômico, temos a apropriação dos bens materiais; no capital cultural (incorporado, objetivado e institucionalizado) temos a posse de títulos escolares, acesso a bens artísticos e culturais; no capital social temos um conjunto de recursos ou “potenciais ligados a uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento que permitem certas conquistas” (CATANI & NOGUEIRA, 2005, p. 79).

2.3 O papel duplo dos diferentes capitais: reprodução e possibilidades de mobilidade

Os conceitos de Bourdieu ajudam-nos a entender porque as relações de gênero no meio rural ainda são permeadas por assimetrias de poder, principalmente quando nos referimos aos bens econômicos. Estes, em sua maioria, estão concentrados na mão dos homens, os quais detêm o poder de decisão dentro da família. Os indivíduos que possuem bens culturais superiores têm mais condições de serem bem-sucedidos na escola, no mercado de trabalho e no casamento. Se olharmos para o meio rural, veremos que os diferentes capitais têm um duplo papel: por um lado, tendem a reproduzir as desigualdades sociais, mas, por outro lado, podem contribuir para a percepção dessa condição (caso das mulheres com o aumento da escolaridade), enquanto o capital social pode abrir possibilidades de mobilidade social. No quadro a seguir apresentamos um resumo dos quatro capitais.

QUADRO 2 – RESUMO DOS QUATRO CONCEITOS DE CAPITAL DE BOURDIEU

O *capital cultural* é uma espécie de moeda, um capital “que propicia a quem o possui uma série de recompensas, seja no sistema escolar, seja no mercado de trabalho, seja até mesmo no mercado matrimonial” (NOGUEIRA & NOGUEIRA, 2006, p. 42). O capital cultural pode apresentar-se em três modalidades: objetivado (propriedade, objeto), incorporado (cultural) e institucionalizado (posse de certificados).

O *capital social* é o conjunto de relações sociais (amizades, laços de parentesco, contatos profissionais etc.) mantidas por um indivíduo. Tais relações podem servir para benefícios materiais (por exemplo, bolsa de estudo) ou simbólicos (por exemplo, prestígio decorrente da participação em círculos sociais dominantes). O volume de capital social de um indivíduo é medido em função da qualidade desses contatos.

O *capital simbólico* são o prestígio e a reputação de uma pessoa perante os demais membros da sociedade, aquilo que os outros dizem a seu respeito. Dito de outra forma, é o grau de confiabilidade perante a comunidade, podendo ou não estar associada aos outros três tipos de capital. Assim, o indivíduo pode ter um nome importante e ser respeitado sem necessariamente ter dinheiro.

O *capital econômico* é o volume de recursos materiais de que uma pessoa dispõe em seu comando e em seu nome.

FONTES: Catani e Nogueira (2005) e Nogueira e Nogueira (2006).

Sobre o papel da educação, Bourdieu e Passeron (1975) afirmam que a escola é responsável pela reprodução das estruturas de desigualdades sociais. Assim, o formato dos currículos e seus métodos de avaliação favorecem aqueles que têm o maior capital cultural e econômico, já que a linguagem culta para esses grupos sociais é ensinada e incorporada desde o berço. Quando se massifica a educação e a classe pobre tem acesso é porque o seu título já está desqualificado pelo mercado. Desse modo, o sistema encarrega-se de criar novos “cursos” com menos acesso e que passam a ser mais valorizados, nos quais os filhos da elite estão mais qualificados para entrar. Assim, as classes populares desconhecem a arbitrariedade cultural a que estão submetidas, assumindo sentimentos de incompetência e indignidade cultural, os quais em parte foram-lhes impostos por uma experiência escolar restrita. Quanto à conquista da cidadania, quem tem maior capital social e cultural tem maior acesso aos direitos e a benefícios oriundos de políticas públicas, de caráter universal (políticas de bem-estar social) ou setoriais (por exemplo, o crédito). Dessa forma, as pessoas mais empobrecidas acabam sendo as mais excluídas das políticas, com raras exceções quando são incluídas em políticas assistencialistas como o programa Fome Zero. Tais políticas recebem sérias críticas por não serem emancipatórias e desenvolvimentistas (CATANI & NOGUEIRA, 2005; NOGUEIRA & NOGUEIRA, 2006).

Apesar de que muito do que Bourdieu afirmou sobre a escola, há mais de três décadas, ainda possa ser observado hoje, nem todos os pedagogos e cientistas sociais têm uma visão da escola apenas como reprodutora dos valores sociais dominantes. É preciso lembrar que o livro que Bourdieu escreveu juntamente com Jean-Claude Passeron, *A reprodução*, foi publicado na França em 1970 e, no Brasil, em 1975. Só mais tarde Bourdieu começou a dar importância mais significativa aos movimentos sociais e às possibilidades de mudança que poderiam trazer. Nesse aspecto, a contribuição do pedagogo brasileiro Paulo Freire foi fundamental e teve grande influência, mesmo na Europa. Freire dedicou-se às possibilidades transformadoras da educação por meio de sua “pedagogia do oprimido”. Assim, é possível pensar a educação por meio de mais de uma perspectiva. Se, por um lado, a frequência à escola permite às pessoas conviverem com grupos menos excluídos, permite também uma visão mais crítica das hierarquias e poderes existentes na sociedade.

Os capitais, cultural e social no meio rural têm sido grandes aliados das mulheres na conquista de sua liberdade. A escola, mesmo que restrita, ajuda para que percebam os limites que o meio social impõe-lhes, em especial o limite econômico que as impede de exercer sua liberdade. Muitas vezes, o capital social vindo do círculo de relacionamentos conquistados pelo espaço escolar e pela participação em alguma organização comunitária é o que lhes garante um dos poucos meios de sair do limite que se encontram pela via da migração e da busca de um emprego remunerado.

No universo da pesquisa de campo, tanto as mulheres que migram quanto as que ficam no meio rural demonstram a importância do capital social e cultural para as suas vidas, na conquista dos direitos sociais e da cidadania ou na participação nos diversos espaços públicos (escola, comunidade, movimentos sociais).

De fato, há muitos modos pelos quais a educação pode tornar maior o poder decisório de uma mulher jovem na família: mediante o efeito dessa educação sobre o prestígio social da mulher, seu potencial para ser independente, seu poder de expressar-se bem, seus conhecimentos sobre o mundo fora de casa, sua habilidade para influenciar as decisões do grupo etc. [SEN, 2000, p. 252].

Conforme Sen, estudos mostram que tanto a escolaridade quanto a renda aumentam a liberdade e a autonomia decisória das mulheres. Essa análise incorpora relações que são externas à família (comunidade) e resultam em maior benefício de todos os membros da

família. Há provas de que o ganho de poder econômico e cultural das mulheres na família tem reduzido significativamente a mortalidade infantil, tornado mais justa a divisão intrafamiliar dos alimentos, aumentado os cuidados com a saúde e outras disposições. Estudos apontam que quanto maior a escolaridade das mães, menor a mortalidade infantil: “as vidas que as mulheres salvam por meio de uma condição de agente mais poderosa certamente inclui as suas próprias [...], além de homens, crianças e idosos” (*idem*, p. 225). Os benefícios aqui citados têm relação com a forma de socialização das mulheres, ou seja, a internalização de um *habitus* que orienta para a busca do bem coletivo.

Segundo Bourdieu (*apud* NOGUEIRA & NOGUEIRA, 2006), devido aos baixos índices de desempenho escolar, as famílias de baixa renda temem investir nos estudos, já que ele tem retorno incerto ou em longo prazo. Só se investe quando a criança precocemente apresenta bons resultados; nesse caso, o investimento é considerado garantido. No meio rural, em especial nas regiões mais pobres, esse tem sido o critério para selecionar os que irão estudar fora. Em geral, nos dois municípios que estudamos (Cerrito e Palmitos), as filhas são incentivadas pelas mães a estudar, pois esse tem sido visto como o único meio para que elas consigam renda (emprego). Por outro lado, a mecanização dos trabalhos na roça dispensou as mulheres de algumas funções antes a elas atribuídas, permitindo que tenham “mais tempo” para estudar.

2.4 O acesso aos diferentes capitais e o aumento de bem-estar e liberdade das mulheres

Quanto ao capital econômico, as mulheres no meio rural sempre estiveram em desvantagem em relação aos homens, por uma questão cultural (heranças assimétricas) ou por uma questão institucional (foram por muito tempo excluídas das políticas fundiária e de crédito); só recentemente a titulação da terra é conjunta com o marido. Segundo Amartya Sen (2000), o bem-estar das mulheres precisa andar junto com medidas que fortaleçam e incentivem o seu papel de agente. Renda, alfabetização, instrução e direito de propriedade têm em comum a contribuição positiva para fortalecer a voz ativa e a condição de agente das mulheres. Por meio da independência econômica e da emancipação social pode-se dar ganho de poder a elas, ajudando-as a mudar e governar as divisões e decisões dentro da família e na sociedade. A educação, o emprego e os direitos de propriedade das mulheres são cruciais para os destinos econômicos e para o bem-estar e liberdade dos diversos membros da família.

Assim a liberdade para procurar e ter emprego fora de casa pode contribuir para reduzir a privação relativa – e absoluta – das mulheres. A liberdade em uma área (de poder trabalhar fora de casa) parece contribuir para aumentar a liberdade em outras, mais liberdade para não sofrer fome, doença e privação relativa [*idem*, p. 252].

Segundo o mesmo autor, a liberdade substantiva¹⁸ é um conjunto de direitos que garante o exercício de agente, mediado por oportunidades econômicas e liberdades políticas. Para as mulheres rurais, a autonomia econômica é o primeiro passo para sua emancipação e superação da sua condição de subordinação em relação aos pais e maridos. A terra é um bem econômico, um patrimônio, e, em muitos lugares, elas não a herdam; quando herdam, geralmente lhes sobra o pior espaço. A subordinação é incentivada quando o casamento é a única possibilidade de as mulheres usufruírem de alguns bens econômicos (PAULILO, 2006a) – lembrando que usufruir não é sinônimo de possuir. Entre outros motivos, a falta de uma legislação para o meio rural que contemple as questões de gênero, permitindo meios de empoderamento econômico, tem estimulado o êxodo das mulheres rurais. Segundo observações empíricas¹⁹, as relações sociais no meio rural vêm apresentando mudanças significativas. Comportamentos que antes eram atribuídos às mulheres urbanas já são presenciados nesse contexto: mulheres separadas, mães solteiras e casamentos informais. Essas questões, bem como a questão da partilha dos bens duráveis e da terra, requerem novas abordagens. Chamamos aqui de “bens duráveis” os produtos como árvores (com valor comercial) ou o arrendamento da terra, até então usufruídos apenas pelos homens. O acesso ao crédito é outra pré-condição de empoderamento econômico das mulheres no meio rural; entretanto, o crédito, na forma atual, apresenta sérios limites para elas (culturais, institucionais, burocráticos) (ver Tabela 1).

O empoderamento das mulheres desafia relações familiares patriarcais, pois desestrutura a posição de privilégios vivida pelos homens nesse sistema (DEERE & LEON, 2002). Pensar na equidade de gênero e na superação das injustiças sociais implica pensarmos em políticas públicas que viabilizem a emancipação e a cidadania das mulheres.

¹⁸ A liberdade substantiva é a somatória de cinco tipos de liberdades instrumentais, a saber: a) liberdades políticas; b) facilidades econômicas; c) oportunidades sociais; d) garantias de transparência; e) segurança protetora (capacidade para escapar da subnutrição e da miséria). Vale lembrar que esse autor é indiano e que se empenhou para criar metodologias capazes de mensurar a pobreza, uma das quais é o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

¹⁹ Observações realizadas em encontros do MMC em Santa Catarina em 2006 e 2007.

As políticas de desenvolvimento para o meio rural devem considerar as condições reais de miséria econômica a que esta submetida a maioria das mulheres no meio rural. Pensar políticas de desenvolvimento é considerar a superação das necessidades imediatas para poder almejar e criar expectativas de um futuro mais promissor.

2.5 Empoderamento e a possibilidade da mudança

O termo “empoderamento”, assim como “gênero”, apresenta muitas interpretações e seu surgimento não é recente. Segundo Magdalena León (2000), a palavra *empowerment* aparece em textos da segunda metade do século XVII. Ela alerta que o termo generalizou-se nos últimos 15 anos, devido aos debates e escritos sobre o tema e, também, pela militância das mulheres que o utilizam para o trabalho de base²⁰.

A autora afirma que o conceito “empoderamento” tem ambivalências, contradições e paradoxos em seu uso. É justamente o termo em inglês que a autora prefere, porque ele denota ação, e será com esse referencial que trabalharemos. O empoderamento implica, segundo León, que o sujeito converte-se em agente ativo como resultado de um acionar, que varia de acordo com cada situação concreta, podendo impulsionar forças culturais e políticas a favor da mudança. Dentro do feminismo, responde ao desejo de contribuir para as transformações das relações de poder entre homens e mulheres e que precisam estar acompanhadas das mudanças da linguagem (escrita ou oral), que ajudarão na formação de um novo imaginário social.

Ela assinala que o termo tomou notoriedade a partir da década de 1980, quando no Sul da Ásia discutia-se empoderamento para os pobres; mais tarde o termo foi estendido também para as mulheres. Em vários seminários sobre mulheres na América Latina, essa temática estava presente juntamente com a questão da educação, mas foi somente em 1995 que se registrou um seminário com esse termo, convocado pelo colégio de Postgrado de México em Ciências Agrícolas e pela Universidad de Durham (*idem*, p. 193).

²⁰ Para a autora, o primeiro texto que usou o termo “empoderamento” foi o de Gita Sen e Karen Grown, texto-base para a III Conferência Mundial da Mulher, realizada em Nairóbi (Quênia), em 1985. A tradução para o espanhol deu-se em 1988 com o título “Desarrollo, crisis y enfoques alternativos: perspectivas de la mujer en el Tercer Mundo” (SEN & GROWN, 1988). O texto é proveniente do feminismo acadêmico e militante (das mulheres do Sul) e propõe a transformação das estruturas de subordinação da mulher e a mudança radical da sociedade. León assinala que a investigação sobre os processos de empoderamento concretos são importantes, porém escassos.

O uso do conceito varia de acordo com a área do conhecimento que a utiliza. Nas questões de gênero e desenvolvimento, na Psicologia, na Antropologia, na Ciência Política, no Direito e até mesmo na Economia, o que elas têm em comum é o foco na mulher. Não há consensos totais, por isso é preciso saber se seu significado é usado no seu sentido original como “emancipador” ou se é usado “[...] como sustituto de integración, participación, autonomía, identidad, desarrollo y planeación” (*idem*, p. 194). O uso do conceito é feito por diversos segmentos da sociedade, entre eles instituições privadas e públicas, empresários, agências internacionais, agentes sociais, educadores e o Estado, os quais usam o termo com diferentes finalidades, o que acaba alterando o seu significado.

Na tentativa de suprimir o impasse, Leon afirma que teóricas como Wieringa e Young fazem propostas ousadas. A primeira sugere que o termo seja usado para transformação social segundo a concepção feminista de mundo; a segunda autora entende que empoderamento, para o feminismo, “implica uma alteração radical dos processos e estruturas que reproduzem a posição subordinada das mulheres como gênero”²¹ (*idem*, p. 194-195).

Segundo a autora, o termo empoderamento usado pelo feminismo tem suas raízes nos movimentos sociais dos anos 1960, ou seja, na luta pelos direitos civis, denotando a idéia de poder. Na década seguinte, a teoria social crítica e o feminismo retomaram e desenvolveram esse conceito com base nos trabalhos de Gramsci, Foucault e Paulo Freire. Esses autores fundamentaram-se no pensamento marxista. Os dois primeiros trataram o poder como uma relação social. Em Gramsci, temos a importância da participação nas instituições e na sociedade para conquista da igualdade; em Foucault, temos a visão multidimensional do poder, que opera em todos os níveis da sociedade, é relacional e por isso está em conflito permanente, processo inevitável no jogo do poder; em Freire, na pedagogia do oprimido, discute-se como se pode transformar a consciência:

Este autor plantea un continuo que va desde la forma de conciencia no reflexiva, en que la persona es objeto y se encuentra sin capacidad de selección, a la visión de conciencia crítica, en la cual se pasa a una persona sujeto que se encuentra con la realidad y participa con capacidad de tomar decisiones y transformar [*idem*, p. 195].

²¹ Tradução livre de nossa autoria.

Esses autores demonstram que tanto as formas de poder como as consciências são histórica e culturalmente condicionadas pelas lutas sociais. León ressalta que eles não usaram nem a palavra “empoderamento”, nem “gênero”, mas essas questões estão implícitas em suas obras. Foi a partir da segunda onda do feminismo nos anos 1970 que diferentes grupos começaram a usar o termo empoderamento. Carmen D. Deere e Magdalena León (2002) entendem que a conquista da igualdade formal e a igualdade real são imprescindíveis no processo para o empoderamento. A igualdade formal abrange todos os direitos fundamentais contidos em uma legislação, enquanto a igualdade real evolui para incluir diferenças de sexo, direito das minorias, estendendo o direito de igualdade a todos os grupos – o que é uma justificativa para as políticas de cotas. A igualdade real refere-se à igualdade dos resultados.

Para compreender o alcance do empoderamento, as duas autoras fazem uma diferenciação entre quatro tipos de poder:

- a) poder *sobre*: representa a habilidade de uma pessoa em manipular o interesse dos outros a favor dos interesses próprios. O “poder sobre” é visto como negativo, aumenta o poder de um e diminui o poder do outro, é o que domina. Ele é o mais penetrante, pois evita a expressão do conflito e nega os interesses reais. Dá à situação um status de natural, divino e impede a transformação;
- b) poder *para*: é um poder facilitador, pode ser exercido por uma pessoa (líder) que atua como mediador entre os interesses coletivos e individuais. Permite troca e possibilidades de mudanças. Embora haja risco de manipulação e resistência, ele permite divergências e ações sem dominação;
- c) poder *com*: “permite que o poder seja compartilhado. Isso se torna aparente quando um grupo gera uma solução coletiva para um problema comum, permitindo que todas as potencialidades sejam expressas na construção de uma agenda de grupos que também é assumida individualmente” (*idem*, p. 54);
- d) poder *de dentro*: é a capacidade interior que se tem em resistir à dominação do outro e consegue rejeitar exigências indesejadas. Inclui o reconhecimento e análises dos aspectos e meios pelos quais se mantém e reproduz a subordinação das mulheres.

2.6 Empoderamento e gênero nas políticas públicas

Conforme León (2000), o campo conhecido como “Mulher e Desenvolvimento” (MED), adotado pelo feminismo liberal, foi alvo de críticas por ter um caráter reducionista,

pois não dava conta de resolver os problemas como a redução da pobreza e a satisfação das necessidades básicas das mulheres. Foi a partir dessas discussões que germinou o enfoque do empoderamento.

A autora aponta Maxine Molyneux, Carolyn Moser e Kate Young como principais integrantes do debate, todas com a meta de emancipar as mulheres. Segundo León, Molyneux, ao falar da subordinação das mulheres, aponta a heterogeneidade de seus interesses, estabelecendo a diferença entre interesses práticos e estratégicos. Porém, é indispensável uma tomada de consciência para lutar por seus direitos. Para Young (*apud* LEÓN, 2000), as linguagens do prático e do estratégico estão em relação com a condição e com a posição da mulher. A condição das mulheres refere-se aos aspectos materiais e práticos requeridos para um adequado nível de vida e da posição de *status* da mulher em relação aos homens. Essas necessidades práticas têm poder transformador e podem tornar-se estratégicas, com potencial para transformar as relações de gênero e suas estruturas de subordinação.

Para León, o debate no campo de Gênero e Desenvolvimento (GED) requer que se leve em conta o prático, imprimindo-lhe um caráter político. Na medida em que o prático é estratégico, ele pode ter um caráter feminista, mas aí surgem as perguntas: como fazer essa conversão? Que meios e ferramentas usar? Entre as respostas apontadas, surgiu a idéia de empoderamento como uma forma alternativa de perceber o desenvolvimento, que venha das bases e que implique, para o movimento de mulheres, dar ênfase na criação de consciência e de organização.

Amartya Sen (2000, p. 120-121) ressalta a importância de incluir nas políticas públicas de desenvolvimento e nos movimentos sociais o papel de agente das mulheres. Para tanto, afirma que:

as mulheres são vistas cada vez mais, tanto pelos homens como por elas próprias, como agentes ativos de mudança: promotoras de transformações sociais que podem alterar a vida das mulheres e dos homens [...] [mas não devem, de maneira alguma, sobrepor a sua condição de agente ao seu bem-estar e] [...] é preciso retificar muitas desigualdades que arruínam o bem-estar das mulheres e as sujeitam a um tratamento desigual; assim, o papel da condição de agente tem de concentrar-se, em grande medida, também no bem-estar feminino.

Lourdes Bandeira e Fernanda Bittencourt (*apud* HERNANDES, 2007, p. 51) apontam algumas especificidades na questão do empoderamento dentro das políticas públicas com enfoque no gênero ou na mulher:

As políticas públicas de gênero consideram a diversidade dos processos de socialização para homens e para mulheres, cujas conseqüências se fazem presentes, ao longo da vida, nas relações individual e coletiva. Já as políticas públicas para as mulheres têm centralidade no feminino enquanto parte da reprodução social. Esta centralidade posta na mulher-família reafirma a visão essencialista [...]. Configura-se, portanto, numa política pública que enfatiza a responsabilidade feminina pela reprodução social, pela educação dos filhos, entre outras necessidades que garantam a manutenção e permanência da família e não necessariamente seu empoderamento e autonomia. As políticas públicas para as mulheres não são excludentes das políticas de gênero, embora tenham uma perspectiva restrita, pontualizada, de menor abrangência, atendendo a demandas das mulheres, mas sem instaurar uma possibilidade de ruptura com as visões tradicionais do feminino.

Para León (2000), a idéia de empoderamento está relacionada com uma nova noção de poder, baseado em relações sociais mais democráticas e no impulso de um poder compartilhado. A autora aponta as outras concepções de poder binárias ou dicotômicas: poder dinâmico e capacidade de resistir *versus* poder estático, passivo e subordinado; poder instrumental e individual *versus* poder coletivo e político. A noção de poder como processo vem para vencer essas oposições e dualismos, sendo que a distinção entre poder individual e poder coletivo é a mais importante. Para esse debate a autora cita a psicóloga norte-americana Stephanie Riger. Segundo León, essa psicóloga sustenta uma forte polêmica sobre como a noção de empoderamento é usada na Psicologia comunitária norte-americana; “para Riger, o individualismo é um valor próprio da masculinidade” que diminui a importância da cooperação, dos valores da comunidade e dos vínculos com as pessoas.

El individualismo, que supone sujetos independientes, autónomos, seguros de si mismos, y con un sentido de dominio y separación, deja de lado aspectos de influencia social de derechos legales y poder político. Desconoce las relaciones entre las estructuras de poder y las prácticas de la vida diaria de individuos y grupos, ignora las estructuras sociales y desconecta a las personas del amplio contexto socio-político. Así, reduce el alcance del empoderamiento a percepciones individuales, desconociendo la situación tanto del contexto histórico que crea la conciencia de poder como de los procesos que rodean al sujeto [*idem*, p. 199].

Para o empoderamento não ser mera ilusão, ele precisa estar conectado no seu contexto com ações coletivas dentro de um processo político. Segundo León, Riger fala da importância de conhecer as percepções individuais sem cair no extremo de reduzir o empoderamento à psicologia cognitiva, que ignora o político e o histórico²². Para Young, segundo León, o empoderamento inclui a troca individual e a ação coletiva.

Se pensarmos como as mulheres rurais vivem, veremos que suas práticas são orientadas sempre para a realização das vontades e satisfações de desejos coletivos. Elas estão sempre preocupadas com a realização dos filhos e dos demais membros da família. Porém, muitas vezes revelam sutilmente os seus desejos e sonhos individuais que o *habitus* cultural encarregou-se de excluir ou negar. Não se trata aqui de negar um em favor do outro, mas de poder conciliar os dois. Para incluir as mulheres, os demais membros da família, em especial o pai ou chefe e os irmãos, terão que sair dos espaços que ocupam e permitir a criação de novos espaços sociais mais democráticos, capazes de abrigar a diversidade de idéias e interesses. Entretanto, temos que confessar: essa não é uma tarefa fácil, ainda que necessária se quisermos uma sociedade mais justa e igualitária.

2.7 Trabalho feminino e empoderamento econômico

O empoderamento econômico pressupõe, entre outras coisas, dinheiro, crédito e patrimônio. Esses elementos contribuem em grande medida para o aumento do poder das mulheres (poder *com*, poder *para* e poder *de dentro*) e possibilita a tomada de decisões e o aumento da liberdade de quem o possui. O dinheiro na modernidade, segundo Simmel (1998), abre um espaço vasto para a realização da individualidade e o exercício da liberdade, aumentando o sentimento de independência²³.

Todas as questões acima são complexas e não é pretensão aqui as aprofundar ou indicar saídas para as suas contradições. Interessa-nos mais colocar a relação que se estabelece entre esses temas e o trabalho realizado pelas mulheres. Embora a categoria

²² Para mais detalhes sobre esse debate, cf. Prado (2002).

²³ Temos que acrescentar que o debate entre liberdade e individualidade não é um tema de fácil discussão entre os teóricos que discutem a modernidade. O debate gira em torno da ambigüidade do dinheiro: de um lado estão os que criticam o seu caráter desagregador, pois provoca o desinteresse pela individualidade dos outros, gerando um forte individualismo. Por outro lado, é um mecanismo de mediação universal, pois permite que as pessoas comuniquem-se e estabeleçam relações por meio de compras em qualquer parte do mundo (SIMMEL, 1998).

trabalho não seja o ponto central deste texto, vale a pena lembrá-la, mesmo que secundariamente, porque ela tem a ver com as discussões sobre a igualdade de gênero e a possibilidade de empoderamento das mulheres. Isso nos remete ao debate sobre o trabalho das mulheres realizado nos espaços domésticos como podendo ou devendo ser mensurado. A mensuração cai no risco da ambigüidade, podendo ser usada para fins de emancipação e empoderamento ou, então, para reforçar estereótipos estigmatizantes. Contudo, como podemos empoderar as mulheres sem mensurar e valorizar aquilo que a economia de mercado considera invisível e sem valor?

Ao analisar o trabalho das mulheres em diferentes contextos sociais, Viviana Zelizer (1989) percebeu que o dinheiro oriundo da venda de produtos feitos pelas mulheres não apresentavam o mesmo valor de mercado que os realizados pelos homens, ou seja, nem todos os dólares (ou reais, no caso do Brasil) eram iguais. Enquanto as mulheres ficavam com o dinheiro da venda dos produtos de menor valor, aos homens cabia a venda de produtos de prestígio e com valor de mercado. Dentro da assimetria de gênero, também não eram iguais os destinos e as finalidades dos gastos dos recursos obtidos pelos homens e pelas mulheres. As mulheres investiam os seus ganhos na manutenção e subsistência da família, enquanto os homens investiam em patrimônio. Para a autora, o paradigma econômico dominante nega a existência dos dinheiros especiais (por exemplo, o dinheiro doméstico, oriundo da venda de ovos, da costura etc.), considerando a existência de um único dinheiro, o de mercado, racional e desprovido de valor.

Segundo Cristina Carrasco (1998), a economia feminista tem desenvolvido pesquisas que mostram a cegueira e o silêncio das políticas macroeconômicas sobre a contribuição das mulheres nas políticas de desenvolvimento. Segundo ela, os programas de estabilização econômica não levam em consideração o esforço e as estratégias adotadas pelas mulheres para conseguir o famoso “equilíbrio” entre mercado, salários mais baixos e sobrevivência da família que implica mais trabalho para as mulheres. A segunda cegueira dos modelos macroeconômicos sobre as questões de gênero é o descaso com o trabalho doméstico. Para ela, o trabalho doméstico é completamente ignorado pela economia de mercado, mas é ele também responsável pelo desenvolvimento humano e pela qualidade da força de trabalho, sem a qual o próprio mercado não existiria. Isso implica uma visão distorcida sobre as políticas redistributivas. De acordo com a autora, em épocas de crise as mulheres tendem a desenvolver

várias atividades simultaneamente (mercantis ou não), intensificando seu tempo de trabalho em prol do bem-estar da família, embora diminuam o próprio bem-estar.

Analisando as relações de gênero no meio rural, Alessandra Bueno de Grandi (1999) mostra como a valorização do trabalho ainda está associada à divisão sexual das tarefas. No âmbito da produção, o homem cuida da lavoura e das criações de grande porte, produtos que se destinam à venda no comércio e que propiciam renda maior. Já as mulheres estão relegadas ao trabalho reprodutivo como cuidar da casa e cuidar do quintal; atividades domésticas como lavar, passar, cozinhar, limpar a casa, educar os filhos, cuidar dos animais (vaca, porco, galinha e outros) ao redor da casa, preparar a comida para a família e para os animais, fazer ração, farinha, queijos e tirar leite; no espaço produtivo, a famosa “ajuda” na roça: carpir, plantar, colher, limpar etc.

Pacheco e Bascos (*apud* GRANDI, 1999, p. 21) consideram que:

o trabalho doméstico das mulheres é considerado infinitamente elástico, uma vez que ela transita por ambos os espaços: o da produção e da reprodução, o que demonstra que há uma flexibilização das atividades consideradas produtivas, o que não acontece com as atividades reprodutivas e domésticas.

Isso também ocorre, segundo elas, com a introdução das máquinas. Atividades manuais são consideradas femininas, mas podem deixar de ser quando feitas com auxílio de máquinas, pois o trabalho técnico é um trabalho de maior prestígio social, ocorrendo o mesmo com o crédito e a educação técnica. Nos censos agropecuários, as mulheres e os filhos são considerados mão-de-obra familiar não-remunerada. As estatísticas subestimam a qualidade e a quantidade do trabalho feminino: as mulheres são ativas, mas têm pouco acesso à renda.

Para Carrasco (1998), é preciso que as políticas econômicas elaborem estruturas conceituais e modelos formais capazes de contemplar as questões de gênero. O crédito, assim como o dinheiro, é um meio para aumentar o poder econômico. O crédito Pronaf-Mulher tem como um de seus objetivos o empoderamento econômico das mulheres. Sobre essa política cabe a pergunta: o que se deve financiar? Se as políticas de desenvolvimento macroeconômicas, conforme o já demonstrado, não considerarem as especificidades das mulheres no meio rural, o crédito será apenas mais uma forma de endividamento da família.

Para Sophie Louargant e Liliane Bensahel (2007), as políticas de desenvolvimento territoriais devem levar em consideração o trabalho dito privado, aquele diz respeito às mulheres. Tradicionalmente, o tempo privado está associado às atividades domésticas (realizadas no interior da casa e cuja finalidade é o bem coletivo), é um tempo sem valor monetário. Para elas, é necessário olhar para o público a partir das contribuições vindas do privado. Assim as mulheres participam com e ao lado dos homens em três instâncias: produção, reprodução e participação na vida comunitária.

É preciso levar em consideração as diferentes temporalidades que constituem os diferentes espaços. As mulheres têm uma temporalidade ligada a questões coletivas (comunidade). O tempo doméstico das mulheres é um tempo parental, dedicado à família, à sociabilidade e à educação dos filhos. Portanto, o valor do tempo do trabalho da mulher é diferente do valor do tempo das atividades consideradas mercantis. Mas nem por isso são sem valor, apenas requerem metodologias específicas para sua valoração. Quanto mais a mulher dedica seu tempo ao cuidado dos outros, mais ela diminui o tempo de dedicação pessoal. Para as autoras, as políticas de desenvolvimento precisam incorporar e valorizar as diferentes temporalidades e singularidades oriundas das questões de gênero; elas criticam a predominância de um modelo de desenvolvimento sexuado e masculino e acrescentam que é preciso incluir a trilogia “tempo”, “gênero” e “recursos” em tais políticas.

Para as autoras, é preciso colocar o princípio da igualdade entre homens e mulheres na elaboração de políticas ligadas ao desenvolvimento e que resultem em maior poder e orçamento para as mulheres. Para atingir-se a igualdade de gênero, apresentam cinco níveis (ou condições) para que as mulheres obtenham o empoderamento: bem-estar, acesso igual aos recursos; conscientização; participação e controle. Resumidamente, esses níveis definem-se assim e, de certa maneira, sintetizam parte do que foi exposto neste capítulo sobre o empoderamento:

- bem-estar: satisfação das necessidades básicas;
- acesso igual à terra, ao trabalho, ao crédito e às oportunidades;
- conscientização: compreensão das diferenças entre os sexos e gênero e seus questionamentos que orientam a construção social e cultural dos sexos; concepção igualitária e equiparada do tempo e do trabalho realizado por homens e mulheres;

- participação: igual entre homens e mulheres em todos os processos de decisão comunitária ou familiar;
- controle: participar das riquezas e controlá-las, de modo igual às riquezas e benefícios concedidos aos homens.

As autoras atribuem limites às políticas de desenvolvimento, que dificilmente obtêm o sucesso esperado devido sua à cegueira no que tange às questões apresentadas acima e, em especial, às especificidades da divisão sexual do trabalho e à complexidade das trocas entre bens e serviços. A estrutura das relações sociais e de parentesco, bem como as trocas entre bens e serviços, não se articulam em torno de relações monetarizadas, mas em função de valores recíprocos, por exemplo a solidariedade entre vizinhança.

Uma política de crédito que contemple as questões de gênero sob a perspectiva do empoderamento não pode furtar-se às questões propostas. Portanto, para que o Pronaf-Mulher seja uma política capaz de empoderar economicamente as mulheres, as normas técnicas sobre o que financiar precisa ser flexível a ponto de incorporar aquilo que, na ótica da economia mercantil, ainda não se considera um produto de mercado. Também não se pode esquecer que as atividades consideradas “femininas” variam conforme o contexto histórico e sociocultural. Na tentativa de superar a desigualdade existente entre mulheres e homens no acesso ao crédito é que se criou o Pronaf-Mulher em forma de cotas. Mas, como afirma Fernando Taques (2007), um empoderamento que inclui apenas uma parte dos excluídos e concede parcialmente direitos já existentes, sem mudar efetivamente a realidade, é apenas um empoderamento mitigado.

CAPITULO III – CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DO UNIVERSO DA PESQUISA

As duas regiões que compõem o universo da pesquisa de campo estão situadas no estado de Santa Catarina, região Sul do Brasil. A divisão política e a caracterização socioeconômica desse estado sofreram influências diversas ao longo de diferentes períodos históricos. Esses períodos foram responsáveis por trazer para o estado diferentes etnias, em particular as européias, as quais são responsáveis pela grande diversidade cultural encontrada. Podemos resumidamente definir os períodos das ocupações espaciais do estado segundo as origens étnicas: no século XVIII, o litoral foi colonizado por portugueses, oriundos dos Açores; em meados do século XIX, ocorreu a colonização do vale do Itajaí e do Norte catarinense por alemães; no final do século XIX houve a colonização do Sul por italianos e início do século XX, a colonização do Oeste por descendentes de alemães e italianos vindos do estado vizinho, Rio Grande do Sul. A população catarinense é formada por mais de 50 etnias, sendo predominantes os descendentes de portugueses, alemães, italianos e poloneses, embora, antes desses colonizadores, já ocupassem o território as etnias nativas (kaingang, guaranis e xókleng) (LAGO, 1988).

O estado de Santa Catarina está situado no centro da região Sul do Brasil. Ocupa uma área de 95.346.181 km²; segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano de 2000 a população total era de 5.356.360, dos quais 2.669.311 eram homens e 2.687.049, mulheres. Em 2007, o valor estimado de habitantes era de 5.866.252 habitantes e a população urbana, em 78,7% (IBGE, 2008).

Quanto à divisão política e administrativa, o estado tem atualmente 293 municípios, os quais estão divididos em seis mesorregiões, que por sua vez estão subdivididas em 20 microrregiões geográficas (MRG), vinte e uma associações de municípios (AM)²⁴ e 29 Secretarias de Desenvolvimento Regional (SDR)²⁵. Essas divisões e subdivisões geográficas e

²⁴ Criadas a partir de 1960, elas priorizam ajudas aos municípios nas áreas de contabilidade, informática e jurídica. Conforme CEPA (2004), as associações dos municípios apresentam-se assim classificadas: Granfpolis, Amfri, Ammvi, Amunesc, Amosc, Ampla, Amrec, Amauc, Amurel, Amures, Amarp, Amavi, Ammoc, Amoesc, Amai, Amvali, Amesc, Amurc, Amerios, Amnoroest e Amplasc.

²⁵ As 29 SDR estão assim distribuídas: São Miguel d'Oeste, Maravilha, São Lourenço do Oeste, Chapecó, Xanxerê, Concórdia, Joaçaba, Campos Novos, Videira, Caçador, Curitibanos, Rio do Sul,

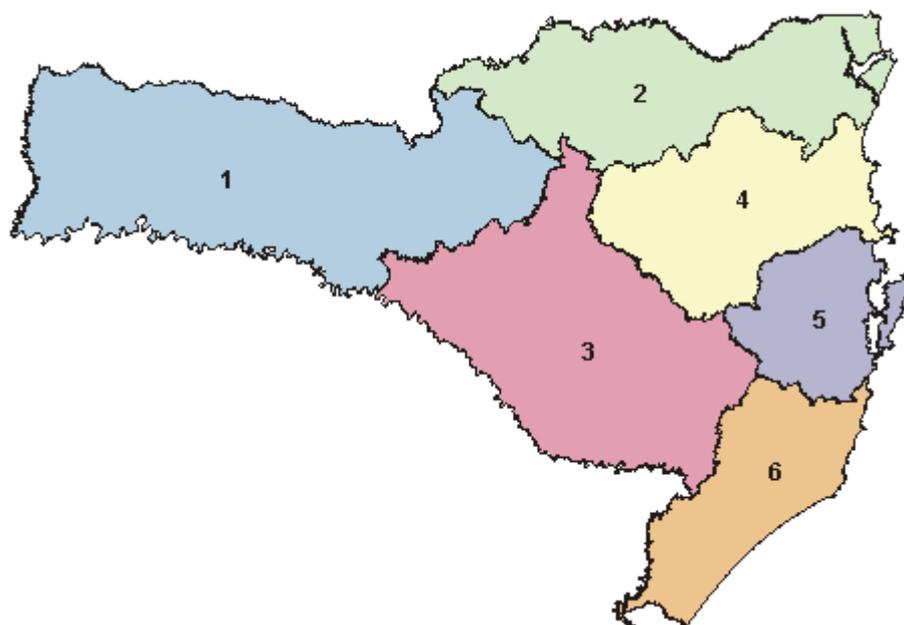
políticas são usadas como facilitadoras na operacionalização e na implementação de políticas regionais por parte das instituições governamentais. A propósito, o governo entende que tais subdivisões priorizam ações intermunicipais e colaboram na descentralização administrativa das políticas públicas.

Além dessas organizações, existem ainda as Comissões de Implantação de Ações Territoriais (CIAT) e o Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (Consad) presente nas três microrregiões que apresentam o maior índice de pobreza do estado. As duas últimas foram criadas após 2003 por iniciativa do governo federal, ligadas respectivamente aos ministérios do Desenvolvimento Agrário (MDA) e do Desenvolvimento Social (MDS), e são as que mais oferecem oportunidades concretas para intervenção e participação da sociedade civil organizada (CAZELLA, 2005).

Nas microrregiões, um município é central (geralmente o que leva o nome da MRG) e congrega os seus vizinhos tendo por finalidade integrar a parte administrativa, o planejamento e a execução de políticas públicas de interesse comum. As seis mesorregiões e respectivas microrregiões estão assim distribuídas: 1) Oeste Catarinense (Chapecó, Concórdia, Joaçaba, São Miguel d'Oeste e Xanxerê); 2) Norte Catarinense (Canoinhas, Joinville e São Bento do Sul); 3) Serrana (Campos de Lages e Curitibanos); 4) Vale do Itajaí (Blumenau, Itajaí, Ituporanga e Rio do Sul); 5) Grande Florianópolis (Florianópolis, Tabuleiro e Tijucas) e 6) Sul Catarinense (Araranguá, Criciúma e Tubarão), conforme o mapa abaixo.

Ituporanga, Ibirama, Blumenau, Brusque, Itajaí, São José, Laguna, Tubarão, Criciúma, Ararangua, Joinville, Jaraguá do Sul, Mafra, Canoinhas, Lages, São Joaquim, Palmitos (CEPA, 2004).

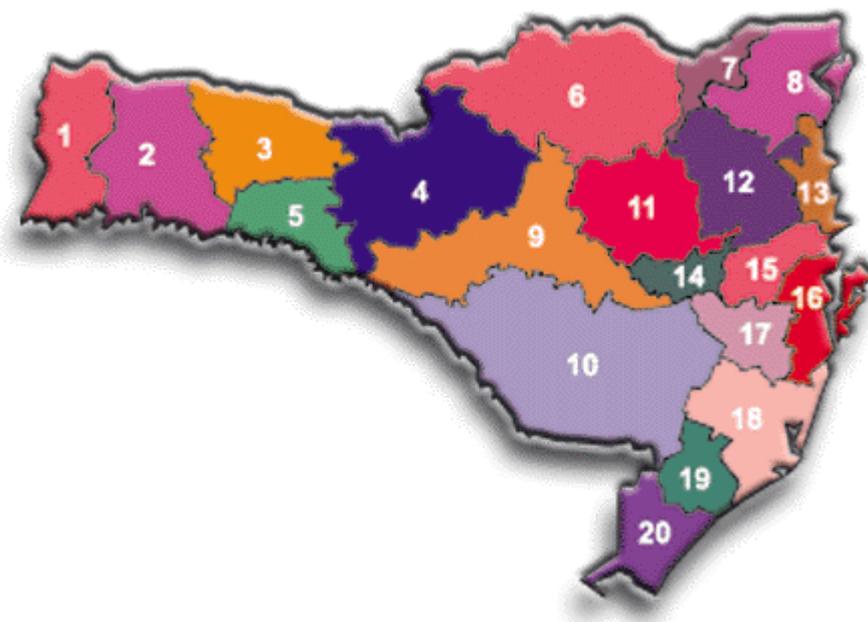
MAPA 1 – MESORREGIÕES DE SANTA CATARINA



FONTE: CEPA (2008).

Essa classificação serve para ilustrar os termos que adotaremos para classificar as duas mesorregiões que popularmente chamamos de regiões Oeste e Serrana. A nossa pesquisa de campo situou-se nas microrregiões de Campos de Lages e de Chapecó, conforme ilustra o mapa a seguir:

MAPA 2 – MICRORREGIÕES DE SANTA CATARINA



FONTE: IBGE (*apud* CEPA, 2002, p. 9).

LEGENDA:

1. São Miguel d'Oeste	6. Canoinhas	11. Rio do Sul	16. Florianópolis
2. Chapecó	7. São Bento do Sul	12. Blumenau	17. Tabuleiro
3. Xanxerê	8. Joinville	13. Itajaí	18. Tubarão
4. Joaçaba	9. Curitibanos	14. Ituporanga	19. Criciúma
5. Concórdia	10. Campos de Lages	15. Tijucas	20. Araranguá

3.1 Região Oeste

A mesorregião Oeste é composta por cinco MRG, totalizando 117 municípios; faz fronteiras a Nordeste com a mesorregião Norte Catarinense e a Sudeste com a Serrana; faz divisa com os estados do Paraná (ao Norte) e do Rio Grande Sul (ao Sul) e com a Argentina (a Oeste). Ela foi colonizada a partir do início do século XX por imigrantes oriundos do Rio Grande do Sul, em sua maioria agricultores familiares que migraram para a região em busca de terra para instalarem-se. Essa região foi maciçamente povoada pela etnia italiana oriunda também do Rio Grande do Sul por volta de 1920. Alemães também ocuparam a região em menor número. Para Renk (1997), outras etnias já ocupavam a região, os chamados “brasileiros” ou “caboclos”.

Essa região corresponde a 25% do território catarinense e tem sido muito estudada por seu caráter econômico (grande agroexportadora de suínos e frangos), sendo que sua agricultura sofreu mudanças consideráveis com a implantação do sistema de produção integrado²⁶ (agricultor e agroindústria). Alguns autores e pesquisadores, como Maria Ignez Paulilo, Julia Guivant, Valdete Boni, Valmir Stropasolas, Cristiane Beretta da Silva, Rubens Altman e Arlene Renk, realizaram estudos na região, além de haver diversas publicações feitas em parceria com o Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina (Icepa) e a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri), que ilustram as importantes mudanças socioeconômicas acontecidas aí. É uma região que apresenta um considerável desenvolvimento econômico, ocupando uma posição de destaque em relação às demais regiões do estado. Mas é preciso lembrar que internamente ela também apresenta um crescimento desigual, pois o sucesso econômico não atinge todos na mesma proporção.

Quanto às organizações políticas (oficiais), elas são as mesmas em todas as regiões do estado, embora a relação dos atores sociais e as instâncias representativas do poder governamental variem conforme o grau de mobilização dos agentes envolvidos. Essa região, segundo o *Atlas escolar de Santa Catarina* (SEPLAN, 1991), possui o maior número de cooperativas do estado. Tem marcos históricos importantes em grandes lutas feitas por movimentos sociais que aí nasceram. Dois exemplos: o Movimento de Mulheres Camponesas, que nasceu em Chapecó em 1980 (BONI, 2005; PAULILO, 2006a), e o MST, que, apesar de ter sua origem no Rio Grande do Sul, foi a partir de conquistas obtidas no Oeste de Santa Catarina que ganhou visibilidade²⁷.

Segundo o Censo Agropecuário de 1995-1996, o número de estabelecimentos rurais era de 88 mil, sendo 33,6% com menos de 10 ha e 93,8% com menos de 50 ha (IBGE, 1996). A região caracteriza-se pela forte presença das indústrias agroalimentares, alicerçada historicamente em unidades familiares de produção, tendo constituído, em apenas cinco décadas, o maior pólo agroindustrial de aves e suínos do país. A região produz mais de 50% do valor da produção agrícola do estado, destacando-se na produção de suínos, aves, milho,

²⁶ “Integração” é o nome que se dá às relações verticalizadas entre agroindústria e pequenos agricultores, em que o modelo de produção assemelha-se ao das indústrias. Segundo Paulilo (1990, p. 19), “são produtores integrados aqueles que, recebendo insumos e orientações técnicas de uma empresa agroindustrial, produzem matéria-prima exclusivamente para ela”.

²⁷ Para saber mais sobre esse movimento, cf. Lisboa (1988).

leite, feijão, soja e fumo. A população é de 1,17 milhão de habitantes, com 37% localizada no espaço que o IBGE classifica como meio rural (SILVESTRO, 2001).

O Oeste tem um potencial econômico originário da agricultura e também oriundo das agroindústrias aí concentradas. Outras atividades econômicas desenvolvem-se paralelamente ao sistema integrado (agricultor-agroindústria), principalmente a fruticultura (uva, laranja etc.).

3.1.1 Microrregião de Chapecó: formação cultural e estrutura fundiária

Dentro dessa mesorregião, a microrregião que nos interessa é a de Chapecó, porque dentro das divisões burocráticas um dos dois municípios da pesquisa de campo encontra-se nesse espaço. O Mapa 2 ilustra a sua localização em Santa Catarina. Essa microrregião possuía em 2006 uma população estimada pelo IBGE em 376.551 habitantes e divide-se em 38 municípios, que ocupam uma área total de 6.045,917 km². Entre esses municípios está o de Palmitos, que é parte de nosso campo de pesquisa.

A região Oeste foi a última a ser ocupada e também a última a definir os limites geográficos e políticos em Santa Catarina. Devido a isso, podemos dizer que três grandes disputas políticas travaram-se na conquista desse território. A primeira deu-se entre Portugal e Espanha, com esta recorrendo ao Tratado de Tordesilhas de 1492 e vendo-se no direito de ter parte desse território para si. A segunda disputa ocorreu no ano de 1761, novamente entre Portugal e Espanha, parcialmente resolvida pelo tratado de El Pardo (1761) e definitivamente solucionada em 1895; essa contenda foi resolvida com fundamentos vindos do Tratado de Santo Idelfonso (1777) e contou com a mediação do governo norte-americano dando ganho de causa ao Brasil (PAULILO, 1998). A terceira e última disputa foi travada internamente entre Santa Catarina e Paraná; resultando em luta armada, contra os caboclos que ocupavam a região nas terras devolutas da União. Essa questão só foi resolvida em 1916 com o fim do conflito que ficou conhecido como a “Guerra do Contestado” (MOMBELLI, 1996; RENK, 1997; DELLA FLORA, 2005). O conflito permeou as duas regiões estudadas. Os caboclos sobreviventes vivem na região e ainda enfrentam muita discriminação e preconceito; poucos conseguiram, desde então, comprar terra para plantar²⁸.

No século XIX abriu-se na região um novo caminho para passagem das tropas que até então tinham que obrigatoriamente passar por Lages. O novo caminho vinha do Rio Grande

²⁸ Para saber mais sobre este assunto, ler Auras (1991).

do Sul e passava pelo Oeste, então conhecido como território de Palmas, entrava no Paraná e ia até a feira de São Paulo. Já existiam na região alguns fazendeiros que ocupavam essas terras. Esses fazendeiros foram importantes aliados do Estado na ocupação do território e na dizimação da população nativa (RENK, 1997; DELLA FLORA, 2005). A população indígena, como se sabe, ocupava o território desde muitos séculos antes da ocupação. Mas os governos, os fazendeiros e as colonizadoras negavam sua existência; quando a reconhecia, fazia-o com ambigüidades, ora desqualificando a sua cultura e seu modo de vida e atribuindo-lhes adjetivos pejorativos como preguiçosos e perigosos, ora eram suscetíveis de serem adestrados (educáveis, aproveitáveis) etc. (PAULILO, 1995).

Os índios que ocupavam a região foram aos poucos sendo dizimadas ou adestrados para os trabalhos nas fazendas. Nas terras devolutas (da União) uma população formou-se às margens da nova rota das tropas que fora criada na região Oeste, como alternativa à única rota até então existente. Eram os chamados caboclos que trabalhavam na produção de erva-mate e na agricultura de subsistência. Com a mudança da família real para o Rio de Janeiro em 1808, as extensas terras começaram a ser ocupadas pela concessão de terra feitas pelo governo, cuja finalidade era garantir a ocupação da região. As grandes colonizadoras beneficiadas com o apoio do governo começaram a vender as terras ali. Tais empresas e o governo não reconheciam a existência da população cabocla e consideravam a região desabitada (PAULILO, 1995; RENK 1997). Para essa população, a terra ainda é um direito historicamente negado.

Hoje muitos desses caboclos trabalham em regimes de meação, parceria, arrendamento ou como peões nas propriedades dos “de origem”. A expressão “de origem” ainda é usada pelos moradores da região para denominar os que são de ascendência européia não-ibérica, sendo utilizado inclusive por caboclos. Segundo Fredrik Barth (1997), os termos que caracterizam uma etnia muitas vezes são usados para demarcar fronteiras simbólicas. Tais fronteiras podem ser flexíveis e permeadas por relações de poderes assimétrica e excludentes. Em geral, implicam a supremacia de uma etnia com mais recursos sobre a outra deles desprovida. Tais fronteiras não são explicitamente reconhecidas pela etnia em desvantagem, fato que faz que ela reconheça e atribua-se os termos autodenominados. Se houver mobilização da etnia excluída, a diferença pode ser manipulada a favor da mesma na hora de demandar políticas públicas específicas, como as políticas de cotas.

Retomando o percurso histórico da ocupação do Oeste, precisamos lembrar que no início do século XX a fronteira agrícola do Rio Grande do Sul estava estagnada e os limites fronteiriços entre Santa Catarina e Paraná definiam-se. As empresas colonizadoras tinham no Oeste uma grande oportunidade de negócio e começaram a investir em publicidade. Ofereciam as terras do Oeste aos colonos gaúchos com propagandas sobre terras férteis e baratas e aproveitavam a religiosidade dos italianos, incluindo na venda a construção da igreja logo que a comunidade fosse assentada. Assim os lotes passaram a ser vendidos por regiões.

A região de Chapecó foi colonizada pela empresa de propriedade do maior coronel²⁹ da região, o senhor Hernesto Bertaso, que mais tarde foi Prefeito de Chapecó. As empresas colonizadoras mandavam para os municípios preferencialmente pessoas da mesma origem étnica e religiosa: alguns municípios recebiam apenas alemães católicos, outros somente alemães evangélicos. A grande maioria dos municípios recebeu descendentes de italianos. Em alguns municípios, como em Palmitos, as duas etnias fizeram-se presentes (MOMBELLI, 1996; DELLA FLORA, 2005).

Os imigrantes que aí chegaram levados em parte pelas propagandas, trouxeram consigo grandes expectativas em relação à região e ao futuro; como indica Della Flora (2005), eles vieram com o intuito de ficar ricos. Frente a uma realidade dura, terras com matas densas, sem estradas etc., não se deixavam abater; a perspectiva de um futuro melhor movia-os na solução dos problemas cotidianos e com eles novas profissões desenvolviam-se, como ferreiro, carpinteiros e comerciantes.

Após a década de 1970, a agricultura da região começou a apresentar mudanças significativas com o processo de integração do pequeno produtor rural ligado às agroindústrias.

A agroindústria até então não era um oligopólio, ou seja, não se concentrava nas mãos de poucos, e desenvolveu-se graças a iniciativas de alguns italianos que comercializavam produtos suínos na feira de São Paulo e de lá traziam outras mercadorias que eram comercializadas na volta. Esse processo resultou em empresas como Sadia, Perdigão e Seara, entre outras de grande e médio poder econômico. Essas e outras empresas tiveram grandes

²⁹ Segundo Paulilo (1995), em 1831 o governo imperial criou a Guarda Nacional, uma espécie de milícia que atuava como força militar auxiliar (e alternativa) à do Exército. Seus comandantes recebiam graduações semelhantes às do Exército, fato que lhes rendera o termo “coronel”. Em várias regiões do país, inclusive no Sul, esse papel foi desempenhado pelos líderes políticos locais (fazendeiros), daí resultando o fato de o termo “coronel” significar “chefe político”.

incentivos fiscais do governo. Também não se pode esquecer que uma parcela considerável desses empresários atuava (e atua) com frequência na esfera governamental, alguns como deputados e senadores, outros como titulares de cargos em ministérios (GIESE, 1991). Além das vantagens políticas, como investimentos em infraestrutura e subsídios, essas empresas beneficiam-se em grande parte do trabalho de pequenos e médios agricultores familiares via integração. No caso de uma crise no setor, os principais prejudicados serão sem dúvida os agricultores, pois não dispõem de seguridade alguma; devido a exigências e normas técnicas desde que se integraram às agroindústrias, fizeram altos investimentos nas propriedades para poderem continuar no ramo.

3.1.1.1 Palmitos

Palmitos está situado no extremo Oeste de Santa Catarina, na microrregião de Chapecó, às margens do rio Uruguai. Foi fundado em 2 de março de 1954. Tem como atrativos turísticos águas termais e cachoeira. A população é descendente de diversas etnias: alemã e italiana (vindas do Rio Grande do Sul na década de 1920), cabocla, polonesa e francesa. O clima é subtropical úmido, com temperatura média entre 16° C e 26° C. Palmitos fica à margem da rodovia BR 283, a 20 km a Oeste de São Carlos e a 60 km de Chapecó. De acordo com Wikipédia (s/d) e com nossos dados coletados em campo, boa parte das famílias tem algum tipo de integração com agroindústrias e cooperativas ligadas à suinocultura, ao laticínio, à avicultura e às fumageiras, fontes de onde vem parte significativa da renda das famílias.

Sua população foi estimada, em 2007, em 16.061 habitantes. Segundo dados do IBGE, em 2006 o município possuía 2.158 estabelecimentos agropecuários, dos quais 395 possuíam tratores. As principais atividades econômicas são a pecuária e a agricultura, com ênfase no plantio de milho e feijão e, atualmente, eucaliptos, além de, em menor proporção, fumo. Também é destaque a produção de aves, suínos, leite e ovos, tendo 1.433 estabelecimentos com aves; 1.274 estabelecimentos com suínos; 1.276 estabelecimentos com produção de leite e 744 estabelecimentos com produção de ovos. O município possui ainda três agências bancárias (do Banco do Estado de Santa Catarina (BESC), da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil – é neste último que se efetua a maioria dos contratos do Pronaf), uma cooperativa agrícola (Cooper A1) e duas cooperativas de crédito (Crehnor e CrediA1)- (FEBRABAN, 2008; IBGE, 2008).

3.2 Região Serrana

A mesorregião Serrana é composta por duas microrregiões, Campos de Lages e Curitibanos; as duas juntas somam 30 municípios. Sua ocupação deu-se em meados do século XVIII. A pedido do Governador da Capitania de São Paulo, d. Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão, e sob responsabilidade de um abastado paulista, Antônio Correia Pinto, em 1766 estabeleceu-se na serra catarinense um povoado atualmente denominado Lajes. Nos primeiros anos, o local exerceu a função de estalagem na rota comercial entre Rio Grande do Sul e São Paulo, principalmente na passagem do gado que vinha dos campos gaúchos para a feira de Sorocaba, de onde seguia para abastecer os trabalhadores da extração de ouro em Minas Gerais. Correia Pinto batizou o vilarejo com esse nome devido à abundância da pedra laje na região. Há quem diga que seu nome era Nossa Senhora dos Prazeres dos Campos das Lages de Pedra; o nome religioso dever-se-ia à construção de uma capela erguida na recém-formada vila. A cidade localiza-se na bacia do rio Canoas e lá se encontra a nascente do rio Caveiras.

Lages inicialmente era o lugar onde os bandeirantes paulistas faziam seus pousos quando vinham com suas tropas do Rio Grande do Sul. Eles foram os primeiros a formar um pequeno vilarejo na região. A área era ocupada por indígenas, os quais foram dizimados pelos chamados bugreiros, ou caçadores de “bugres” (índios). Com a ocupação, ou seja, com a invasão das terras, segundo relatos de viajantes, os índios ofereciam resistência; os grandes fazendeiros para facilitar a ocupação, contratavam homens para matar os índios³⁰.

O planalto catarinense é composto por 30 municípios, sendo Lages a cidade central da região Serrana. A economia de Lages e dos demais municípios é basicamente sustentada pela pecuária, pela agricultura, pela indústria madeireira e pelo turismo rural.

Com a forte influência dos grandes fazendeiros que lá chegaram por meio das bandeiras, o resultado foi a presença significativa da etnia cabocla. Em estudo sobre a presença de migrantes italianos e caboclos na região, Neusa M. S. Bloemer (2000, p. 23) aponta várias definições do termo “caboclo”. Em algumas, o termo é sinônimo de “mestiço” (de branco com índio); em outras, o significado é pejorativo, pois refere-se a um estigma. Contudo, a autora apóia-se no uso do termo como uma categoria sociológica que permite a designação de uma condição social. Conforme verificamos empiricamente, o termo é

³⁰ O termo “bugre” ainda é usado na região para caracterizar pessoas que não se expõem ao público (tímidas). O termo vem do estilo de vida dos indígenas que, na época, moravam embrenhados na mata.

destinado aos descendentes de pais de qualquer etnia que se tenham casado com descendentes dos indígenas. Geralmente, os homens que trabalhavam como peões nas fazendas “casavam-se” com mulheres indígenas, pois dificilmente encontravam mulheres de outras etnias que os quisessem. Para Bloemer, as pessoas da região autodenominam-se agricultores (ou produtores rurais). Segundo Renk (1997), essa etnia no Oeste era constituída pelos pobres que trabalhavam e ainda trabalham para os colonos italianos. O termo caboclo designa populações com certa semelhança nas regiões Serrana e Oeste, mas na Serrana seu número é maior.

Conforme vimos, na região Oeste as mobilizações e organizações populares conquistaram espaços e reconhecimento em nível nacional; dessa forma, por exemplo, elegeram a agricultora Luci Choinack inicialmente Deputada Estadual e, depois, Deputada Federal. Ela foi uma grande aliada do MMC e das mulheres em geral, lutando pelo reconhecimento da profissão de agricultora. Na região Serrana, as organizações populares em grande parte ainda estão associadas à Igreja Católica, como é o caso do Movimento de Mulheres Camponesas e o Movimento de Pequenos Agricultores.

3.2.1 Microrregião de Campos de Lages: estrutura fundiária

A microrregião de Campos de Lages integra a mesorregião Serrana. Sua população foi estimada pelo IBGE, em 2006, em 299.571 habitantes (destes, 161.583 mil mora em Lages), e divide-se em 18 municípios. Possui uma área total de 15.726,010 km², sendo a maior em dimensão territorial de Santa Catarina. As cidades mais frias do Brasil encontram-se aí e é comum ocorrerem nevascas e geadas intensas na região. Durante o inverno os termômetros podem registrar temperaturas negativas, mas no verão não é raro passar dos 30° C.

Ao contrário do que ocorreu no Oeste, a região Serrana foi fundada com fins estancieiros e suas terras foram ocupadas em forma de posse. Conhecida como Campo dos Pinhais (antes de ser Lages), sua ocupação deu-se por fazendeiros arruinados de origens paulista e portuguesa, alguns foragidos, “criminosos” ou degradados. Também chegaram tropeiros vindos do Paraná e do Rio Grande do Sul com a finalidade de criar gado. Junto de si traziam vaqueanos contratados para cuidar das tropas de burros e protegê-las dos ataques indígenas. Entre os tropeiros, existiram aqueles que, por meio de apadrinhamentos clientelistas do chefe político local (coronel), tornaram-se grandes fazendeiros (MATIAS, 2007). Posteriormente alguns deles tornaram-se os comerciantes da região e outros tornaram-se coronéis (MACHADO, 2001).

Nas vastas áreas de pastagens, a criação extensiva de gado era feita com o objetivo de vender o couro e o charque na feira de Sorocaba. A venda era intermediada pelos tropeiros. Os trabalhos nas fazendas eram feitos por peões e agregados, os quais não eram assalariados e raras vezes recebiam pequenos pagamentos por trabalhos extras. A relação que se estabelecia com o dono das fazendas era a de favores. Em troca do trabalho, o peão ou o agregado recebia um pedaço de terra para morar e fazer a lavoura de subsistência. Essa terra devia ser próxima do rancho onde moravam e localizar-se na parte mais íngreme ou improdutiva da fazenda. Em momentos de dificuldades (intempéries, pestes ou doença) nas famílias dos peões e agregados, a ajuda vinha dos fazendeiros (coronéis). Em retribuição, muitos peões tornavam-se capangas³¹ dos fazendeiros. Essas ajudas reforçavam as relações clientelistas e davam origem ao “curral eleitoral”; assim o fazendeiro (coronel) fazia o papel de polícia e governo local (AURAS, 1991; LOCK, 1998).

O ciclo agropecuário estendeu-se na região até a década de 1930, quando começou a dar sinal de crise. Depois disso, podemos dizer que a região apresentou mais dois ciclos econômicos, o do extrativismo madeireiro e o do reflorestamento. Na década de 1940, descendentes de italianos e alemães vindos do Rio Grande do Sul iniciaram a derrubada da mata nativa (de araucárias) e introduziram as grandes serrarias. Essa fase começou a dar sinal de esgotamento no fim da década de 1970 (AURAS, 1991; LOCK, 1998). Ainda na década de 1970, devido à conjuntura política nacional, tinha-se a crença de melhorar de vida indo para os grandes centros urbanos. Embora Lages não fosse um grande centro, a cidade atraiu muitos agricultores da região. Devido às precárias condições de vida no meio rural (solos inférteis e pobreza), sem condições de viajar para muito longe, muitos agricultores foram para Lages trabalhar nas madeireiras como Batistella e Minusa. Nesse período o governo federal ampliou o investimento em empresas privadas ligadas ao setor de celulose; entre as beneficiadas estão a Klabin e a Celucat, ambas do mesmo grupo e que se instalaram na região absorvendo parte da mão-de-obra dos agricultores migrantes. Porém, os investimentos do governo limitaram-se a subsídios e incentivos fiscais a tais empresas. Os investimentos em infraestrutura e saneamento básico ficaram à margem, precarizando cada vez mais as condições de vida da população local (RODRIGUES, 1999; SILVA, 1994).

³¹ Esse termo ainda é usado pelos mais velhos da região para referirem-se ao empregado ou agregado que pode fazer tocaia para matar algum inimigo de seu patrão.

Com o esgotamento da mata araucária e o risco de extermínio da mata nativa, a fase seguinte (e atual) tem sido a do reflorestamento, com a plantação de *Pinus*. Com o aval de projetos governamentais, essa fase tem favorecido o grande capital. Mais uma vez, os agricultores, sem contar com políticas agrícolas justas e por não terem um projeto alternativo de agricultura sustentável, arrendam suas terras para a plantação de *Pinus*, podendo torná-las inutilizáveis no longo prazo (MATIAS, 2007).

As relações clientelistas e de compadrio sofreram alterações após a década de 1980, mas não o suficiente para eliminá-las das práticas eleitoreiras. Ainda existe muita troca de favor entre prefeitos e vereadores e os seus eleitores, principalmente nos municípios menores que compõem a região Serrana. A lei, em muitos lugares, ainda tem sido a palavra dada, o que tem implicações e desencontros em outras instâncias institucionais e nas relações sociais locais. Em relações que envolvem contratos, geralmente as pessoas perguntam o que ele significa, mas não o lêem – e assinam a partir do que ouvem, em confiança sem saber exatamente o que assinaram³².

3.2.1.1 São José do Cerrito

O município de São José do Cerrito foi fundado em 1971 e localiza-se no planalto Serrano de Santa Catarina. Segundo dados do IBGE, em 2007 a população era de 10.304 habitantes, dos quais 79% reside no meio rural; além disso, é um dos municípios catarinenses de maior extensão territorial. O município em sua origem chamava-se Carú, termo indígena que significa “terra fértil”. Mais tarde recebeu o atual nome: “São José”, em homenagem ao padroeiro da primeira capela construída na localidade, e “Cerrito”, como diminutivo de cerro, um tipo de vegetação presente na região. Devido às precárias condições econômicas e sociais, esse município apresentou no ano de 2000 o quinto pior Índice de Desenvolvimento Humano de Santa Catarina. Atualmente tal situação apresenta melhoras, subindo para o 13º lugar em ordem decrescente. Por outro lado, o município possui exuberantes paisagens com potencial turístico (CAZELLA, 2005; MATIAS, 2007).

³² Em campo presenciamos duas situações dessa natureza, ambas relativas ao seguro do Pronaf. Os segurados fizeram o seguro, mas não leram as restrições do contrato e o banco omitiu as informações. Ao solicitar o seguro, descobriram que a folha que assinaram tinha normas burocráticas que desconheciam e que os impediam de usar o recurso, mesmo tendo perdido a safra. Eles alegavam que o gerente do banco não os avisou (ou seja, que foi omissivo). Devido à precariedade econômica, os agricultores não têm um apoio jurídico e, muitas vezes, nem sequer acham que seja esse o meio para buscar a solução.

O município de São José do Cerrito traz em sua história forte influência da cultura cabocla. Foi colonizado por bandeirantes paulistas, alguns descendentes de italianos vindos do Rio Grande do Sul e alguns descendentes de alemães vindos do litoral – muitos dos quais se tornaram donos de serrarias e fazendas. A maioria da população em sua origem vivia na condição de posseira ou agregada. Sua economia vem da agricultura, sendo um dos maiores produtores de feijão do estado. Segundo o IBGE, (Censo Agropecuário de 2006) o município possuía 2.166 estabelecimentos agropecuários, dos quais 283 com tratores. Deste total de estabelecimentos, 1.333 produziam aves, 798 produziam suínos, 704 produziam leite de vaca e 123 produziam ovinos. Acredita-se que atualmente estes dados não tenham sofrido alterações consideráveis. O município possui ainda uma agência bancária (do BESC, incorporado recentemente pelo Banco do Brasil) e uma cooperativa de crédito (Credicaru).

Não há em Cerrito presença de agroindústrias e o comércio local obtém parte de seu lucro graças às compras realizadas pelos aposentados. Segundo Cazella (2005), o município possui aproximadamente 2.300 aposentados, cujos benefícios previdenciários mensais ficam em torno de R\$ 600.000,00, enquanto que o Valor Bruto da Produção Agropecuária é de R\$ 900.000,00. A perspectiva de melhora nas condições de infraestrutura da região é aguardada pela população local com a conclusão da pavimentação da BR 282 prevista para o segundo semestre de 2008 (rodovia que corta o município, interligando o Oeste do estado ao litoral). Há a expectativa de que, na temporada de verão, os turistas argentinos que cruzam o Oeste do estado em direção ao litoral façam parada no município, mas vale lembrar que até o momento o município não dispõe de serviços de hospedagem.

3.3 Observações empíricas: rupturas e permanências

Três ordens de considerações precisam ser feitas tanto para Cerrito quanto para Palmitos: a) questões geracionais, b) valores e mudanças sócio-culturais associados ao espaço ocupado e c) falta de perspectiva de empoderamento econômico para mulheres e a conseqüente migração.

No que se refere aos valores geracionais, é bem verdade que as mulheres mais jovens que habitam o meio rural desses dois municípios atualmente vivem uma situação “privilegiada” em relação ao que passaram suas mães e avós. Esse privilégio deve-se à conquista de alguns direitos e benefícios antes inexistentes, a exemplo de meios de transporte próximos de suas casas, possibilidade de concluir os ensinos Fundamental e Médio, existência de seguridade social, direito de sindicalização e de concorrência a cargos públicos e maiores

possibilidade de consumo. São pequenas mudanças culturais que lhes renderam mais liberdade de opinar em casa e participar do espaço comunitário, ter mais informação e conhecimento.

Em ambos os municípios, as mulheres acima de 45 anos reclamam da forma como viveram suas juventudes. Foram privadas de liberdade tanto para decidir o rumo de suas vidas quanto para conhecer o funcionamento biológico do próprio corpo. A intimidade da vida conjugal e a maternidade só eram descobertas com a experiência vivida, fato que causava espantos e traumas até hoje não superados. Os espaços dessas mulheres eram simbolicamente espaços de exclusão e muitas vezes de reclusão; segundo relatos durante nossa pesquisa, as mulheres que transgredissem as normas morais vigentes corriam o risco de ficar em cárcere doméstico, ou seja, não poderiam nem sequer ir à missa e, em quase todos os casos, estariam condenadas ao celibato. A missa era o espaço da espiritualidade e de manifestação da religiosidade, mas era também o espaço de lazer e socialização. Até mesmo na igreja, o espaço das mulheres era separado dos homens, pois o controle da sexualidade feminina ia desde o ambiente religioso até o âmbito doméstico.

Aos homens a sexualidade e a busca pelo prazer eram encorajados pelos mais velhos e pelos amigos: afinal, era preciso demonstrar virilidade. Aos homens casados, a fidelidade era recomendada, mas poderiam transgredi-la sem risco de sanções, desde que não abandonassem o lar. Não é raro encontrar homens que digam que aproveitaram a juventude fazendo festas. Fazer festas e ter muitas mulheres, namoradas ou não, era, e é, entre a maioria dos homens, sinônimo de curtir e aproveitar a juventude. Andarem sozinhos e não dar satisfação dos atos cometidos longe do espaço doméstico era privilégio dos homens.

O casamento era esperado por muitas mulheres como a possibilidade de uma vida melhor, mas não raro esse sonho tornava-se um pesadelo quando elas descobriam que a sua função era apenas a de serem mães. O papel da maternidade era tido como dom divino e, como sugere Della Flora (2005), as mulheres que não engravidassem assim que se casassem eram mal vistas na comunidade. O papel da mãe era gerar filhos para a mão-de-obra na lavoura. Além dos afazeres domésticos, elas ainda iam para a lavoura levando os filhos pequenos consigo. Muitas mulheres falam³³ que colocavam os filhos bebê em cestos de bambus por elas fabricados e deixava-os à sombra de algum arbusto próximo ao local onde

³³ A partir de relatos em conversas informais nos encontros de mulheres e nas visitas às comunidades desses dois municípios.

trabalhavam com os demais membros da família. Não podiam contar com ajuda de sogra ou mãe e raras vezes contavam com a ajuda de irmãs ou cunhadas, exceto nos 40 dias de resguardo³⁴. As casas mais antigas eram muito precárias, fato que tornava o padrão de vida similar entre os vizinhos. As relações na comunidade davam-se por necessidades e por solidariedade; assim, trocavam alimentos entre si, pois o comércio era escasso e produziam quase tudo o que se consumia. Também em períodos de safra trocavam dias de trabalho durante a semana. Os sábados e domingos eram reservados às visitas entre amigos e festas na comunidade. A solidariedade entre os membros da comunidade era feita de diversas formas: podia ser em trabalho ou em doações de alimentos e outros produtos. Se um vizinho porventura sofresse alguma intempérie na lavoura ou algum imprevisto de saúde na família, a comunidade fazia um mutirão (em Palmitos) ou um “puxirão” (no Cerrito) para ajudar essa família.

As mulheres em Cerrito relatam que não podiam andar sós, pois isso as tornava mal vistas na comunidade. Muitas mulheres eram e ainda são dependentes de seus esposos. O traço de subordinação histórica das mesmas foi por muito tempo legitimada pela moral e pelos bons costumes. Com isso, a mulher, para ser bem vista na comunidade onde morava, precisava ter certos atributos: não ser fofoqueira, não ser curiosa (“especula”³⁵), cuidar da sua vida sem saber ou comentar a do vizinho. Isso contribuiu para gerar pessoas, principalmente mulheres, que não desenvolveram o *habitus*, no sentido dado por Bourdieu³⁶, de ir em busca de assuntos que sejam externos ao espaço doméstico. Elas, muitas vezes, não sabem como perguntar, levadas pela timidez ou pelo medo de serem submetidas aos julgamentos acima descritos³⁷.

Segundo Paulilo (2004b, p. 2), “historicamente a mulher foi considerada a responsável pela educação dos filhos, ela não era aceita nos espaços públicos e nem preparada para isso. A igualdade de gênero na constituição só foi conseguida em 1988 no Brasil”. Querer que elas saibam tudo sobre seus direitos e exigir que essas mulheres mudem de ontem para hoje é uma

³⁴ O resguardo eram os 40 dias de repouso após o nascimento de um filho.

³⁵ Esse termo ainda é usado para designar alguém que interroga, pergunta e investiga.

³⁶ Para este autor, a noção de *habitus* refere-se à interiorização de normas e dos valores sociais. “O *habitus* pressupõe um conjunto de ‘esquemas generativo’ que presidem a escolha; eles se reportam a um sistema de classificação que é, logicamente, anterior à ação” (BOURDIEU, 1983, p. 16).

³⁷ Tanto em Cerrito quanto em Palmitos, as duas mulheres viúvas da amostra revelaram que, quando vão ao banco, sempre o fazem na companhia de um filho homem ou de um irmão.

missão audaciosa. Há mudanças quando o marido solicita que ela realize tarefas ainda consideradas masculinas – como ir ao banco –, porque com isso ela tem a legitimidade social para tal atitude, o que a livra de comentários indesejados. Para Paulilo (*ibidem*): “A educação das mulheres, voltada para o lar, não preparou grande número delas para obter seu próprio sustento a não ser em funções sem qualificação e mal remuneradas. Ainda assim, as mulheres de famílias pobres sempre trabalharam. Porém, como o modelo idealizado era ficar em casa, mesmo quando estavam sempre trabalhando, seu trabalho era visto como temporário”.

Participar mais da vida pública não é necessariamente vantagem para as mulheres e às vezes nem mesmo para os homens. Marques (2004), ao pesquisar a participação das mulheres nos conselhos municipais, descreveu que a paridade efetiva requer competências econômicas e culturais, atributos indispensáveis para conseguir o máximo de benefício a favor da causa representada. Para ele, o conhecimento permite interpretar e transformar as informações recebidas, mas adverte: o que garante a paridade nos conselhos municipais não é apenas o número de representantes de cada segmento; a desigualdade revela-se também nos meios disponíveis a cada segmento. Os funcionários do Estado são contratados para participar desses conselhos; já os pequenos agricultores não recebem salário algum e ainda precisam dar conta de suas atividades rotineiras, ou seja, precisam dispor de mais tempo para mais uma atividade.

Além disso, as discussões, realizadas em linguagem técnica, dificultam a compreensão por parte do(a) agricultor(a) com pouca escolaridade, que muitas vezes deixam de buscar seus direitos por não dominarem tal informação ou linguagem. Os contratos de créditos foram adaptados, mas ainda possuem termos muitas vezes longe do cotidiano e do saber local das mulheres rurais. O modelo apresentado do Pronaf não foge à regra.

Nas décadas de 1960 e 1970, o padrão socioeconômico começou a mudar nesses dois lugares. Na região Serrana já estava instalado o ciclo de exploração da madeira e as instalações de fumo integrado à empresa Souza Cruz. Enquanto isso, no Oeste, iniciava-se o processo de integração dos agricultores às agroindústrias de aves e suínos. Na integração, em ambos os municípios, o integrador vendia ou vende os insumos da produção para o agricultor e compra deste o produto final. Nesse período já estava implantada a “revolução verde” e com ela as propagandas de uso de insumos e fertilizantes químicos para “recuperação do solo”. Essa revolução tinha por meta acabar com a fome no mundo via produção de alimentos em grande escala, mas não demorou para que o mundo visse que não passava de um mito, já que a fome não acabou e os solos apresentam sinais de esgotamento cada vez maiores. Dessa

forma, os métodos que deviam apenas recuperar o solo, acabaram sendo de uso contínuo e em maior proporção. Com isso, o agricultor tornou-se cada vez mais dependente das empresas fabricantes de agrotóxicos e fertilizantes agrícolas. Os financiamentos de máquinas agrícolas e a chegada dos técnicos da antiga Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina (Acaresc, hoje Epagri), juntamente com os clubes 4S³⁸, traziam para esses espaços as idéias de modernidade (DELLA FLORA, 2007) e de mudanças no modo de produzir. A mudança da estrutura produtiva implicava mudanças sociais e culturais, nem sempre fáceis de serem percebidas pelos atores sociais que aí viviam. Com esse modelo, os mais pobres foram sendo excluídos; alguns vendiam suas terras em Cerrito para trabalhar como assalariados nas madeireiras, pois não tinham recursos para recuperar o solo por meio dos fertilizantes químicos.

Com a entrada desse novo modo de produção, o trabalho também sofreu mudanças; os dias de trabalho que antes eram trocados passaram a ser pagos em dinheiro. Agora até as mulheres podem ganhar por dia desde que o trabalho não exija todos os membros da família; o valor do seu trabalho é sempre inferior ao dos homens, mesmo que elas produzam igualmente. Devemos considerar que ir para a roça (pedaço de terra plantado após a queima, trabalho exclusivamente manual) ou para a lavoura (terra já cultivada e que permite o uso de máquinas) era uma atividade odiada pela maioria das mulheres, fato que fez muitas escolherem namorados que trabalhassem como empregados na cidade, pois viam nos futuros maridos a possibilidade de livrarem-se da vida dura que enfrentavam juntamente com as mães. Essa desvalorização do trabalho da mulher também foi verificada em pesquisa realizada por Paulilo (1987b).

A dureza do trabalho, a sua falta de valorização e o acúmulo da jornada ao chegar a casa eram os motivos principais porque as mulheres tanto detestavam a vida no meio rural. Os homens, mesmo que precisassem pedir dinheiro aos pais, sempre tinham uma remuneração pelo trabalho na roça; muitos ajudavam no cultivo do pai e tinham a sua roça separada. Às meninas só restava o trabalho em troca da comida e raras vezes uma peça de roupa. Com o trabalho de diarista remunerado, tanto para o homem quanto para a mulher, foi possível questionar certos valores até então considerados sagrados: a autoridade absoluta do pai, por

³⁸ Os técnicos dos clubes 4S (“Saúde, Saber, Sentir e Servir”) eram responsáveis por ensinar os jovens rurais a produzir em um padrão de mercado. Eles ainda são lembrados em Palmitos; no Cerrito eles foram menos expressivos e quase ninguém se lembra deles.

exemplo. A mulher começou timidamente a questionar e reivindicar direitos até então concedidos apenas aos homens.

Essa abertura no espaço doméstico ocorreu e ainda vem ocorrendo à custa de muito conflito geracional. As idéias dominantes (religiosas e patriarcais) a que até então apenas se obedecia passaram a ser questionadas. Nesse contexto, novas mudanças ocorreram: muitos agricultores foram excluídos do processo modernizador e contra essa exclusão surgiram os novos movimentos sociais com apoio da ala progressista da Igreja Católica.

Na década de 1980, a Teologia da Libertação apoiou a criação do Movimento de Mulheres Agricultoras. Nesse momento as agricultoras ganharam um espaço na igreja e na sociedade. É o que revela em depoimento uma militante ao falar sobre o que o movimento significou na sua vida:

Nossa, mudou praticamente tudo na minha vida! Daí que a gente começou vivê, já digo. Porque antes era casa, roça, família e igreja, era isso. Depois que eu comecei participá, aí que eu comecei vivê... passamo a ser “mulher”, porque antes era “companhera”...³⁹

Juntamente com essa abertura, a televisão chegou a alguns lares do meio rural e começou a levar informações até então desconhecidas das mulheres e das jovens. Essas informações muitas vezes são consideradas caminhos para a desintegração dos valores morais e culturais, resultando no que José de Sousa Martins (2000) chamou de “modernidade anômala”. É verdade que a televisão e outros meios de comunicação têm um caráter ambíguo, pois, por um lado, servem aos grandes detentores do capital e têm o papel de incentivar o consumo mas, por outro lado, levam informações sobre direitos dos cidadãos que a muitos só é possível saber dessa forma.

Com essas aberturas, as mulheres das novas gerações vivem realidades diferentes das de suas mães e avós. Houve melhoras no padrão de consumo, mas esse padrão não atingiu todos de maneira igual. Para mantê-lo, a mulher da geração atual encontra outros papéis que são decorrentes das novas formas de atividades realizadas no meio rural.

Em Palmitos, as famílias que integradas a alguma cooperativa (de suínos ou frangos) revelam que a rotina de trabalho envolve os três turnos, os quais são divididos entre as

mulheres, os maridos e os filhos. A atividade na lavoura é secundária, mas elas ainda continuam ajudando na roça e nas demais atividades da propriedade. Quanto às atividades domésticas, segundo elas, hoje têm tido pouca participação dos homens. Entre as casadas mais jovens há uma afirmação de que ambos administram o dinheiro, mas isso se dá porque elas vão mais ao mercado. Em consequência da nova rotina de trabalho estabelecido, é preferível que ela faça algumas atividades que antes eram tidas como masculinas – ir ao supermercado e ao banco.

Essas atividades demandam tempo e, devido ao trabalho da mulher ter valor inferior ao do homem, é mais rentável que ela incumba-se delas. As mulheres reclamam que não têm mais tempo nem mesmo aos domingos e sabem que estão perdendo alguns valores como visitar as vizinhas, partilhar experiências, tomar um chimarrão, participar de movimentos reivindicatórios etc. Boni (2005) também constatou isso em sua dissertação sobre o trabalho das mulheres nas agroindústrias de pequeno porte do Oeste catarinense.

As visitas entre vizinhas sempre foram momentos que vão muito além de lazer; como espaços de socialização, elas apresentam outros benefícios, como a busca de solução para problemas cotidianos: por exemplo, uma vizinha tem um problema que outra já viveu e superou; esta encarrega-se de ensinar o método adotado para a amiga. Essa troca dá-se em relação ao cuidado com os filhos e com a família, com as trocas das sementes e assim por diante.

3.4 Diferenças e semelhanças nos municípios pesquisados

A forma de ocupação das terras no Cerrito foi diferente da de Palmitos. Em Cerrito se adquiria um alqueire de terra por uma vaca ou alguns leitões. Já em Palmitos, desde a sua origem, a terra tinha valor de mercado e as mulheres (em especial as de origem italianas) não a herdavam. Mas, como veremos no capítulo IV, as mulheres que sofreram com esse sistema revelam que isso não ocorrerá com suas filhas.

Quanto ao uso da terra e dos bens nela produzidos, em nenhum dos dois lugares as mulheres jovens a usufruem. Já os rapazes podem plantar ou arrendar parte da terra ou mesmo vender alguns dos bens produzidos (madeiras, arrendamento para plantação ou pastagem), embora isso não aconteça em todas as famílias. Esses incentivos econômicos fazem que os homens tenham uma relação diferente com a terra. A mulher, como nunca recebeu nada pelo

³⁹ A depoente, que tem 62 anos de idade, participa há 21 do movimento.

trabalho realizado nos campos, muitas vezes não percebe o valor que a terra tem para si; a relação da mulher com a terra dá-se na forma de acúmulo de trabalho não pago, que ela faz para o benefício da família. Isso explica, em parte, porque muitas mulheres odeiam o trabalho na roça ou na lavoura.

Esse assunto requer mais análise e não é possível aprofundá-lo aqui. Mas conforme observamos em campo, nas famílias mais capitalizadas existe maior abertura quanto à questão da renda para as mulheres. Elas participam e usufruem mais da renda vinda da terra, querem permanecer no meio rural e pensam em investir na propriedade. Como também percebeu Silvestro (2001), nessas famílias a renda é um meio para permanecerem no meio rural.

As mulheres migram para a cidade em busca de um trabalho remunerado e, mesmo que não ganhem muito dinheiro, dificilmente voltam para o meio rural. O salário é para elas a maneira de exercer sua liberdade. Embora as jovens de hoje tenham mais abertura em casa do que tiveram suas mães, elas sabem que seu trabalho em casa e na roça ainda é desprestigiado e não tem valor; a liberdade quanto à sexualidade ainda é mais controlada que a dos meninos. É possível observar que as mulheres que ficam no meio rural casam-se ou vão morar com o namorado ainda muito jovens, a maioria para fugir do controle dos pais.

Sair de casa cedo é o sonho de muitas adolescentes, mas isso nem sempre é simples, pois dependem de meios (casar ou migrar) e condições para isso. Ao iniciarmos a pesquisa, pressupusemos que quanto mais pobre fosse o município, maior seria a migração das mulheres, mas algumas estatísticas têm mostrado o contrário. Conforme as tabelas a seguir, em Palmitos a renda e o nível de escolaridade são maiores que em Cerrito e, no entanto, a migração das mulheres em Palmitos é maior que a do Cerrito.

TABELA 2 – COMPARAÇÃO DE ESCOLARIDADE E RENDA ENTRE CERRITO E PALMITOS (1991)

DADO	PALMITOS	CERRITO
População total	17.749	11.204
Adultos com menos de quatro anos de estudo (em %)	11,0	46,8
Adultos com menos de oito anos de estudo (em %)	84,2	90,0
Jovens entre 18 e 24 anos com menos de quatro de estudos (em %)	12,3	20,8
Jovens entre 18 e 24 anos com menos de oito de estudos (em %)	64,0	80,1
Quantidade de pobres (em %)	55,0	64,0

FONTE: a autora, a partir de PNUD (2003) e IBGE (2008).

NOTA: os percentuais da educação de adultos referem-se à população maior de 25 anos.

TABELA 3 – COMPARAÇÃO DE ESCOLARIDADE E RENDA ENTRE CERRITO E PALMITOS (2000)

DADO	PALMITOS	CERRITO
População total	16.034	10.393
População masculina acima de 10 anos	6.638	4.464
População feminina acima de 10 anos	6.701	4.086
Homens acima de 10 anos com renda (em %)	77,89	70,78
Mulheres acima de 10 anos com renda (em %)	64,78	41,92
Adultos com menos de quatro anos de estudo (em %)	9,2	40,4
Adultos com menos de oito anos de estudo (em %)	78,1	85,4
Jovens entre 18 e 24 anos com menos de quatro de estudos (em %)	9,0	18,5
Jovens entre 18 e 24 anos com menos de oito de estudos (em %)	47,4	70,5
Percentual de pobres	18,6	48,0

FONTE: a autora, a partir de PNUD (2003) e IBGE (2008).

NOTA: os percentuais da educação de adultos referem-se à população maior de 25 anos.

Conforme as tabelas acima, a renda e a escolaridade tanto de mulheres quanto de homens entre os dois municípios apresentam algumas diferenças, que podem ser explicadas, em parte, pela formação histórica, política e cultural específica de cada localidade. Porém, em ambos os municípios há desigualdades de gênero: as mulheres são as que menos ganham e na maioria das vezes participam em pé de igualdade com os demais membros da família nas atividades ditas produtivas. Em geral, só conseguem algum recurso quando ele é originário de alguma atividade tida como marginal ao modelo produtivo vigente – vendas de ovos, costura, crochê etc. A renda assim adquirida é geralmente aplicada em melhorias do ambiente doméstico.

Na questão da escolaridade temos uma diferença considerável tanto do ponto de vista econômico, como do ponto de vista sociológico. O número de estabelecimentos escolares públicos e privados reflete-se nas diferenças dos percentuais de escolaridade e renda nos dois municípios. Em Cerrito há dois colégios de Ensino Médio (um de nível técnico), três escolas de Ensino Fundamental (e 41 de séries iniciais) e 11 escolas de Ensino Pré-Escolar. Exceto o colégio agrícola de nível técnico, as demais escolas e colégios são públicos e gratuitos. Em Palmitos há três colégios de Nível Médio (sendo um colégio privado), quatorze escolas de Ensino Fundamental (sendo uma particular), onze escolas de Ensino Pré-Escolar (destas, uma

é privada) e um curso superior, de Enfermagem, ligada à Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

Conforme verificado no universo da pesquisa, em Palmitos os pais reservam parte de seus orçamentos para ajudar nas despesas dos filhos e filhas que saem de casa para estudar: assim, “primeiro os estudos, depois o trabalho”. Em Cerrito é comum ouvir: “meus filhos saíram para trabalhar e estudar”. Devido ao baixo poder econômico das famílias, os filhos saem para trabalhar para auto-sustentarem-se e ajudarem nas despesas da família, que fica no meio rural – mas são as mulheres que mais contribuem. Portanto, primeiro trabalham e, se sobrar dinheiro, investem nos estudos. As filhas mulheres, ao empregarem-se, mandam parte do salário para a mãe, na forma de compras de utensílios domésticos, de roupas ou remédios para os que ficaram no campo.

Tanto no Cerrito quanto em Palmitos, os filhos homens, ao saírem de casa, em geral têm a perspectiva de voltar para o meio rural, embora nem todos voltem. O mesmo não se dá em relação às mulheres. Em Palmitos não se constatou a sazonalidade de empregos por parte dos jovens; já em Cerrito os homens saem para empregarem-se nas entressafras, retornando à casa da família na época do plantio (LOCKS, 1998; CAZELLA, 2005). Essa tem sido a forma encontrada de continuar reproduzindo a agricultura local. A pouca escolaridade tem dificultado a colocação dos jovens no mercado de trabalho e, em alguns casos, os costumes tradicionais da forma de trabalhar em casa (ser “livre”) poupa-os de regras rigorosas em termos de horário, o que pode influenciar na decisão de voltar. Segundo depoimento de uma entrevistada, os meninos voltam mais porque não estão acostumados a fazer as atividades domésticas, pois quando estão em casa essas tarefas são feitas pelas mães e irmãs e, por isso, têm mais dificuldade em adaptar-se fora de casa. Já as mulheres, como trabalham em casa e na roça, estão acostumadas à dureza da dupla jornada.

Vale lembrar que nas famílias mais empobrecidas, o índice de escolaridade ainda é baixo. Mesmo hoje, com o programa Bolsa-Família⁴⁰ sendo um incentivo para os pobres freqüentarem a escola, existe em Cerrito, nas famílias mais pobres (com pais analfabetos ou

⁴⁰ É um programa de transferência de renda que atende famílias cuja renda mensal *per capita* esteja entre R\$ 60,00 e R\$ 120,00. O programa tem por objetivo reduzir a pobreza e a subnutrição, sendo uma estratégia para chegar-se ao chamado “fome zero”. Os valores pagos atualmente pelo Programa Bolsa-Família aos seus beneficiários variam de R\$ 20,00 a R\$ 182,00, de acordo com a renda mensal *per capital* da família e com o número de crianças e adolescentes até 17 anos (no caso de adolescentes, somente se freqüentarem a escola) (MDS, 2008).

semialfabetizados), a idéia de que, após concluir as séries iniciais, deva-se dar ao filho o direito de estudar até o ano que quiser. Assim muitos filhos dizem não gostar de estudar e, por isso, encerram os estudos após concluírem o primário (atuais séries iniciais). Em algumas famílias, as mulheres que desistem de estudar são as que mais trabalham em casa. Com isso, as atividades da escola acabam sendo um fardo a mais nas suas tarefas diárias. Há certa “seletividade” naturalizada no seio familiar que decide quem deve seguir os estudos e é fácil encontrar, em uma mesma família, filhas que se dedicam ao estudo, enquanto outras realizam as atividades rotineiras do campo e da casa.

Em relação às mulheres mais empobrecidas, sua rede de amizades e contatos é estreita e seu vocabulário, restrito à comunicação doméstica, suficiente apenas para dirigir-se aos mais próximos. Seu horizonte de mobilidade socioespacial muitas vezes chega, quanto muito, à porteira da propriedade (ou ao portão do pátio, quando são arrendatários). A perspectiva de futuro dessas mulheres resume-se à possibilidade ou ao sonho de casarem-se. O sonho de mudar de vida pela via do casamento (ou arranjos maritais) é muitas vezes uma ilusão que as torna vítimas de homens preconceituosos que, na linguagem popular, “usam-as e abandonam-as à própria sorte”. Isso, em muitos casos, faz que troquem várias vezes de parceiros, na esperança de que os próximos sejam melhores que os anteriores e que lhes ofereçam a possibilidade de melhora econômica.

As novas formas de arranjos familiares não são mais exclusividade do meio urbano, o que nem sempre significa maior liberdade e conquista para as mulheres, em especial no meio rural. Desprovidos de contratos formais, esses relacionamentos estão isentos de compromissos e direitos. Assim, ao romper tais laços conjugais, as mulheres acabam tendo que voltar para a casa dos pais sem direito algum e, muitas vezes, com um ou mais filhos para criar. A pensão pode ser exigida no caso de paternidade, mas muitas famílias conservadoras acham que o valor pago não cobre a ofensa e a humilhação por que passa a família. Além desses padrões morais, as pensões recebidas são irrisórias e, por vezes, não compensam os desgastes emocionais e financeiros decorrentes de sua solicitação.

A falta de perspectiva de empoderamento econômico tem sido um motivador para a saída das mulheres do meio rural, sendo que saem aquelas que têm maior percepção da condição subordinada em que vivem. A migração implica novos horizontes de possibilidades e liberdade como sugere Sen (2000). Essa percepção das desigualdades é possibilitada àquelas que detêm o maior capital cultural pois, por meio dele, acabam criando possibilidades de

buscar o capital econômico e sabem que o meio rural não lhes oferece muita alternativa quanto a isso – primeiro porque as políticas públicas não contemplam suas demandas e, depois, porque o machismo em casa ainda é um preconceito a ser vencido.

CAPITULO IV – MULHERES RURAIS E PRONAF

O Pronaf-Mulher pode ser um instrumento de empoderamento econômico para as mulheres rurais? Com base nas orientações teóricas explicitadas no capítulo II e nos dados empíricos da pesquisa, procuramos encontrar resposta a essa questão, que foi norteadora do projeto de investigação. O empoderamento econômico das mulheres rurais tem sido a aposta dos gestores das políticas públicas no Brasil, em especial os ligados ao MDA e à Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM). Em nossa tentativa de resposta, procuramos comparar mulheres que obtiveram o Pronaf-Mulher em Palmitos e o Pronaf-Custeio em Cerrito e em Palmitos, com o propósito de identificar diferenças substanciais nas duas modalidades deste crédito e no seu uso. Assim sendo, buscamos olhar o perfil das mulheres que usaram essas modalidades levando em conta idade, número de filhos, escolaridade (ganho em capital cultural), participação em redes (membros de organizações comunitárias) ou em movimentos sociais e cooperativas de crédito (capital social). Outras variáveis também foram consideradas: se a família desenvolve atividades integradas às agroindústrias (laticínio, aviários, fumageira ou suinocultura); ainda sobre a possibilidade de empoderamento, foi considerado o uso dos recursos das atividades financiadas para responder questões como: houve melhoras após obter o crédito? Como se deu o acesso ao crédito? Houve mudanças nas relações sociais relativas à divisão dos trabalhos domésticos e ocupação do espaço público?

Existem outras questões consideradas importantes que ficaram à margem da pesquisa, como a questão do tamanho da propriedade, mas isso se resolveu levando-se em conta o grupo em que a mulher encaixou-se no Pronaf. Tal informação foi facilitada pelo fato de haver predominância, nesses municípios, da agricultura familiar. Certamente existem outras variáveis que também são relevantes; algumas apareceram no decorrer desta dissertação, mas provavelmente outras, por falta de tempo e devido às limitações encontradas, ficaram de fora. O uso de metodologias tanto quantitativas quanto qualitativas foi necessário para o desenvolvimento da pesquisa, sendo que priorizamos a segunda por dar respostas mais satisfatórias para a análise dos dados.

A pesquisa de campo apresentou mais dificuldades do que as inicialmente esperadas por dois motivos: a) por abranger dois municípios em regiões diferentes de Santa Catarina, com características agrícolas semelhantes, mas economicamente distintos; b) por termos que observar mulheres que buscaram o Pronaf-Custeio nos dois municípios, e, em um mesmo

município (Palmitos), as duas modalidades (ou seja, Pronaf-Mulher e Pronaf-Custeio). Cerrito não apresentou nenhum registro de Pronaf-Mulher, motivo pelo qual nos interessamos em olhar comparativamente os dois locais. Os recursos metodológicos utilizados ao longo da pesquisa fizeram-nos associar diferentes técnicas de pesquisa: entrevistas em grupo com mulheres que demandaram e não conseguiram obter o Pronaf e entrevistas semiestruturadas com as que o obtiveram.

O critério de escolha das entrevistadas deu-se de modo diversificado. Em Cerrito, metade das mulheres entrevistadas que acessaram o Pronaf-Custeio foram indicadas pela cooperativa de crédito Credicaru⁴¹ e o restante foi indicado por líderes comunitários (em especial, líderes do MMC). Em Palmitos, os bancos e as cooperativas de crédito (Banco do Brasil e Credi A1) não autorizam a divulgação de nomes de clientes e as indicações ocorreram via líderes comunitários, sindicato⁴² e Epagri. Considerando a dificuldade de deslocamento dentro de tais municípios, em especial em Palmitos, e a dificuldade de acesso aos nomes e endereços das mulheres que demandaram o crédito, nossa amostra ficou reduzida a um total de 26 entrevistadas, sendo em Cerrito oito mulheres que acessaram o Pronaf-Custeio e quatro que não o fizeram, totalizando 12 entrevistadas. Das que não acessaram, duas foram demandantes e não conseguiram aprovação, as outras duas não se interessaram. No total geral da amostra, o período de acesso ao crédito ficou compreendido entre 2000 e 2007. Porém, as mulheres que acessaram o Pronaf-Mulher fizeram-no após 2005 (ano de que consta registro de acesso em Santa Catarina) – fato que nos chamou a atenção para a realização da pesquisa, já que essa linha de crédito existe desde 2003.

Em Palmitos, foram entrevistadas quatro mulheres que acessaram o Pronaf-Custeio, seis que acessaram o Pronaf-Mulher e quatro que não acessaram nenhuma das formas de financiamento, somando 14 entrevistadas. O número maior de entrevistas em Palmitos deveu-se à existência das duas modalidades do Pronaf. Em Palmitos todos os contratos foram realizados no Banco do Brasil (BB), enquanto em Cerrito três foram na cooperativa de crédito

⁴¹ A Credicaru é uma cooperativa de crédito vinculada ao Sicoob; foi implantada em Cerrito em 1994 pelos agricultores (CAZELLA, 2005). Em 2004 a cooperativa contava com 2.998 agricultores associados. Das três entrevistadas que são associadas, d. Ana Lúcia participou da fundação; todas afirmaram ter conhecimento das assembleias que acontecem anualmente, mas disseram não dispor de tempo para participar.

⁴² Esse foi nosso principal aliado para obtermos os nomes das mulheres a serem entrevistadas e propiciou nosso transporte no município, atuando também como guia até as entrevistadas (pois desconhecíamos a região).

e os demais, no Banco do Brasil de Lages (pois em Cerrito não há agências desse banco). O Banco do Brasil trabalha em parceria com a Creducarú, sempre que necessário consulta a cooperativa para pedir referências dos agricultores deste município que procuram crédito de Pronaf no referido banco.

Exceto quando expressamente indicado, as entrevistas ocorreram em duas etapas: uma no primeiro semestre de 2007 e a outra no segundo semestre do mesmo ano. Em Cerrito, porém, alguns contatos foram estabelecidos em 2005, ano de elaboração do projeto. O quadro a seguir dará uma visão mais geral do perfil de nossa amostra; os nomes dos(as) entrevistados(as) foram preservados, conforme acordado na hora das entrevistas. Assim preferimos adotar pseudônimos para as mulheres demandantes e não-demandantes do crédito; nos demais casos, preferimos usar apenas a função do funcionário ou representante da instituição ou movimento de que participa, exceto nos casos em que o entrevistado não pediu sigilo. Vale lembrar que em ambos os municípios, os(as) entrevistados(as) inicialmente mostraram certa resistência em falar abertamente. Isso se deveu ao fato de a pesquisadora ser uma pessoa inicialmente desconhecida, gerando desconfiança da parte de alguns sobre a finalidade das perguntas, temendo que as respostas pudessem acarretar problemas futuros. Outros acharam que a pesquisadora poderia estar ali a serviço do governo ou do banco, de modo que ressaltamos a importância da indicação via líderes comunitários ou via pessoas mais próximas dos(as) entrevistados(as); tal procedimento foi um recurso facilitador em nossos contatos.

QUADRO 3 – PERFIL GERAL DAS ENTREVISTADAS EM CERRITO E EM PALMITOS

LOCAL	CATEGORIA DO PRONAF	NOME	IDADE	ESTADO CIVIL	GRAUDE ESCOLARIDADE	NÚMERO DE FILHOS	I.A.	GRUPO DO PRONAF	ORGANIZAÇÕES COMUNITÁRIAS OU GRUPO QUE NIEGRA
Cerrito	Pronaf-Custeio	Ana Rosa	67	Viúva	Primário	2*	Não	E	Igreja
		Ana Paula	53	Casada	Primário	11*	Não	C	Igreja
		Ana Lúcia	44	Casada	Primário	2	Não	C	MMC/Igreja Credicaru
		Ana Maria	30	Casada	Médio	1	Não	C	MMC/Igreja
		Ana Cristina	31	Casada	Médio	1	Não	E	Credicaru
		Ana José	23	Juntada	Médio	2	Não	C	Cooperativa em Lages
		Ana Dalva	27	Casada	Médio	2	Não	C	Igreja, Credicaru
		Ana Dolores	40	Solteira	Superior incompleto	0	Não	E	Cooperativa em Lages
	Pronaf-Mulher	Não há	-	-	-	-	Não	-	-
	Sem acesso ao Pronaf**	Dolores	20	Solteira	Médio	0	Não	-	SDR, Igreja
		Josefa	30	Casada	Médio	1	Não	-	MMC
		Salete	36	Casada	Primário	2	Não	-	Igreja

QUADRO 3 – PERFIL GERAL (CONT.)

		Prazer	28	Juntada	Primário	0	Não	-	Não participa
	Total de entrevistadas	12	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não	Não se aplica	Não se aplica
Palmitos	Pronaf-Custeio	Benta	40	Casada	Fundamental	2	Não	C	MMC
		Santa	68	Casada	Primário	7*	I.A	D	Igreja
		Rosária	45	Casada	Primário	2*	I.A	E	MMC, Cooperativa
		Glória	26	Casada	Médio	2	I.A	C	MPA
	Pronaf-Mulher	Maria Júlia	45	Casada	Primário	2*	I.A	D	Cooperativa
		Maria Lúcia	41	Casada	Primário	3*	I.A	D	Clube de mães
		Maria Rosa	39	Casada	Primário	2	I.A	D	Cooperativa
		Maria Antônia	40	Casada	Fundamental	2	I.A	C	Não participa
		Maria Paula	35	Juntada	Fundamental	2	I.A	C	Grupo de mães, MPA
		Maria Luiza	39	Casada	Primário	2	I.A	D	Igreja
	Sem acesso ao Pronaf**	Celma	45	Casada	Primário	3	Não	-	MMC
		Silvia	40	Casada	Primário	2	Não	-	MMC
		Selina	24	Juntada	Médio	1	I.A	-	Não participa
		Jovina	38	Juntada	Primário	0	Não	-	Não participa

QUADRO 3 – PERFIL GERAL (CONCLUSÃO)

	Total de entrevistadas	14	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não	Não se aplica	Não se aplica
Cerrito e Palmitos	Total da amostra	26	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não	Não se aplica	Não se aplica

FONTE: a autora.

NOTAS:

1. * Um ou mais filhos com curso superior completo ou cursando
2. ** Tanto em Cerrito quanto em Palmitos, a primeira e a segunda mulher citadas na ordem de cima para baixo na categoria “sem acesso ao crédito” foram demandantes do Pronaf; as duas últimas nunca demandaram
3. I. A.: unidades familiares que têm algum tipo de integração à agroindústria (aviária, laticínia, suinocultura ou fumageira – a última em menor proporção)
4. Foram mantidas as classificações feitas pelas entrevistadas, sendo que o Ensino Médio (antigo segundo grau) segue a denominação atual, mas o antigo ensino primário atualmente é classificado como Séries Iniciais.

Olhando rapidamente para o Quadro 3 é difícil perceber diferenças no perfil das mulheres de Cerrito e de Palmitos, mas há dois pontos a salientar: atividades integradas às agroindústrias e a participação em organizações e movimentos geralmente ligados à Igreja Católica. Em Cerrito, as atividades integradas ainda são quase inexistentes porque o município não possui agroindústrias; a única empresa integradora existente é a fumageira Souza Cruz. Em Palmitos, das dez mulheres que acessaram as duas modalidades do Pronaf, nove estão integradas a uma agroindústria ou a uma fumageira; na fumageira há apenas duas. Salta aos olhos que o crédito destinado aos agricultores tem favorecido o capital de giro das grandes empresas agroindustriais, como outros estudos já constataram (cf., entre outros, BÚRIGO, 2006).

Embora não tenhamos procurado aprofundar a relação entre políticas públicas para a agricultura familiar e para a grande empresa agrícola, o crédito para as mulheres parece tomar o mesmo rumo discriminatório. A política pode até gerar sinergia de recursos entre diferentes setores da economia; não haveria nenhum problema nisso, não fosse o seu caráter seletivo e ao mesmo tempo excludente. Nesse sentido, o crédito do Pronaf apresenta um caráter ambíguo porque, por um lado, prioriza a diversificação e a ampliação das atividades agrícolas e, por outro lado, exclui os menos capitalizados. Nas entrevistas com os técnicos e representantes do banco em Palmitos isso está muito claro: a prioridade na concessão de crédito é para quem estiver integrado, porque as atividades integradas são menos suscetíveis a crises e variações de preço do que a agricultura tradicional. A forma estrutural da política de crédito para a agricultura familiar tem raízes em décadas anteriores. Conforme constatado por Paulilo (1987a), na década de 1980, a integração aumentava o *status* socioeconômico dos agricultores junto às instituições financeiras e com isso se ampliava o acesso dos mais capitalizados às políticas de crédito subsidiado pelo Estado.

Diante desse quadro, temos que levar em consideração duas coisas. Primeiro, o(a) pequeno(a) agricultor(a) não tem recursos suficientes para integrar-se; em segundo lugar, falta aos(as) pequenos(as) agricultores(as) uma política que lhes dê prioridade e condições de levar adiante a agricultura tradicional ou orgânica nas mesmas condições e garantias de ganhos que as outras atividades desenvolvidas no meio rural.

Em Cerrito é forte a participação das mulheres em atividades vinculadas à Igreja Católica. O quadro anterior mostrou que a maioria das mulheres que acessaram o crédito participam de algum movimento ou organização comunitária. Em ambos os municípios as

entrevistadas com participação em algum movimento social revelaram que ocupam ou já ocuparam posição de liderança. No que se refere às demandas e acesso às políticas públicas, nossa pesquisa corrobora estudos que mostram que o desenvolvimento local está associado à participação dos atores sociais em redes⁴³. Os movimentos sociais ou rede de organizações comunitárias têm desempenhado um papel importante na conquista da cidadania das pessoas que deles participam. Entre outros aspectos relevantes dos movimentos sociais e organizações comunitárias, destacamos ainda a contribuição na ampliação dos capitais social e cultural (no sentido que Bourdieu dá à expressão) de seus integrantes.

Outro fato a ser notado sobre os dois municípios é a maior presença de cooperativas de crédito em Palmitos (Posto Crehnor, Credi A1/Sicoob e Cooper A1⁴⁴) e maior articulação e mobilização dos movimentos sociais. Conforme constatamos em campo, a participação e o diálogo entre os diferentes movimentos sociais e o sindicato de trabalhadores rurais em Palmitos ocorrem com frequência, fato que em Cerrito nem sempre acontece. A participação das mulheres do Cerrito no MMC está associada à igreja e dificilmente elas estabelecem diálogos com outras organizações. Em Palmitos, a vinculação entre a igreja e o MMC é menos visível e é mais comum encontrar mulheres em outros grupos, como o grupo de mulheres da cooperativa de grãos, o grupo do MMC e em grupos de mães ligados à Epagri. Isso corrobora uma das hipóteses da pesquisa: a ligação com grupos e movimentos sociais facilita o conhecimento sobre o crédito e as possibilidades de acesso a ele.

A Credicar, assim como a Crehnor e a Credi A1, por dependerem dos recursos vindos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (Bndes), liberam o dinheiro do crédito com certo atraso em relação ao Banco do Brasil, o qual recebe recursos diretamente da União. A segunda vantagem do Banco do Brasil para os agricultores, além da política de impessoalidade e de agilidade, é a opção de escolherem a empresa de assistência técnica que

⁴³ Sobre esse assunto, ler, entre outros, Baréa (2007).

⁴⁴ Segundo dados do portal eletrônico da cooperativa (COOPERA1, 2008), ela é filiada à Cooperativa Central Oeste Catarinense Aurora e teve sua origem na década de 1930, mas foi em 1999 que recebeu o nome de “Cooper A1”, em que o “A” refere-se à agropecuária e “1”, ao fato de ser a mais antiga de Santa Catarina. A Cooper A1 tem a sede central no município de Palmitos e atua em 19 municípios, incluindo catarinenses e gaúchos. Atualmente, é a segunda maior cooperativa agropecuária catarinense, ficando atrás apenas da Cooperalfa, e mantém um quadro social de 5.075 cooperados e 650 funcionários. A Credi A1 é uma cooperativa de crédito ligada ao Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (Sicoob), mas leva esse nome por estar fisicamente anexada à Cooper A1.

elaborará o projeto⁴⁵. Em Cerrito a única empresa de assistência técnica existente é a Epagri, responsável por elaborar todos os projetos que são encaminhados à Credicarú e pela maioria dos projetos encaminhados ao BB de Lages.

O espaço do banco foi e ainda tem sido um espaço de uso e de circulação coletivos. É um espaço público que socialmente representa o poder econômico e o *status* de quem o frequenta. A inclusão das mulheres no crédito é uma tentativa de fazer que elas comecem a cruzar a fronteira do espaço doméstico e ocupem de modo equivalente aos homens esse espaço. É importante lembrar que os espaços públicos de que as mulheres da amostra mais participam com papel de liderança, em especial em Cerrito, são a Igreja Católica e o MMC. Na amostra, todas são católicas. Isso se deve ao forte papel que a Teologia da Libertação desempenhou junto às CEBs. Muitas mulheres, tanto em Cerrito quanto em Palmitos, começaram a militância em grupos de jovens e daí partiram para outros movimentos (cf. DELLA FLORA, 2007). A conquista desse espaço de participação pelas mulheres começou ainda nas suas juventudes e tornou-se um instrumento de luta política para elas. Era um espaço que as instruía e encorajava-as a questionar o machismo e o autoritarismo familiar a que estavam submetidas, vindos do pai ou dos irmãos. O momento inicial de atividades das CEBs também coincidiu com a redemocratização do país. Os grupos de jovens da igreja favoreciam a participação por que se reuniam nos finais de semana, dias de descanso no meio rural e por ser um dos poucos momentos em que se ouvia a juventude⁴⁶. Eram ambientes democráticos, lugares de socialização e de intercâmbio cultural com jovens de outras regiões do estado e do país. Os(as) jovens que dele fizeram parte ganharam capitais social e cultural⁴⁷. O espaço mais importante da militância dessas mulheres era e tem sido a participação no MMC (Movimento de Mulheres Camponesas). Das oito entrevistadas em Palmitos que buscaram o Pronaf-Mulher e o Pronaf-Custeio, duas dizem estar temporariamente sem

⁴⁵ A respeito da participação nas cooperativas, as duas cooperadas do Cerrito que participam de uma cooperativa de grãos em Lages mas não da Credicarú explicam as razões pelas quais preferem fazer o crédito no BB. Para elas, a Credicarú só seleciona pessoas para o crédito que tenham algum vínculo de favoritismo com seus dirigentes. Não pretendemos entrar no mérito dessa afirmação, mas apenas mostrar como algumas agricultoras vêm a cooperativa. Em Lages existem empresas de assistência técnica concorrentes à Epagri e que cobram uma porcentagem menor para elaborar o projeto, sendo essa mais uma das razões da preferência.

⁴⁶ A outra alternativa eram os clubes 4-S (DELLA FLORA, 2007).

⁴⁷ Um exemplo é o Deputado Federal Cláudio Vignatti, do Partido dos Trabalhadores (PT), que nasceu em Palmitos e começou sua carreira militando na Pastoral da Juventude da Igreja Católica (VIGNATTI, 2008).

militância no MMC, porém afirmam participar de outro grupo. A falta de tempo causada pela rotina do trabalho exigida pela integração junto às agroindústrias tem sido a justificativa para esse afastamento, mas elas revelam o desejo de voltar a participar. Elas falam de outros benefícios que essa participação trouxe-lhes: a ampliação do ciclo de amizades, as trocas de experiências, a tomada de consciência dos riscos do plantio e do consumo de produtos com agrotóxicos. Uma delas demonstra estar preocupada com essa condição de afastamento: “Também preocupa porque a gente tem que trabalhá, trabalhá pra mantê o que tem e mantê as contas em dia e muitas vezes a gente não tem mais tempo pra visitá, pra conversá, pra sai” (Rosária – Palmitos⁴⁸).

Sem dúvida, a participação das mulheres rurais no MMC contribuiu e ainda contribui na percepção das mudanças que ocorreram nas suas vidas e na conquista dos direitos (entre os quais a seguridade social). Cabe lembrar que o MMC tem como uma de suas bandeiras a superação do machismo. Conforme verificado em campo, as mulheres que dele participam apostam nessa superação pela via de um diálogo cujos princípios vêm da Igreja Católica. Esses princípios contêm uma certa dose de ingenuidade pois apostam na mudança pelo diálogo sem conflitos e sem rupturas, calcado no modelo da família nuclear. Para algumas feministas, entre elas Sampedro Galego (1996) e Paulilo (2006b), é preciso quebrar a imagem de que o que é bom para o chefe da família é bom para todos os seus membros. O olhar do MMC sobre o papel da mulher leva-o a não incluir questões que contemplem as mudanças geracionais e divergências oriundas da educação das mulheres para viver o projeto da família e, ao mesmo tempo, buscar um projeto individual. Conciliar um projeto voltado para o coletivo (família) com um projeto pessoal (da mulher) não é um tema fácil e merece estudos mais aprofundados. A relação entre o empoderamento econômico das mulheres e a conquista “da liberdade” apontam para impasses dentro das condições por nós analisadas, ambos referindo-se à possibilidade de tomar decisões sobre interesses individuais ou coletivos.

4.1 A seletividade das políticas públicas e os diferentes capitais

As tabelas a seguir são uma segmentação do Quadro 3 e permitem-nos visualizar como ficou distribuído o acesso ao crédito para as mulheres de Cerrito e de Palmitos (no primeiro município somente em uma modalidade do Pronaf, conforme já explicamos). A Tabela 4, abaixo, é importante porque revela que as duas faixas etárias entre 30 e 49 anos

⁴⁸ Reforçamos o que indicamos acima: as entrevistas foram realizadas em dois momentos – no primeiro e no segundo semestres de 2007 – e os nomes apresentados são de modo geral pseudônimos.

concentraram a demanda dos dois tipos de Pronaf, somando 66,65% do total. Porém, seria enganoso pensar que a idade é o condicionante principal. Verificando a amostra (Quadro 3), vemos que, das 12 mulheres pertencentes a esse grupo, sete estão enquadradas nos grupos D e E, ou seja, nas propriedades que têm mais renda. Isso mostra que o capital econômico tem sido um fator importante na hora de acessar o crédito, privilegiando a fração das agricultoras que detém mais recursos, ressaltando o caráter seletivo e excludente da política de financiamento – afinal, os mais empobrecidos ficam fora do acesso ao crédito. Mattei (2006), ao sintetizar a trajetória do Pronaf nos seus dez anos de existência, também chegou a uma constatação semelhante à nossa, apontado que os grupos C e D concentram os recursos.

TABELA 4 – DISTRIBUIÇÃO POR FAIXA ETÁRIA DAS MULHERES ENTREVISTADAS QUE ACESSARAM O PRONAF EM CERRITO E EM PALMITOS (2000 - 2007; EM %)

FAIXA ETÁRIA	CERRITO	PALMITOS		TOTAL DA AMOSTRA
	Pronaf-Custeio	Pronaf-Custeio	Pronaf-Mulher	
Entre 20 e 29 anos	25	25	Não há	16,66
Entre 30 e 39 anos	25	Não há	50	27,77
Entre 40 e 49 anos	25	50	50	38,88
Acima de 50 anos	25	25	Não há	16,66
Total	100	100	100	100

FONTE: a autora.

NOTA: em Cerrito não há contrato de Pronaf-Mulher.

O segundo dado que a Tabela 4 apresenta é a pequena presença das mulheres mais jovens. Na amostra, juntamente com as mais idosas, são as que apresentam o menor índice de acesso ao crédito. Vale lembrar que uma das entrevistadas em Cerrito é uma jovem demandante que não conseguiu crédito, segundo ela, a cooperativa alegou projeto fora do grupo enquadrado (mais detalhes no item 4.5). Em parte ela enquadra-se na justificativa anterior porque, em geral, quanto mais jovem, menos recursos financeiros dispõe. Também não podemos esquecer que as muito jovens têm maior probabilidade de ser solteiras e para elas é mais difícil conseguir crédito. A única solteira entrevistada que demandou crédito não o conseguiu. Cabe aqui a pergunta que Paulilo (2006a) faz sobre o papel do casamento no meio rural: a mulher é considerada *agricultora* ou *esposa* de agricultor? Nas entrevistas em Cerrito encontramos outras jovens que também demandaram crédito mas não conseguiram obtê-lo e

hoje estão trabalhando fora do município. Isso explica porque, no meio rural, são as mulheres que mais migram (ABRAMOVAY, 1998; BRUMER, 2004). No caso da jovem demandante do Pronaf em Cerrito, ela afirma já pensar em sair do município; só não o fez por estar temporariamente empregada como secretária.

O capital econômico não é isoladamente o mais importante, pois o capital cultural também faz diferença, conforme vemos na Tabela 5. Pelo que vimos em campo, as mais idosas, muito provavelmente, detêm menor capital cultural dada a forma de educar as mulheres anos atrás. O grau de escolaridade, que à primeira vista não parece importante na hora de demandar o crédito, mostra relação direta com a renda da propriedade.

TABELA 5 – GRAU DE ESCOLARIDADE DAS MULHERES ENTREVISTADAS QUE ACESSARAM O PRONAF EM CERRITO E EM PALMITOS (2000 - 2007; EM %)

GRAU DE ESCOLARIDADE	CERRITO	PALMITOS		TOTAL DA AMOSTRA
	Pronaf-Custeio	Pronaf-Custeio	Pronaf-Mulher	
Primário	37,5	50	66,66	50
Fundamental	Não há	25	33,34	16,66
Médio	50	25	Não há	27,74
Superior incompleto	12,5	Não há	Não há	5,55
Total	100	100	100	100

FONTE: a autora.

NOTA: em Cerrito não há contrato de Pronaf-Mulher.

A Tabela 5 parece não mostrar uma correlação positiva entre escolaridade e acesso ao crédito. Porém, o que percebemos é que o acesso a empréstimos pode não ter relação direta com a escolaridade da demandante, mas existe uma relação com a escolaridade de algum membro da família. Das nove mulheres com o menor índice de escolaridade que acessaram o crédito nos dois municípios e nas duas modalidades, seis delas têm filhos com ou cursando ensino superior. Isso tem sido um fator importante na hora de pedir ajuda ou informação a alguém mais próximo da família. É o que nos relata uma entrevistada:

[...] A gente até se informô com um membro da família que tá fazendo [curso de graduação em] Direito em Chapecó, que direitos na lei nós

tinha. E daí ele nos orientô como nós devia agi diante do gerente. Ele não é formado ainda, mas já sabe das leis e dos direitos que nós tinha. Daí que a gente foi agindo da forma que ele nos orientô, que nós conseguimos que o gerente liberasse pra nós encaminhá o projeto (Maria Lúcia – Palmitos).

Na amostra não houve mulheres com nível superior, exceto uma mulher de Cerrito com duas graduações incompletas (Ciências Contábeis e Medicina Veterinária). Ela é solteira e enquadra-se no grupo E; não pretende sair da propriedade e ressalta a importância de trabalhar de forma autônoma – segundo ela, “sem patrão”. Podemos sugerir que as “mais capitalizadas” econômica e culturalmente são as que têm maiores condições de permanecer no meio rural. Por outro lado, as mais empobrecidas e menos escolarizadas também, só que as primeiras por escolha e as segundas justamente por não a terem. Esse fato também foi verificado por Silvestro (2001) em estudo realizado com jovens do meio rural do Oeste catarinense. Segundo ele, as mais empobrecidas até gostariam de sair, mas não têm meios para isso.

Também notamos que, entre as entrevistadas, as filhas são as que mais se empenham em estudar. Uma das explicações é que, por meio da participação das mães nos movimentos sociais, as jovens ampliam as redes de contato e têm maior clareza a respeito do limite que a condição de agricultoras impõe-lhes na busca da sua autonomia. Como sugere Bourdieu (2006), a escolaridade para as classes menos favorecidas, ainda que reproduza as desigualdades sociais, possibilita perceber o limite da sua condição e penosamente é um meio para a “ascensão social”.

4.2 A sucessão hereditária e a falta de perspectivas econômicas para as mulheres

Nos últimos anos, segundo dados do IBGE, observa-se uma redução considerável no índice da taxa de natalidade no Brasil. Essa redução também ocorre em outras partes do mundo e seu resultado deve-se em grande parte a campanhas lideradas por movimentos sociais e ONGs feministas que, há muito tempo, vêm lutando para que as mulheres tenham o controle de seu próprio corpo. No Brasil, juntamente com as campanhas feministas, os serviços de saúde pública, embora sejam precários, contribuíram e contribuem por meio da distribuição gratuita de preservativos e contraceptivos.

Nossa pesquisa corrobora esse fato pois, conforme a Tabela 6, abaixo, 66,66% das mulheres têm dois filhos e algumas ainda em idade fértil revelam ser esse o número ideal. O

risco de falha nos métodos contraceptivos faz algumas delas optarem pela laqueadura precocemente (caso de Ana José, de 23 anos). O índice de mulheres com mais de quatro filhos chegou a 11,12% da amostra, empatando com as mulheres que têm apenas um. Há que se considerar que as mulheres com mais de quatro filhos são as que têm acima de 50 anos de idade. Parece haver um corte geracional importante: as gerações mais jovens mudaram o perfil anteriormente existente. Porém não podemos esquecer que a gravidez na adolescência é um fato atual. Estariam as adolescentes menos politizadas que suas mães? Essa é uma questão que merece estudos aprofundados e comparativos entre diferentes faixas etárias nos meios rural e urbano.

TABELA 6 – NÚMERO DE FILHOS DAS MULHERES ENTREVISTADAS QUE ACESSARAM O PRONAF EM CERRITO E PALMITOS (2000-2007; EM %)

NÚMERO DE FILHOS	CERRITO	PALMITOS		TOTAL DA AMOSIRA
	Pronaf-Custeio	Pronaf-Custeio	Pronaf-Mulher	
Um filho	25	Não há	Não há	11,12
Dois filhos	50	75	83,33	66,66
Três filhos	0	0	16,66	5,55
Mais de quatro filhos	12,5	25	0	11,12
Sem filhos	12,5	0	0	5,55
Total	100	100	100	100

FONTE: a autora.

NOTA: em Cerrito não há contrato de Pronaf-Mulher.

Juntamente com a diminuição da taxa de fertilidade, o meio rural está enfrentando a falta de sucessores para a reprodução da agricultura familiar (cf., por exemplo, SILVESTRO, 2001; MELLO, 2006). Essa diminuição também tem relação com a queixa dos jovens agricultores de que não é fácil encontrar moças para casarem-se. Apesar de as mulheres migrarem mais que os homens, nossa constatação é que não faltam tantas mulheres jovens assim – afinal, as que migram fazem-no após completarem o Ensino Médio, geralmente depois dos 18 anos de idade –: faltam na verdade as que se comportem como eles querem. Na verdade, os jovens querem algo contraditório: jovens que sejam liberais quanto ao comportamento sexual, mas que, ao viverem maritalmente, comportem-se como suas mães – e isso está mesmo difícil.

No passado as famílias eram numerosas e os filhos eram mão-de-obra para a lavoura, já que estas não estavam mecanizadas. O sistema de partilha das terras na condição de herança tornava as propriedades muito pequenas e, por vezes, incapazes de sustentar a família que aí se instalava. Diferentes estratégias eram adotadas para a reprodução do estilo camponês e do modo de produção familiar. Segundo Maria José Carneiro (2001), as famílias faziam arranjos de heranças e instituíam normas tradicionais para a sucessão. Em alguns casos a terra era dada ao filho mais velho, em outros, ao filho mais novo e, ainda hoje, em alguns casos fica a maior parte para o filho que cuidar dos pais na velhice.

A partilha desigual acabava expropriando alguns membros da família e incentivando-os a migrar para as cidades. Uma estratégia bastante comum era excluir as mulheres da herança (cf., por exemplo, PAULILO 2006a). Décadas atrás, os conventos eram uma opção tanto para homens quanto para mulheres. O trabalho de Miriam Grossi (1995) mostra como a escolha da vocação religiosa era uma saída para as jovens. Não raro, os homens não chegavam a ordenar-se, aproveitando os conhecimentos adquiridos para exercer outra profissão como, por exemplo, a de professor. A herança da terra em Palmitos também era negada às mulheres de origem italiana, segundo relato das entrevistadas. Hoje elas afirmam que não querem o mesmo para suas filhas. Resta saber se haverá terra para todos. Entre os depoimentos, este resume melhor o que disseram as demais:

Tinha como tradição [...] principalmente os italianos de dá [terra] pros homens e pras mulheres só umas roupas e pronto. Foi o meu caso. Agora, [os meus filhos,] tanto o guri, como a menina vão ganhá igual, tanto que os estudos os dois já ganharam e a terra vai ser repartida entre os dois [Rosária – Palmitos].

Em Cerrito, segundo depoimentos colhidos na região e também com base em nossa experiência pessoal (somos originária desse município), o fato de a terra ter pouco valor econômico permitia a posse de extensões maiores e raramente as mulheres não herdavam terra. Isso confirma a afirmação de que as filhas herdavam terra ou quando a propriedade é grande ou quando tem pouco valor (PAULILO, 2000; 2006a). Em entrevista em 2006, nossa avó comentava que, na época de sua juventude, um alqueire de terra no município de Cerrito tinha valor equivalente ao de uma novilha; segundo ela, ao casar-se, ganhou de presente de seu pai uma novilha e uma vaca que lhe renderam três alqueires de terra. Outros relatos de

campo revelam que a compra de terras dava-se por trocas de animais (vacas ou porcos) ou eram pagas em dias de trabalho.

Diante da falta de perspectiva econômica para as filhas, as mães acabam motivando as mesmas a sair, conforme vemos nestes depoimentos: “Minha filha disse que não que i fazê faculdade nenhuma. Mas eu disse: pra você [, filha,] na lavoura é brabo, não tem ganho” (Ana Lúcia – Cerrito); “A menina e o menino saíram pra estudá, o guri tem chance de voltá, a guria não, já se formou e tá trabalhando na cidade” (Rosária – Palmitos); “A gente se criou aqui e manteve os pés aqui com muita dificuldade, mas com certeza o futuro de nossos filhos não vai ser aqui. Eles vão tê que estudá até um nível de estudo aqui e depois saí pra se empregá” (Ana Cristina – Cerrito).

Podemos sugerir que o projeto (individual) e o papel social (tradicional) da mulher no meio rural às vezes são questionados e, às vezes, são incentivados. Buscar um projeto individual tem sido incentivado por mães que, ao mesmo tempo, continuam a educar as filhas para assumir os papéis tradicionais de mães e esposas. Essa dialética entre novos e antigos papéis atribuídos às mulheres ou almejados por elas é construída à custa de muitas expectativas frustradas e que implicam repensar o papel da família dentro de um contexto de mudanças. As mães sempre viveram o projeto da família, ou seja, o projeto dos filhos e do marido. Os homens, conforme citado antes, ainda continuam a buscar esposas que exerçam o mesmo papel de suas mães. Amartya Sen (2000) afirma que a falta de perspectiva econômica e os limites dos recursos mínimos de vida digna privam as pessoas de exercerem sua liberdade. A expansão da liberdade, segundo Sen, é valiosa porque gera nas pessoas a condição de agente – e ser agente é poder seguir na direção da mudança.

4.3 O acesso ao crédito traz benefícios ou empoderamento?

Antes de mais nada, a autonomia das mulheres em relação a seu destino depende de um conjunto de ações políticas, culturais e materiais que permitam superar as desigualdades de gênero, os preconceitos e os estereótipos que foram construídos historicamente contra as mulheres. O empoderamento econômico é sem dúvida uma das condições necessárias para que as mulheres possam dar o passo na direção da mudança. Segundo Sen (2000), o empoderamento é um processo, entre outras coisas, de aumento de poder tanto para o controle dos recursos externos quanto para o aumento da autoestima e **serve para estimular** as capacidades internas de pessoas e grupos.

As tabelas a seguir tentam mostrar o que tem ocorrido com os recursos obtidos por meio do Pronaf-Mulher e do Pronaf-Custeio. Lembramos que o Pronaf-Custeio é destinado aos gastos do plantio, enquanto o Pronaf-Mulher serve para investimento. As tabelas abaixo mostram resumidamente o que as mulheres responderam em questões como: a) quem as motivou a buscar o crédito? b) Houve benefícios após acessar o crédito? c) Para que gostariam de usar o crédito demandado? As mulheres que acessaram o Pronaf-Mulher compraram máquina de ordenha, equipamento para aviário, cantina de vinho, vacas e equipamento para melhorar a qualidade do leite.

Com o propósito de priorizar a opinião das entrevistadas, a Tabela 7, a seguir, foi elaborada considerando as perguntas feitas e suas respectivas respostas. Portanto, não é um quadro cujo total de respostas seja igual ao de entrevistadas, mas é, sim, representativo das várias respostas possíveis a uma mesma pergunta. Por exemplo, ao ser perguntada sobre quem a incentivou a abrir conta no banco, a mesma mulher respondeu que obteve a informação tanto junto aos movimentos sociais de que participa ou participou, quanto teve o apoio da família. Em contrapartida, houve um caso em Palmitos, relativo ao Pronaf-Custeio, em que a solicitante teve apoio de um movimento social, mas a barreira maior que precisou vencer foi a oposição do marido. Segundo ela, seu esposo tinha medo de que se endividasse e não desse conta de pagar. Mas como a entrevistada disse, “Foi no movimento [MMC] que aprendi a brigar por meus direitos e foi por meio dele que me informei sobre crédito” (Benta – Palmitos).

TABELA 7 – MOTIVAÇÕES E INCENTIVOS PARA ACESSAR O PRONAF

INCENTIVOS E MOTIVAÇÕES PARA TER ACESSO AO CRÉDITO	CERRITO	PALMITOS		TOTAL DE RESPOSTAS
	Pronaf-Custeio	Pronaf-Custeio	Pronaf-Mulher	
O marido (porque ele não podia acessar)	2	1	5	8
Parentes e amigos	5	1	1	7
Movimentos sociais	2	1	2	5
Ajudar a família ⁴⁹	1	2	0	3
Conheciam o gerente do banco	1	2	4	7
Rádio	0	0	1	1
Não sabiam que existe Pronaf-Mulher	6	2	0	8
Total	17	9	13	39

FONTE: a autora.

NOTAS:

1. A tabela foi elaborada conforme as respostas dadas pelas mulheres entrevistadas sobre o tema, sendo que cada uma pôde responder mais que uma alternativa.
2. Em Cerrito não há contrato de Pronaf-Mulher.

É preciso notar que nenhuma entrevistada respondeu ter tomado o crédito por iniciativa própria, ou ido ao banco para abrir conta sem o auxílio ou incentivo de alguém. Podemos supor que, com os homens, não tenha sido muito diferente quando começaram a ir ao banco. A diferença, porém, é que o chefe da família só incluía as mulheres na ausência de filhos varões, como nos diz uma das entrevistadas: “Meu pai me levava pro banco, [mas,] também, não era pra menos, não tenho irmão homem como concorrente” (Ana Dolores – Cerrito).

No caso do Pronaf-Mulher em Palmitos, a maioria afirma que o incentivo veio do marido, mas imposto pelo limite da conta bancária do mesmo. Esse é um fato que não está isolado de outros mecanismos institucionalizados, que permitiriam certos benefícios para as mulheres nessa linha de crédito. O Pronaf-Mulher, em virtude de um dispositivo normativo, exige que a atividade financiada contemple atividades “da mulher”; seu resultado pode ser visualizado na Tabela 6. Essa tabela mostra também que, mesmo as mulheres solicitando o

⁴⁹ Nesses casos as informações foram dadas em *off*. Essas mulheres pegaram o dinheiro para os filhos e aplicaram-no em outros fins que não os declarados junto ao banco. Uma comprou terra e a outra, uma moto; ambas justificam que, sem esses bens, os filhos iriam embora da propriedade.

crédito em “nome do marido”, elas perceberam mudanças significativas no seu cotidiano, fato que as outras mulheres que acessaram o Pronaf-Custeio não mencionaram.

Ainda a respeito da Tabela 7: a maioria das mulheres que acessaram o Pronaf-Mulher afirma que o marido já conhecia o gerente do banco e que isso facilitou o acesso ao crédito. Os vínculos com a política clientelista, e a relação de proximidade com o gerente do banco trouxeram algumas vantagens em termos de informações precisas sobre datas, disponibilidade de recursos, procedimentos na elaboração dos projetos e critérios para sua aprovação. Porém, a relação entre bancos e mulheres que não eram conhecidas do gerente não foi harmoniosa, como demonstra a entrevistada que pediu ajuda ao parente que estuda Direito:

Daí de tanto eu insisti, encará e batê o pé diante dele [do gerente] [...] foi assim muita encheção de saco pra podê liberá. Eu sei de muita gente que foi atrás pra encaminhá [pedido do Pronaf-Mulher] e não conseguiu... talvez porque os outros não tiveram a coragem de encará o gerente como eu tive [Maria Lúcia – Palmitos].

O conhecimento e a interpretação dos documentos normativos nem sempre são fáceis de serem compreendidos pelas agricultoras. As normas favorecem mais aqueles que melhor as dominam. Portanto, o capital cultural e o capital social são elementos que podem fazer diferença na hora de conquistar novos direitos. No caso em que as mulheres não dispõem desses recursos, o seu acesso fica na dependência de relações clientelistas ou elas acabam excluídas de direitos e benefícios.

Em Cerrito, o destaque foi para o incentivo vindo de parentes e amigos. Devemos lembrar que nesse município os movimentos sociais são menos atuantes. Muitas agricultoras comentam que viram a vizinha ou um parente (irmão, tio, prima) fazer empréstimo, perceberam que “deu certo” e isso as encorajou. Mas fica subentendido que tiveram também a aprovação dos maridos, com os quais abriram conta em conjunto, mesmo quando eles tivessem atividades não-agrícolas, como aconteceu em três casos em Cerrito e dois em Palmitos. Uma diferença marcante entre os dois municípios estudados é que em Cerrito percebemos um completo desconhecimento sobre o Pronaf-Mulher. A cooperativa local não lida com essa modalidade de crédito e, em Lages, o Banco do Brasil não se mostrou muito interessado em implementá-la, assunto que retomaremos mais adiante.

Para a conquista de maior liberdade e autonomia por parte das mulheres, um dos elementos importantes é o empoderamento econômico e este requer, entre outros elementos, capacidade de tomar decisões e aumento da autoestima. Vemos na Tabela 8 como as mulheres classificaram as mudanças após obterem os dois tipos de Pronaf.

TABELA 8 – BENEFÍCIOS MENCIONADOS PELAS MULHERES APÓS TEREM OBTIDO O PRONAF

BENEFÍCIOS	CERRITO	PALMITOS		TOTAL DE RESPOSTAS
	Pronaf-Custeio	Pronaf-Custeio	Pronaf-Mulher	
Melhoria no ambiente de trabalho	1	1	4	6
Melhoria nas condições de saúde da mulher	0	0	4	4
Aumento na renda familiar	0	0	3	3
Redução no tempo de trabalho e na mão-de-obra da mulher	0	0	3	3
Manutenção da produção	6	4	0	10
Não souberam especificar	1	0	0	1
Total	8	5	14	27

FONTE: a autora.

NOTAS:

1. A tabela foi elaborada conforme as respostas dadas pelas mulheres entrevistadas sobre o tema, sendo que cada uma pôde responder mais que uma alternativa.
2. Em Cerrito não há contrato de Pronaf-Mulher.

A tabela acima é de suma importância, pois mostra-nos a diferença entre acessar os créditos Pronaf-Custeio e Pronaf-Mulher. As finalidades de financiamento entre uma linha e outra são distintas. A primeira visa a financiar o custeio da produção agrícola anual, enquanto a segunda destina-se a financiar investimentos na propriedade. O projeto técnico chamado “Pronaf-Mulher” tem por finalidade, no seu conjunto, a autonomia e o empoderamento econômico das agricultoras, o que na prática tem-se traduzido em melhorias relativas a seu bem-estar, como visto na Tabela 8.

As atividades que trouxeram benefícios às agricultoras poderiam também ser financiadas pela modalidade Pronaf-Investimento, como foi o caso de uma das entrevistadas

de Cerrito. Entretanto, para obter o Pronaf-Investimento não necessariamente é preciso provar que a mulher será a beneficiada, como acontece com o Pronaf-Mulher. O que ambos têm em comum é a exigência de agregação de valor e renda.

4.4 Divisão do trabalho doméstico e poder de decisão

Sobre a divisão das tarefas, as mulheres ainda classificam sua participação no trabalho produtivo da propriedade como uma “ajuda”, de modo que a maioria das entrevistadas vêem a participação dos homens nas tarefas domésticas também como uma “ajuda”. Com isso legitimam a idéia de que as atividades domésticas fazem parte das obrigações femininas que, como sabemos, são pouco reconhecidas. Elas afirmam que a cada dia assumem mais responsabilidades no âmbito da produção, porém, não se divide na mesma proporção os papéis tradicionalmente a elas atribuídos como o cuidado com os filhos, com a casa, com a horta etc.: “É claro que não é tão igual, porque os filhos pegam mais no pé da mãe e o pai, se puder cair fora, cai. Os filhos são mais apegados à mãe. É claro que ajudo mais na roça do que ele me ajuda em casa” (Ana José – Cerrito).

O cuidado com a família ainda é visto como sendo responsabilidade das mulheres, com base em valores que estão internalizados na forma de um *habitus* e que permeiam as práticas cotidianas das mulheres, ora como questionamento, ora como mera reprodução. Porque consideram o “cuidado” como um atributo feminino é que as mulheres estão muito preocupadas com o espaço doméstico, onde esse cuidado ocorre. Essa preocupação traduz-se no que mostra a Tabela 10: as entrevistadas, na sua maioria, dizem que gostariam de poder financiar investimentos como a reforma da casa e a compra de eletrodomésticos, não importa em qual modalidade de Pronaf. A elasticidade das obrigações femininas fica ainda mais evidente quando o marido trabalha fora da propriedade. Nesses casos a mulher assume a chefia dos trabalhos da casa e da lavoura, tanto em Cerrito quanto em Palmito. No caso das famílias integradas a alguma agroindústria e quando os maridos trabalham fora, as mulheres revelam que sua carga horária no trabalho produtivo tem aumentado consideravelmente, chegando às vezes a ser maior que o tempo que elas dedicam ao trabalho doméstico.

TABELA 9 – DIVISÃO DOS TRABALHOS DOMÉSTICOS (EM %)

DIVISÃO E CONTROLE	CERRITO	PALMITOS		TOTAL DA AMOSIRA
	Pronaf-Custeio	Pronaf-Custeio	Pronaf-Mulher	
Os homens ajudam em casa	25	50	50	38,88
Os homens não ajudam em casa	25	50	50	38,88
A divisão do trabalho é igual	25	0	0	11,12
Sem homem em casa	25	0	0	11,12
Total	100	100	100	100

FONTE: a autora.

NOTA: em Cerrito não há contrato de Pronaf-Mulher.

Conforme já comentamos, indagadas a respeito de quem administra o dinheiro, a maioria das mulheres, principalmente as mais jovens, dizem que é o casal. A posição subordinada das mulheres está, muitas vezes, tão incorporada na forma de *habitus* que, ao responderem as perguntas, elas podem ter naturalizado as diferenças a ponto de não as perceber. Não há dúvida de que, em comparação com as gerações passadas, há uma abertura de diálogo dentro de casa, coisa que as mulheres da amostra com mais de 60 anos revelam não ter existido em sua época. Porém, no jogo das relações sociais há uma série de arranjos sutis que mascaram situações de favores e submissões: na hora de fechar um negócio como a compra das vacas, é o homem que decide que tipo de animal comprar e é ele que faz a negociação. Em conversas informais em campo foi possível perceber como o poder sobre o dinheiro ainda está na mão do homem. Em Cerrito, uma mulher relata que quando vai a uma festa junto com o marido, somente ele leva a carteira; caso ela precise, ou queira, comprar alguma coisa, tem que lhe pedir o dinheiro. Em Palmitos, outra revela que se quiser comprar uma rifa tem que pedir o dinheiro para o marido. São sutilezas que fazem o jogo de concessão de poder e decisões no cotidiano das mulheres no espaço privado e apontando seus limites no espaço público.

Pelo que foi dito acima, reforçado por nossa vivência em campo, ressaltamos que devemos tomar com desconfiança a afirmação da maioria das mulheres entrevistadas de que a decisão sobre a aplicação do dinheiro do crédito é decidida pelo casal. É preciso não confundir o direito de opinar no espaço doméstico, que não raro era negado às esposas no passado, com a igualdade de poderes na hora de tomar decisões importantes.

TABELA 10 – ATIVIDADES QUE AS MULHERES GOSTARIAM DE FINANCIAR

ATIVIDADES QUE FINANCIARIAM	CERRITO	PALMITOS		TOTAL DE RESPOSTAS
	Pronaf-Custeio	Pronaf-Custeio	Pronaf-Mulher	
Construção ou reforma da casa	6	2	5	13
Compra de eletrodomésticos	2	0	2	4
Medicina alternativa e sementes crioulas	1	0	0	1
Melhorias ou investimentos na propriedade	6	0	2	8
Local para vender artesanato e produtos da agricultura/agroturismo	4	2	0	6
Aumento do teto na concessão do crédito	2	0	0	2
Total	21	4	9	34

FONTE: a autora.

NOTAS:

1. A tabela foi elaborada conforme as respostas dadas pelas mulheres entrevistadas sobre o tema, sendo que cada uma pôde responder mais que uma alternativa.
2. Em Cerrito não há contrato de Pronaf-Mulher.

Entre o projeto individual e o coletivo, o espaço da casa mostra que as mulheres ainda pensam muito mais na família do que em si mesmas. Isso não é resultado de uma essência feminina, mas algo que foi ensinado às mulheres e construído historicamente. No quadro acima percebemos a preocupação que as mulheres têm em querer um ambiente mais adequado para realizar sua função de cuidadora da família. Embora exista uma diferença de renda entre as mulheres de Cerrito e Palmitos –as primeiras são mais pobres –, a precariedade das condições de moradia atinge os dois municípios, por isso reformar a casa é tão importante para elas. Entre as entrevistadas que obtiveram o Pronaf-Mulher em Palmitos, a principal demanda é a reforma da casa. Cabe ressaltar que existe o Programa de Habitação Rural: Nova Morada⁵⁰, exclusivo para esse fim, mas que a maioria das mulheres desconhecem.

⁵⁰ Este programa é subsidiado com recursos oriundos do chamado Fundo Perdido e destinava-se, inicialmente, aos mais pobres. Atualmente o programa apresenta algumas mudanças em seus critérios de seleção e no público-alvo: renda mensal (entre R\$ 380,00 e R\$ 1.500,00), profissão (agricultor), idade (entre 18 e 73 anos) e estar organizado em grupo são pré-requisitos necessários para obter-se o benefício. Os principais operacionalizadores do programa junto aos agricultores têm sido os sindicatos de trabalhadores rurais. Para mais detalhes, cf. Fetaesc (2008).

A casa é o espaço do coletivo, assim como o seu entorno, por isso requer um olhar diferenciado por ser o local onde o trabalho reprodutivo acontece. Para as mulheres, a casa é o cartão-postal da propriedade, mas como revela uma das entrevistadas que é integrada a uma agroindústria, “o chiqueiro e o aviário recebem reformas todo ano enquanto a casa cai aos pedaços de tão velha”. Outras dizem que sentem vergonha quando recebem visitas, pois não dispõem de conforto para acolhê-las.

Como o Pronaf é um programa voltado para a geração e agregação de valor e geração de renda, a questão do entorno e do espaço doméstico ficam relegadas a um segundo plano, porque os bancos não consideram esse espaço como rentável, ou melhor, um lugar onde se desenvolvem atividades produtivas. Nesse espaço desenvolvem-se as atividades consideradas “femininas”, como fazer queijo e geléias; cuidar dos filhos, da roupa e da horta; fazer a comida. Além disso, é o espaço de descanso para todos os membros da família. Esse é um espaço ligado à autoestima das donas de casa e que as motiva a atuar nas demais esferas produtivas da propriedade. Tanto o espaço doméstico (esfera da reprodução) quanto o espaço externo (esfera produtiva) do estabelecimento rural recebem o mesmo valor e reconhecimento por parte das mulheres, haja vista que elas circulam nessas duas esferas o tempo todo. Além da reforma da casa e da compra de eletrodomésticos, as entrevistadas também destacam a necessidade de melhorias na propriedade, que vão desde o portão de entrada até o galpão e o quintal e estende-se a compras de equipamentos para a lavoura.

O capítulo 10 do *Manual do crédito rural* de 2007, na seção 4 (“Créditos de custeio”), item 13, estabelece que: “o crédito de custeio pode contemplar verbas para [...] compra de roupas, utilidades domésticas [...] reformas ou construções de instalações sanitárias e outros gastos indispensáveis ao bem estar da família” (BACEN, 2007). Todavia, os representantes dos bancos e das cooperativas com quem conversamos alegam não conhecerem essa cláusula.

O que comentamos traz elementos para pensar até que ponto uma política pública pode tornar autônomas as mulheres, quando essa mesma política já estabelece de antemão o que se deve financiar. Ter liberdade de escolha significaria poder considerar como financiáveis atividades nem sempre vistas pela ótica do mercado como lucrativas. No item a seguir veremos quais os motivos pelos quais as oito mulheres da amostra de Cerrito e de Palmitos, classificadas como sem acesso ao Pronaf, não acessaram nenhuma das modalidades desse programa.

4.5 Mulheres sem acesso ao Pronaf

Conforme especificado no início deste capítulo, as oito mulheres que não acessaram o Pronaf nos dois municípios foram selecionadas em espaços coletivos, qual sejam, festa da comunidade e evento do MMC, razão pela qual as entrevistas foram coletivas. Todavia, optamos por aprofundar as questões com as que mais falaram, porque expressavam também o pensamento das outras. Priorizou-se ouvir duas de cada município que haviam demandado o crédito e outras duas que nunca o demandaram. Tanto as duas de Cerrito quanto as duas de Palmitos têm opiniões semelhantes. Todas pensam que há muita burocracia e que é melhor que o marido faça os empréstimos. Das quatro que demandaram, apenas uma, de Cerrito, participa da igreja; as demais não participam de nenhum movimento social ou organização comunitária. Na resposta desta única que participa da igreja, Salete, o marido já tem Pronaf e, como ela assinou a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), que agora é conjunta, a mesma entende que o Pronaf já é do casal, motivo pelo qual não vê necessidade de demandar o crédito em seu nome.

As duas de cada município que demandaram crédito participam de algum movimento. Elas afirmam que seus projetos foram barrados no banco. Segundo elas, o banco alegava que os pedidos estavam com valores acima da capacidade de pagamento – elas estavam enquadradas no grupo dos menos capitalizados, que é o B⁵¹. O grupo B caracteriza-se no Pronaf como microcrédito, devido à liberação do menor valor de recursos e também porque tem o menor juro, contando ainda com rebate (subsídio) para as prestações pagas em dia.

O que essas mulheres queriam financiar estava acima do valor enquadrado. Em Cerrito elas queriam comprar vacas e, em Palmitos, uma queria construir um galpão e a outra, comprar uma ordenhadeira. Em dois casos, um em Cerrito e outro em Palmitos, os maridos já tinham Pronaf, mas as esposas queriam fazer um empréstimo em nome delas. “Eu fiz o [pedido] o ano passado, era pra comprá novilha ou vaca. Eu peguei e fiz, até hoje não saiu” (Josefa – Cerrito).

A entrevistada de Palmitos revela que, no passado, já solicitara em grupo o Pronaf-Custeio. Na época, segundo ela, os projetos eram encaminhados pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais, enquanto hoje o demandante dirige-se diretamente à Epagri e ao Banco

⁵¹ Mais da metade das mulheres da amostra não sabia que o valor do crédito é concedido conforme o grupo em que a propriedade enquadra-se. Sobre o enquadramento, cf. o capítulo I.

do Brasil. Na época que a entrevistamos, ela queria encaminhar o seu projeto individual por meio do Pronaf-Mulher, mas o banco alegou que o valor solicitado estava acima do permitido para o grupo em que se enquadrava. Esse caso volta a comprovar o que se vem afirmando: a ligação com grupos ou instituições de apoio é um fator bastante relevante para a obtenção de informações sobre a que tipo e a que montante de crédito o demandante pode aspirar. Até mesmo amizades e parentesco com alguém que possa prestar esclarecimentos e apoio são importantes. A relação entre as agricultoras e os mecanismos de acesso a financiamentos passa por vias cheias de incompreensões e obstáculos. Não se constituiu ainda um canal livre de negociação, embora sejam elas o “público-alvo” desse tipo de política. Talvez seja preciso ouvi-las mais ou treinar melhor quem as atende junto às instituições de crédito:

Queria fazê pra construir um galpão, uma estrebaria, um estábulo pras vaca, daí... eu... eu não consigo fazê... A renda que nós temos eles não aceitam. Eu fiquei triste porque eu não fiquei devendo nada pro banco, né? Eu paguei tudo bem certinho e agora queria pegar de novo. Agora eu podia pegar sozinha no Pronaf-Mulher [Silvia – Palmitos].

Para essas mulheres, o seu horizonte de percepção e de planejamento já cruzou a fronteira do doméstico, mas elas vêm-se podadas pelos limites impostos por normas nem sempre condizentes com as capacidades econômicas e expectativas futuras. Decepção e frustração têm sido o resultado, porque perdem tempo e dias de trabalho indo em busca de informações e na elaboração de projetos que resultam improdutivos. Outra queixa das agricultoras refere-se ao montante de renda exigido para cada quantidade de dinheiro liberado, que é o mesmo para homens e mulheres. Essa postura institucional não leva em conta o trânsito da mulher tanto na esfera produtiva como na reprodutiva, o que faz que ela tenha fontes de rendas estratégicas e difíceis de mensurar, como sugere Zelizier (1989), que podem ajudá-la a complementar o dinheiro necessário para o pagamento das prestações: elas sempre podem vender ovos, queijos, verduras, costurar, lavar roupas para fora ou mesmo realizar tarefas domésticas remuneradamente para outros.

Se a política pública de crédito não as favorece, então muitas recorrem ao mercado, como afirma uma das entrevistadas que queria comprar um resfriador.

Por exemplo, só citando, eu queria pegá oito mil, a minha renda de R\$ 300,00 por mês é muito pouco, não deu de pegá. Muito alto a renda que eles querem... no grupo B o máximo que eles liberam é R\$ 1.500,00. Daí eu disse: ‘não, ou é tudo ou nada’, porque eu queria comprá o resfriador, terminá de fazê [plantar] o pedaço de terra, né?, e comprá mais umas vaca. Daí não fechava, né? Poquinho: mil, mil e pouco não dá nem o resfriador: o resfriador e a ordenha dá quatro mil e pouco... Eu digo olha, eu dô tanto de entrada [na loja]. Com R\$ 500,00 de entrada eu compro o resfriador e a ordenha e pago R\$ 400,00 por mês, sem juro, sem nada. Então, pra que ir no banco se o comércio libera bem mais fácil do que banco? Então... eu acho assim o banco, o mais é propaganda [Sílvia – Palmitos].

No depoimento a seguir, o técnico da Epagri em Cerrito assinala que se priorizam os contratos de porte médio, sem deixar de considerar que a Epagri cobra 2% sobre o valor financiado para fazer o projeto: “Pode dizê que a prioridade é pra aqueles de porte médio que ficam em torno dos R\$ 16.000,00 e R\$ 18.000,00. Aqueles mais pequenos são mais difíceis. Aqueles do B. Os mais pequenos são mais difíceis de serem aprovados...” (Técnico da Epagri – Cerrito⁵²).

Conforme o depoimento acima, a liberação do crédito ainda tem priorizado o setor mais capitalizado do meio rural e seu formato e suas normas tendem a reproduzir a exclusão dos mais empobrecidos, justamente por ser uma política com viés produtivista em todas as suas linhas. É claro que a idéia de desenvolvimento e de produtividade podem estar associadas a medidas e normas técnicas, desde que elas possam ser flexíveis e capazes de incorporar as especificidade do meio rural e das questões de gênero sem cair no mero assistencialismo. É preciso discutir de maneira ampla como incluir a questão do gênero em políticas de crédito visando ao desenvolvimento e levando em consideração que existe uma polissemia na interpretação do que é “igualdade de gênero” dentro das instituições que trabalham com o crédito para as mulheres, bem como sobre sua importância, conforme veremos a seguir.

4.6 Representações dos gestores das políticas públicas sobre gênero e crédito

Dentre as diferentes instituições que trabalham com crédito para as mulheres no meio rural, existem dois elementos que são de suma importância: os técnicos que auxiliam na elaboração das demandas e a instituição financeira (banco ou cooperativa de crédito) que

⁵² Os depoimento com o técnico da Epagri de Cerrito foram excepcionalmente colhidos em junho de 2005.

avaliará os projetos e, se for o caso, liberar o dinheiro. Nas duas regiões da pesquisa, Cerrito e Palmitos, quem opera o Pronaf, em especial o Pronaf-Investimentos e o Pronaf-Mulher, tem sido o Banco do Brasil. Os projetos técnicos, na sua grande maioria, têm sido elaborados com o auxílio da Epagri.

É importante lembrar que no Banco do Brasil há uma rotatividade dos funcionários que são responsáveis pelo crédito rural. Tanto em Palmitos quanto em Lages (local onde se efetuam os contratos de crédito de Cerrito) alega-se falta de funcionários para atender a demanda do Pronaf. Em Palmitos, os técnicos da Epagri e os funcionários e gerente do Banco do Brasil têm entre si um sistema de comunicação que, segundo eles, favorece o trabalho de todos. Antes de elaborar um projeto, o técnico faz uma consulta ao gerente para saber se a demanda é viável ou não, o que tem reduzido consideravelmente o número de projetos reprovados. Sobre o Pronaf-Mulher, um técnico comenta:

Nós acertamos entre o banco e a Epagri: ela [a solicitante] vai no banco e o banco vê o cadastro dele [do marido] e vê que é possível. Então eles [o banco] nos autorizam a fazê o projeto no valor tal pra mulher, já analisando a capacidade de pagamento [...] então há um acerto. Nós fazia muito projeto sem isso e ficava parado, dava serviço pra nós, pro banco [Técnico da Epagri – Palmitos].

Já em Cerrito, como essa comunicação tem sido truncada, segundo um dos técnicos da Epagri desse município, os projetos são encaminhados e não há retorno, mas os agricultores ficam achando que a culpa é da Epagri:

A gente tem feito vários projetos e o banco chega na hora de concretizá o financiamento, o banco alega que não tem recurso pro Pronaf, “Pronaf-D? Estamos sem recursos”. Na verdade esses recursos que tão falando tá só no papel, porque o banco [diz que] não tem dinheiro. Então Pronaf-Mulher, pior ainda que daí já não tem pros mais comuns, vamos dizer assim⁵³ [Técnico da Epagri – Cerrito].

⁵³ O gerente do banco falou-nos que as linhas de créditos são solicitadas conforme a demanda e que o Pronaf-Mulher fora pouco procurado. Antes de solicitar essa linha, ele telefona para as cooperativas de crédito e para a Epagri para obter informações sobre sua procura.

“Então, Pronaf-Mulher, pior ainda, que daí já não tem pros mais comuns”: isso significa que crédito para mulheres é considerado algo incomum e, na falta de dinheiro, as primeiras excluídas são elas. O mesmo ocorre com a herança de terras: quando alguém tem que ser alijado, a escolha recai sobre as mulheres.

Com relação ao Pronaf-Mulher, as cooperativas de crédito têm papel menos relevante que o Banco do Brasil. Em Cerrito, a cooperativa de crédito Credicarú também tem realizado contratos de Pronaf, mas, segundo seu Presidente, a dificuldade maior está nas fontes de onde vêm os recursos, pois, enquanto no Banco do Brasil eles vêm direto do Tesouro Nacional, os da Credicarú vêm via Bndes, o que causa um certo atraso nas datas de liberação do crédito em relação ao Banco do Brasil. Esse problema também nos foi relatado em Palmitos, pela funcionária-chefe da carteira agrícola da cooperativa de crédito A1, e também pela Crehnor. Segundo os representantes dessas cooperativas, isso faz que a maioria das pessoas prefiram fazer seus empréstimos via Banco do Brasil. As duas cooperativas não operam a linha Pronaf-Mulher e trabalham pouco com investimento; o seu forte é o crédito para custeio. Segundo os seus representantes, há poucos contratos realizados em nome das mulheres⁵⁴. Em Palmitos estima-se que haja três mulheres na Credi A1, mas esses dados não são precisos. Em Cerrito, segundo o representante da Credicarú (também sem dados precisos), há um número maior de mulheres favorecidas; estima-se haver mais de dez. Em Palmitos a cooperativa Crehnor, por motivos internos, está temporariamente sem operar o crédito do Pronaf.

Dentro das instituições financeiras há várias limitações para o acesso das agricultoras ao crédito. Algumas já citamos, mas existem ainda outras, de ordem técnica, dentre as quais as mais graves são os critérios de seletividade para a concessão do crédito. Além de não haver uma regra geral clara, ou seja, cada local decide como avaliar, os requisitos exigidos são no mínimo duvidosos e valem para todas as linhas do Pronaf. Um dos mais surpreendentes é aquele a que se dá o nome de “caráter da demandante”⁵⁵; os outros critérios são menos polêmicos, como o aval e a viabilidade técnica do projeto. O maior problema com os critérios

⁵⁴ Em ambos os municípios houve muita dificuldade para conseguirmos o número de mulheres que solicitaram o crédito junto às cooperativas; usamos diferentes meios (telefone, contato pessoal, correio eletrônico), mas não obtivemos êxito. Em parte entendemos que as cooperativas e os bancos têm acúmulo de tarefas e que as informações arquivadas de um ano para o outro nem sempre são fáceis de serem localizadas.

⁵⁵ O “caráter da demandante” é medido pelo banco a partir da situação bancária do marido, no caso das mulheres casadas, e da saúde bancária das próprias contas, no caso das mulheres solteiras. Já as cooperativas revelam que avaliam a proponente pelas referências dadas pelos amigos e conhecidos.

é o peso dado à compreensão dos gestores sobre o significado e a importância que têm incluir as agricultoras nas linhas de crédito, quando sabemos como é vasto e penetrante o preconceito sobre a capacidade gerencial das mulheres rurais tema muito bem trabalhado por Yunus (2000), porque desmascara estes estereótipos.

No universo da pesquisa, as instâncias que mais trabalharam com o Pronaf-Mulher foram o Banco do Brasil, a Epagri e, indiretamente, o MDA; com as outras linhas do Pronaf acessadas por mulheres, também as cooperativas de crédito. Em alguns lugares, aparece o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e outras cooperativas de menor porte. Quanto aos segmentos da sociedade que têm sido importantes no debate sobre esta política, surgem, mais especificamente, o MMC e a ONG Sempre Viva Organização Feminista (SOF). Na seqüência, mostraremos como cada uma dessas instâncias entende a importância da concessão de crédito às mulheres rurais e a forma mais adequada de implementá-lo.

Assim como os critérios de seleção para os projetos sofrem diferentes formas de interpretação, a inclusão das mulheres no Pronaf não tem sido diferente. Essas diferenças refletem o que o imaginário social tem como representação do papel da mulher dentro da sociedade e qual é, ou tem sido, o seu valor. Percebemos em campo que não somente existem diferenças significativas sobre essa questão entre os dois locais da pesquisa, como também foi possível perceber diferenças de óptica entre as organizações e instituições envolvidas, principalmente em Palmitos. A diretriz geral sobre o crédito para as mulheres vem da instância hierarquicamente superior às outras, que é o MDA. Para a representante dessa política no Ministério, o crédito inclui a mulher associada à família:

É que o crédito que é feito pra produção na agricultura familiar, ele é destinado às famílias. Porque o modo de produção no campo, ele se dá basicamente sustentada com base em relações familiares. Isso não é algo tranquilo pras mulheres, porque o poder de decisão que elas têm sobre família, gestão da propriedade, sobre comercialização e uso de recursos é extremamente limitado, porque inclusive pelas próprias trabalhadoras rurais, o trabalho nem sempre foi reconhecido como sendo um trabalho e sim uma ajuda [Representante do MDA – Goiânia]⁵⁶.

Ela reconhece o limite entre uma proposta de mudança e a boa ou má vontade dos demais gestores e operadores do crédito, assim como o papel dos movimentos sociais em

⁵⁶ Essa entrevista realizou-se em junho de 2006.

discutir e propor mudanças nessa política, mas nem sempre são tarefas simples ou fáceis de operacionalizá-la e aperfeiçoá-la. O banco é um ator-chave para a implementação das políticas de crédito, mas a ação de seus técnicos não é homogênea, pois o que existe são ações isoladas. Há pessoas dispostas a incluir o “gênero” na sua agência bancária, enquanto outros ainda usam estereótipos para menosprezar o que as mulheres fazem. Isso é o que demonstra um superintendente do Banco do Brasil em Santa Catarina ao ser questionado sobre o significado do surgimento de crédito para as mulheres rurais: “O Pronaf-Mulher é uma política que veio para suprir o ócio das mulheres”⁵⁷.

Felizmente, essa visão não é generalizada nos bancos. Em Palmitos a compreensão dos agentes entrevistados é outra. Eis o depoimento de um funcionário do banco local:

Nós ouvimos que tinha um Pronaf só pra mulher porque foi uma luta delas, elas correram ao banco dizendo que tinha uma linha de crédito pra elas... Nós ficamos surpresos porque tinha a linha mas nós nunca tínhamos aplicado⁵⁸. Daí, quando nós aplicamos pra uma não precisou mais fazer a propaganda porque aí se alastrou. Uma vizinha conta pra outra vizinha: “mas fulana fez, a cicrana fez”. Vieram aqui e nós começamos a fazer, existia a linha de crédito, existia os recursos [...]. Eu vejo nas mulheres a possibilidade de autoestima pra elas. A gente sente que temos mais mulheres dentro do banco, elas querem vir ver as papeladas que tá no nome delas. Elas se sentem mais valorizadas na própria propriedade, porque ela tá fazendo uma coisa que antes era só o homem que fazia. Quem corria pra cidade antigamente era o homem [Funcionário do BB – Palmitos].

A visão dos técnicos da Epagri de Palmitos aproxima-se da dos funcionários dos bancos, fato que justifica a parceria entre ambas as instituições, como já relatamos. De acordo com um dos técnicos da Epagri, a empresa vem trabalhando a inclusão de gênero em suas ações no município há mais de dez anos, pois ela considera a participação das mulheres no espaço público como fundamental para o desenvolvimento local.

⁵⁷ Há mesmo quem duvide de que sejam os bancos as instituições mais indicadas para a implementação do Pronaf em qualquer de suas modalidades. Murilo Flores, ex-presidente da Embrapa e atual Presidente da Epagri, em depoimento concedido em 2001, afirmou que, tendo feito parte da equipe que elaborou os princípios do Pronaf antes de sua implementação, considera a lógica com que operam os bancos pouco compatível com a do Pronaf.

⁵⁸ Aqui se corrobora a importância de participar dos movimentos sociais, embora nem todos os movimentos, ou núcleos municipais de uma mesma organização, incentivem as mulheres a tomar empréstimos, como acontece em Cerrito.

Em Palmitos, o sindicato, o MMC e a cooperativa Crehnor acham que o Pronaf-Mulher não privilegia questões propriamente de gênero. Todos concordam que o que se financia pelo Pronaf-Mulher pode ser financiado pelo Pronaf-Investimento e acrescentam que essa é outra forma de os maridos usarem as esposas para tomar mais crédito; consideram ainda que deveriam ser financiadas atividades específicas das mulheres, com juros e condições diferentes das existentes nas demais linhas do Pronaf. As coordenadoras do MMC que *residem* na região Oeste de Santa Catarina comentam o seguinte a respeito do que entendem sobre o Pronaf atual e sobre o que gostariam que se financiasse:

Porque [com o Pronaf atual] só querem financiar pra produção, lá no chiqueiro tem tudo que é máquina, na estrebaria tem tudo que é máquina pra tirá o leite, pra resfriá o leite... Agora, aquilo que fica dentro de casa eles não querem financiá, pra fazê o pão é tudo manual. Então, porque não financiam pra nós comprá uma máquina pra lavá roupa, pra gente não se esforçá muito, né? Porque a mulher chega numa idade não tem muita força, né? Começa a sofrê da coluna, começa a doê os braços, é por causa dessa força que a gente faz a mais [ir à roça e dar conta dos serviços em casa]. Deveria financiá horta, cisterna e que seja subsidiado, que garanta a possibilidade de a gente produzi alimentos orgânicos. A maioria da mulherada pegô pra compra vaca, pra comprá adubo químico, semente de milho selecionada... pra essas coisas nós não queremos [Representantes do MMC em Santa Catarina – Florianópolis].

O MMC de Cerrito assume a bandeira do movimento em nível estadual:

Que seja um Pronaf especial pra mulheres camponesas. Direcionada para as mulheres camponesas, pra que possa investi na sua horta, possa colocá uma tela ao redor, que seja pra embelezá a frente da casa. Depois se vai pagando aos pouquinhos. Você qué produzi sementes, né? Tipo semente de cenoura, de beterraba para podê vendê? Então pega esse investimento pra vendê, que gere renda pras mulheres [Representante do MMC – Cerrito]⁵⁹.

Em Cerrito, durante o período da pesquisa, desde a elaboração do projeto em julho de 2005 até outubro de 2007, observamos pouco diálogo entre os diversos movimentos sociais; além disso, a questão de gênero é secundária em algumas instâncias representativas como no Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Como no município não há Pronaf-Mulher, havia pouca

⁵⁹ Essa entrevista realizou-se em março de 2006.

preocupação com o assunto. De acordo com funcionários que lidam com o Pronaf⁶⁰, a distribuição dos empréstimos segue moldes clientelistas. O Pronaf é concedido aos indicados pelos integrantes do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR), que tem essas indicações como uma de suas obrigações, e aos filiados do sindicato. Os agricultores inadimplentes junto a esse órgão precisam regularizar seus débitos ou ficam fora do acesso ao crédito. O CMDR é uma organização de que participam pessoas de diversos órgãos como a Epagri, a Prefeitura Municipal, o Sindicato e representantes da comunidade. Uma de suas funções é avaliar quem pode pegar o crédito, de modo que os membros da comunidade presentes às reuniões opinam sobre os demandantes, afirmando ou negando a veracidade das atividades agrícolas dos mesmos (isto é, se vão ou não à roça). Em conversas informais durante a pesquisa, percebemos bastante desconfiança a respeito dos critérios empregados, sendo comum a opinião de que os contratos geralmente são concedidos aos amigos e conhecidos dos membros do CMDR.

Não é o caso aqui de entrarmos no mérito da legitimidade ou não dos critérios empregados pelos responsáveis pela avaliação dos demandantes de crédito. O que é importante registrar é a desconfiança generalizada com que os agricultores percebem a ação desses responsáveis e, evidentemente, como essa percepção orienta suas ações no que se refere ao Pronaf. Não estamos negando a existência de possíveis demandantes oportunistas, aos quais, o crédito deve ser restringido.

Sobre as questões de gênero, mantém-se ainda a velha idéia de que o grupo familiar forma um todo harmônico e indivisível, apesar das muitas evidências em contrário. O representante da Credicarú em Cerrito entende que essas questões estão incluídas no atendimento que é dado à família e, como a mulher é parte da família, ela está automaticamente incluída. Ainda assim, reconhece algumas especificidades que diferenciam a mulher do homem:

Claro que a maioria [do crédito aqui] é pra homens. A gente sabe que as mulheres são [...] mais honestas – honesta não é bem a palavra –, mas elas cuidam mais do crédito. Elas pagam as contas mais em dia, acho que elas têm vergonha, sei lá! Se fizé uma pesquisa, vai vê que as mulheres pagam em dia e, além disso, elas não se individam tanto, elas têm um controle

⁶⁰ Consideramos para essa informação o depoimento de uma pessoa que trabalha em um setor mediador na concessão do Pronaf e que, por não poder identificar-se, pediu para falar em *off*.

melhor dos valores financiados. Tem algumas mulheres aqui que a gente sabe que o marido... tem homem que não gosta de saí no comércio, então bota a mulher como associada e na verdade [o crédito] é pro marido. Fica difícil tentá te explicá porque nós não temo acesso ao Pronaf-Mulher. Aqui, pra se conseguí alguma coisa, tem que i direto no Banco do Brasil [Representante da Credicarú – Cerrito].

Para o técnico da Epagri de Cerrito, a inclusão de gênero no crédito esbarra em outros limites:

Não é fácil achar alternativas que dêem renda pras mulheres... condição da estrada [onde moram é ruim], o nível de escolaridade é baixo – têm até quarta série. Isso dificulta pra você dá uma capacitação. É trabalhoso, você dá uma capacitação assim, mas elas não têm a condição de aprender num primeiro momento. Elas têm uma dificuldade muito grande, ficaram muito tempo fora da escola [Técnico da Epagri – Cerrito].

A forma atual do planejamento do crédito acarreta uma série de limites, que dificultam a inclusão das mulheres. Alguns são normativos, outros são decorrentes de dificuldades e de preconceitos dentro das próprias organizações. Em Palmitos, todas as instituições pesquisadas dizem-se preocupadas com o endividamento das famílias, sabem que as propriedades fazem investimentos, mas reconhecem que falta uma política que garanta bons preços para os produtos agrícolas e um seguro mais abrangente para a produção. A ausência dessa política também implica limites na concessão do crédito. Segundo um gerente de banco, há risco para o próprio funcionário que conceder crédito sem certeza de retorno:

O gerente que assinar alguma coisa fora das normas [...] volta pra estagiário, que é o quadro mais baixo do banco e pode até ir pra rua... É claro que o banco vai apurar as causas e ver se teve irregularidades [...]. Por isso que eu te disse, tem que estar baseado em cima daquilo que te dê credibilidade. Nós aqui usamos muito [as referências] da Epagri [para conceder o Pronaf] [Funcionário do BB – Palmitos].

Existem ainda outros empecilhos no caminho da igualdade entre homens e mulheres, que perpassam todas as instâncias da vida cotidiana e que derivam da persistência de valores tradicionais ligados à cultura (escola, meios de comunicação etc.): consideramos em particular, neste momento, a visão que a família e a própria mulher têm sobre o trabalho

feminino. Conforme demonstrado até agora, há falta de espaços capazes de incorporar e valorizar o papel da mulher na sociedade. Esse é um tema que requer maiores discussões, com a finalidade de mudar o *habitus* cultural – que, como disse Bourdieu (*apud* NOGUEIRA & NOAGUEIRA, 2006), é durável mas não imutável. A representante do MDA reconhece alguns desses limites e acrescenta:

Eu te diria, pra fechar, que o financiamento pra agricultura familiar, pras agricultoras familiares e pras assentadas da reforma agrária, ele não é uma solução em si. Ele é um instrumento que ajuda a construção de autonomia, mas ele tem que necessariamente vir acompanhado de uma política de organização das mulheres que é o papel dos movimentos sociais de mulheres, e de políticas complementares de inclusão das mulheres no campo. A exemplo do que é ampliação da cidadania com a documentação civil básica trabalhista, a exemplo das ações de assistência técnica, de comercialização. Enfim, uma política integral de inclusão das mulheres na economia. Não podemos discutir o financiamento deslocado de outras medidas pra promoção de uma autonomia econômica que seja uma autonomia real [Representante do MDA – Goiânia]⁶¹.

Uma política de crédito que inclua questões ligadas ao gênero precisa olhar a especificidade do trabalho feminino, que inclui as atividades domésticas e o cuidado com os outros, porém sem reforçar os papéis tradicionais. Deve também considerar a condição econômica real das mulheres, ou seja, a falta de bens materiais em seu nome ou em seu poder. Para que a política de crédito possa gerar empoderamento, precisa ser diferenciada daquilo que o sistema produtivista considera lucrativo. Não se trata de as agricultoras não poderem exercer atividades lucrativas: o que ocorre é que isso só terá maior probabilidade de acontecer depois que se conseguir financiar as atividades ditas “femininas” e, a partir delas, almejar outras esferas que lhes tragam retorno econômico. A redução das desigualdades de gênero começa pela possibilidade de a mulher autofinanciar-se, sem ter que depender do apoio financeiro do marido para poder exercer sua profissão de agricultora.

⁶¹ Essa entrevista foi realizada em junho de 2006.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tratar do empoderamento econômico das mulheres rurais não é um tema fácil, mas é necessário. Ao iniciarmos a presente pesquisa, a pergunta norteadora foi-se: o Pronaf Mulher é capaz de empoderar economicamente as mulheres? Em síntese, o Pronaf Mulher na forma que está, ajuda no aumento da renda e na melhoria da qualidade de vida dos membros da família, mas não é o suficiente para gerar o empoderamento econômico das mulheres rurais. A discussão teórica que realizamos sobre o empoderamento econômico mostrou que essa é uma das condições necessárias para as mudanças nas relações sociais desiguais entre homens e mulheres. Tais mudanças implicam relações mais democráticas no espaço familiar, dando às mulheres o papel de agente da sua própria história. Entretanto, como bem sabemos, essas mudanças nem sempre são harmoniosas, embora tenhamos escutado em campo que elas devem ocorrer pela via do diálogo. Indicamos no capítulo IV que a compreensão que se tem de diálogo é que ele realiza-se por meio de um consenso pacífico, harmonioso e sem discordâncias. A pesquisa, porém, levou-nos à conclusão de que será preciso mais que boa vontade e diálogo entre marido e mulher, pais e filhos, e destes com as instituições que os cercam para que as relações mudem. Uma organização maior das mulheres em movimentos reivindicatórios e políticas públicas adequadas mostram-se imprescindíveis; além disso, há também a necessidade de uma abertura maior para a inclusão do tema gênero em todas as instituições sociais, das quais citamos, a partir desta pesquisa, a igreja, a escola, o banco e associações diversas.

Nossas observações empíricas sobre o acesso das mulheres aos créditos Pronaf-Custeio e Pronaf-Mulher apontaram diferenças no uso e nos benefícios resultantes de uma e de outra modalidade do crédito. De modo geral observamos que o Pronaf-Custeio não acarretou mudanças significativas na vida das mulheres, ao contrário do Pronaf-Mulher, que trouxe benefícios pessoais, como a melhoria nas condições de saúde, e familiares, com a melhoria do bem-estar da família e o aumento da renda.

Todavia, entendemos que o Pronaf-Mulher, da forma que está sendo implementado, não é suficiente para proporcionar autonomia e empoderamento econômico às mulheres rurais, embora tenhamos que considerar sua relevância em termos de melhorias nas condições de vida e de mudança nas relações sociais. O aumento da renda e o acesso das mulheres ao espaço do banco são, sem dúvida, mudanças culturalmente significativas na cultura machista

que, até o momento, considerava o espaço do banco como um espaço masculino. Por outro lado, o trabalho de campo também mostrou que essa conquista não tem sido fácil, pois esses espaços – banco de um lado e família de outro – nem sempre vêm essas mudanças com bons olhos.

Percebe-se ainda a força da visão naturalizada dos papéis atribuídos a homens e mulheres, mesmo pelas próprias mulheres quando dizem, por exemplo, que é melhor que o homem busque o crédito. Em alguns casos, as mulheres não têm uma compreensão clara de quem está sendo beneficiado, como quando, apesar de elas também assinarem o contrato, o crédito sair apenas em nome do marido. Nessa situação, pode-se ter a ilusão de que o casal usufrui dos mesmos benefícios e de que ambos têm os mesmos desejos, reforçando a idéia de que o casamento é eterno e de que todos opinam, inclusive os filhos maiores. Na verdade, quem está decidindo é o homem (marido e pai). A concentração do poder de decidir nas mãos do homem não leva em conta as mudanças geracionais que vêm ocorrendo no meio rural, com os casamentos informais, as separações, os novos arranjos familiares e a busca de autonomia por parte das mulheres. O resultado é o aumento da insatisfação das mulheres, principalmente das mais jovens.

Insistimos que o Pronaf-Mulher é relevante, mas não o suficiente para realizar o empoderamento econômico das mulheres; ele traz benefícios, mas precisa de flexibilidade tanto institucional quanto normativa. Não há dúvidas de que limitar e definir normativamente o que é uma “atividade feminina” é impor limites às mudanças culturais e facilitar a ressignificação do machismo que divide os papéis sociais segundo o sexo. Também não podemos esquecer que o meio rural brasileiro de modo geral e o catarinense em particular é culturalmente heterogêneo. Definir o que é atividade feminina é restringir a própria liberdade de escolha das mulheres. Uma coisa é poder financiar aquilo de que elas mais precisam, outra é impor que elas financiem apenas atividades que do ponto de vista econômico sejam lucrativas. É necessário que se financiem atividades que propiciem o aumento da autoestima das mulheres e que garanta economicamente sua permanência no espaço rural, para que a migração seja uma opção e não uma condição.

Outro aspecto a ser considerado são as instituições gestoras do crédito – os bancos e as cooperativas. No contexto da pesquisa, observamos alguns agentes de crédito mais flexíveis quanto à inclusão de questões de gênero na liberação dos recursos. Porém, de modo geral há pouca abertura nessas instituições para atender as demandas das mulheres. As agências que

operam o crédito e os órgãos que elaboram e definem as normas de financiamentos para as mulheres precisam estar atentos e sensibilizados para as especificidades das atividades femininas no meio rural, entre as quais a superposição dos trabalhos de produção e de reprodução. Também não se leva em conta que a maioria das mulheres são descapitalizadas, exigindo-se delas, contraditoriamente, os mesmos pré-requisitos usados para os homens na concessão do crédito. Por fim, mas sem esgotar esta ordem de questões, as agências de crédito esquecem que as mulheres não têm, ou raramente têm, propriedades em seu nome e um dos motivos principais disso é que são comumente deserdadas no momento da partilha da terra.

Incluir de fato as mulheres no crédito implica dar oportunidades às menos capitalizadas, não em uma modalidade de assistencialismo, mas por meio da desburocratização do seu acesso e talvez criando novos espaços institucionais para gerir os empréstimos. Também implica ampliar o conceito de crédito, unificando o solidário e o produtivo. Assim, evitar-se-ia que apenas uma parcela de mulheres, as mais capitalizadas, sejam beneficiadas pelo Pronaf, apenas para atingir o mínimo estipulado pela política de cotas que foi resultado de discussões e pressões de eventos nacionais e internacionais.

Usar novos espaços para a concessão do crédito para as mulheres – por exemplo, via grupos de que elas participam, de mães (da Epagri) ou do MMC – é aproximar esse benefício das mulheres, é levá-lo até elas. O crédito para as mulheres deve ser diferenciado, ou seja, precisa contemplar valores sociais que vão além do lucro financeiro. Assim, o aval para conceder-se o crédito precisa considerar os arranjos solidários que as mulheres estabelecem entre si. Esses arranjos são uma espécie de “moeda social”, que aprofunda os laços de sociabilidade entre elas e com a comunidade em que vivem. Essa moeda social pode ser exemplificada pelas trocas de sementes crioulas, de experiências e favores, de receitas e outras relações de reciprocidade. Só assim é possível pensar em diminuir as injustiças sociais que ainda são vividas pelas mulheres – como a restrição da sua liberdade de escolha, da sua autonomia e das suas perspectivas econômicas – e que as tolhem do exercício de sua cidadania.

Conciliar os valores acima com os valores do mercado permite associar valores de uma educação ainda tradicional (mulheres que pensam no bem-estar da família) com valores mais subjetivos voltados à realização pessoal. Sabemos que as mudanças podem ocorrer por meio de rupturas ou por meio de reformas e o crédito pode ser uma das ferramentas para as mudanças nas relações de gênero no meio rural. Para isso, as mulheres também precisam

perceber-se como agentes nesse processo, para que não sejam peça de manobra dos maridos e das instituições financeiras que restringem o crédito a ambos.

De acordo com os relatos de algumas dirigentes do MMC, inicialmente o Pronaf parecia estar de acordo com as reivindicações do movimento. Mas os técnicos que o implementaram redirecionaram essa política, traduzindo-a para uma linguagem economicista e distanciando o crédito da proposta inicial. Nesse contexto, três segmentos da sociedade estão em cena e disputam entre si espaços de decisão: o MMC, o governo e os técnicos (tanto do Banco do Brasil quanto da Epagri). Cada um deles entende o programa a partir de sua óptica. Na visão das mulheres do MMC, o Pronaf-Mulher foi demandado por elas para ser uma política de crédito diferenciada das que existem atualmente para os homens; isto é, queriam um microcrédito que financiasse atividades tidas como femininas: cultivo de sementes (pois a preservação da biodiversidade tem sido historicamente responsabilidade das mulheres), cultivo de plantas medicinais e outras características do entorno doméstico. Essas atividades não são consideradas pelo mercado como passíveis de gerar renda ou lucro.

O discurso do governo tem por objetivo o empoderamento das mulheres, devendo promover sua autonomia e cidadania. As atividades financiadas devem ser aquelas que venham a complementar a renda familiar. Para o banco, a aprovação do projeto está associada à capacidade de pagamento e de geração de renda. Projetos que não apresentem propostas de lucratividade não são aprovados. Esse formato favorece o financiamento de atividades tidas como masculinas, que têm valor de mercado. Para alguns representantes financeiros, “essa linha de crédito veio para preencher o ócio das mulheres rurais”, ou seja, não foi feito para valorizar e reconhecer o trabalho que elas já realizam. Do ponto de vista econômico, o que a mulher faz não é considerado trabalho. Além do mais, o banco não considera a condição histórica de exclusão da mulher e usa pré-requisitos de seleção dos projetos iguais para homens e mulheres. Mesmo em circunstâncias de desigualdade, todos são tratados como iguais, o que é injusto.

A posição dos técnicos da Epagri encontra-se na interface entre as demandas das mulheres e as exigências do banco. São eles que elaboram os projetos para as mulheres e encaminham-nos ao banco. De maneira mais coloquial, diríamos que eles estão no “fogo-cruzado”, pois é deles que se cobra a coerência interna dos projetos, pré-requisito básico para sua aprovação. Além disso, aprovados os projetos ou não, são os técnicos que dão a boa ou má notícia às mulheres; no caso de projetos reprovados, sem contar o esforço despendido à

toa em sua elaboração, são eles que ouvem as reclamações, cobranças e lamentações oriundas das expectativas frustradas.

Para finalizar, entendemos que esta dissertação trouxe apenas algumas das muitas considerações possíveis sobre a importância dos temas de gênero e das políticas de crédito para as mulheres rurais. Sabemos que esses temas requerem novos estudos, pois até o momento há pouca pesquisa na área. O crédito para as mulheres rurais pode a longo prazo ser um instrumento que permita a conexão com políticas de alcance “macro”, ultrapassando a fronteira das políticas setorializadas para uma que contemple verdadeiramente o desenvolvimento local e regional integrado ao global. Em outras palavras, que seja uma política flexível a ponto de atender as demandas dos diversos segmentos sociais (mais capitalizadas e menos capitalizadas) do meio rural e cuja finalidade seja reduzir as desigualdades de gênero e as regionais, ainda tão presentes no Brasil e em Santa Catarina.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec, 1992.
- _____. (org.). **Juventude e agricultura familiar**: desafios dos novos padrões sucessórios. Brasília: Unesco, 1998.
- AGUIAR, S. **Microcrédito**. s/d. Disponível em: http://www.smtdet.com.br/cuiaba_cred.asp. Acesso em: 5.ago.2007.
- ALVES, M. F. P. **Gênero e crédito no Oeste potiguar**: uma experiência de inclusão e articulação. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2007. Disponível em: <http://www.nead.org.br/download.php?form=.pdf&id=357>. Acesso em: 20.jul.2008.
- ALVES, S. D. S. & SOARES, M. M. **Microfinanças**: democratização do crédito no Brasil. Atuação do Banco Central. 3ª ed. Brasília: Banco Central do Brasil, 2006. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br>. Acesso em 16.jul.2007.
- AURAS, M. **Poder oligárquico catarinense**: da “guerra aos fanáticos” do Contestado à “opção pelos pequenos”. São Paulo. Tese (Doutorado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1991.
- BACEN. **Manual do crédito rural**: programa de fortalecimento da agricultura familiar. Brasília: Banco Central do Brasil, 2007. Disponível em: <http://www.bancocentral.gov.br>. Acesso em: 15.nov.2007.
- BARÉA, N. M. O papel das redes nos processos de desenvolvimento rural. *In: Anais da V Jornadas Interdisciplinarias de Estudios Agrarios y agroindustriales*. Buenos Aires, 7 a 9 de novembro de 2007. 1 CD-ROM.
- BARTH, F. Grupos étnicos e suas fronteiras. *In: POUTIGNAT, P. & STREIFF-FENART, J.* (orgs.). **Teorias da etnicidade** – seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. São Paulo: UNESP, 1997.
- BLOEMER, N. **Brava gente brasileira**: migrantes italianos e caboclos nos campos de Lages. Florianópolis: Cidade Futura, 2000.
- BONI, V. **Produtivo ou reprodutivo**: o trabalho das mulheres nas agroindústrias familiares – um estudo na região Oeste de Santa Catarina. Florianópolis. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política). Universidade Federal de Santa Catarina, 2005.
- BOURDIEU, P. **O desencantamento do mundo**: estruturas econômicas e estruturas temporais. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- _____. **Sociologia**. Coleção “Os grandes cientistas sociais”. Organização de Renato Ortiz. São Paulo: Ática, 1983.
- _____. **A dominação masculina**. 4ª ed. Rio de Janeiro: B. Brasil, 2005.
- BOURDIEU, P. & PASSERON, J.-C. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: F. Alves, 1975.

- BRAGA NETO, G. **Política de microcrédito no Brasil**: caracterização, experiência e perspectivas. 2004. Disponível em: <http://www.cra-rj.org.br/site/biblioteca/mono004.asp>. Acesso em: 10.jul.2007.
- BRUMER, A. Mulher e desenvolvimento rural. *In*: PREVESLAU, C.; ALMEIDA, F. R. & ALMEIDA, J. A. (orgs.). **Mulher, família e desenvolvimento rural**. Santa Maria: UFSM, 1996.
- _____. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do rio grande do sul. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1 p. 205-228, 2004.
- BÚRIGO, F. L. **Cooperativa de crédito rural**: agente de desenvolvimento local ou banco comercial de pequeno porte? Florianópolis. Dissertação (Mestrado em Agroecossistema). Universidade Federal de Santa Catarina, 1999.
- _____. **Finanças e solidariedade**: uma análise do cooperativismo de crédito rural solidário no Brasil. Florianópolis. Tese (Doutorado em Sociologia Política). Universidade Federal de Santa Catarina, 2006.
- BUTTO, A. A perspectiva de gênero nos programas de desenvolvimento rural e combate à pobreza no Brasil: políticas públicas. **Anais do Seminário Género y Enfoque Territorial del Desarrollo Rural**. Natal, 14 a 17 de julho de 2003. CD-ROM.
- _____. **Entrevista concedida a Sirlei Aparecida Fernandes**. Goiânia, 11-14.jun.2006.
- CARNEIRO, M. J. Herança e gênero entre agricultores familiares. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 56-81, 2001.
- CARRASCO, C. Introdução: para uma economia feminista. *In*: _____. (org.). **Mujeres y economía**. Nuevas perspectiva para viejos y nuevos problemas. Antrazyt: Icaria, 1998. Disponível em: http://www.agende.org.br/docs/File/dados_pesquisas/politica/Economia%20feminista.pdf. Acesso em: 15.maio.2007.
- CASIMIRO, I. M. **Paz na terra, guerra em casa**: feminismo e organização de mulheres em Moçambique. Maputo: Promédia, 2004.
- CATANI, A. & NOGUEIRA, M. A. **Escritos de Educação**. 7ª ed. Petrópolis: Vozes, 2005.
- CAZELLA, A. A. **Interfaces e (des)articulações entre políticas e atores de desenvolvimento rural**: a cooperativa de crédito rural de São José do Cerrito (SC). Pesquisa “Políticas públicas, atores e desenvolvimento local/territorial: análise sobre três casos do meio rural brasileiro”. Florianópolis: s/n, 2005.
- CAZELLA, A. A. & MATTEI, L. Multifuncionalidade agrícola e pluriatividade das famílias rurais: complementaridades e distinções conceituais. **Anais do VI Congresso de la Asociación Latinoamericana de Sociología Rural**. Porto Alegre, 25 a 29 de novembro de 2002. CD-ROM.
- CEPA. **Avaliação do valor bruto da produção Agropecuária nas microrregiões geográficas de Santa Catarina – 2000-2001**. Florianópolis: Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina-Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural, 2002. Disponível em: <http://cepa.epagri.sc.gov.br:8080/cepa/Publicacoes/VBP.pdf>. Acesso em: 11.jul.2008.
- _____. **Síntese anual da agricultura de Santa Catarina – 2003-2004**. Florianópolis: Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina-Secretaria de Estado

- da Agricultura e Desenvolvimento Rural, 2004. Disponível em: http://cepa.epagri.sc.gov.br/Publicacoes/Sintese_2004.pdf. Acesso em: 20.jul.2008.
- _____. **Turismo no espaço rural**. Florianópolis: Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina-Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural, 2008. Disponível em: http://cepa.epagri.sc.gov.br:8080/cepa/agroturismo/mapa_meso.htm. Acesso em: 11.jul.2008.
- COOPERA1. **Histórico**. Palmitos: Cooperativa A1, 2008. Disponível em: <http://www.coopera1.com.br/historico.htm>. Acesso em: 20.mar.2008.
- CUNHA, E. M. P. 2006. **Sistema universal de cotas para negros na Universidade de Brasília**: um estudo de desempenho. Brasília. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Gestão da Educação). Universidade de Brasília, 2006.
- DEERE, C. & LEÓN, M. **O empoderamento da mulher**. Porto Alegre: UFRGS, 2002.
- DELLA FLORA, A. **Teologia da Libertação e a formação política cristão de uma geração de jovens rurais militantes na diocese de Chapecó-SC**. Florianópolis. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política). Universidade Federal de Santa Catarina, 2007.
- DELLA FLORA, J. **Rosas na coroa, pranto na vida**: a história silenciosa da camponesa oestina ítalo-catarinense 1920-1985. Passo Fundo. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de Passo Fundo, 2005.
- DESER. **Cartilha do Pronaf**. Curitiba: Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais, 2000.
- FEBRABAN. **Bancos em Palmitos**. São Paulo: Federação Brasileira de Bancos, 2008. Disponível em: <http://www.febraban.org.br/agencias/agenciasBairros.asp?municipio=PALMITOS&banco=&uf=SC>. Acesso em: 11.jul.2008.
- FETAESC. **Nova Morada**. São José: Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina, 2008. Disponível em: http://www.fetaesc.org.br/nova_morada2/. Acesso em: 30.jul.2008.
- FREY, K. Governança interativa: uma concepção para compreender a gestão pública participativa? **Política & Sociedade**, Florianópolis, n. 5, p. 117-136, out.2004. Disponível em: <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/1982/1731>. Acesso em: 20.jul.2008.
- GIESE, B. **A atuação política do empresariado catarinense dos ramos têxtil e agroindustrial**: demandas e canais de influência (1970-1985). Florianópolis. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política). Universidade Federal de Santa Catarina, 1991.
- GRANDI, A. B. **Relações de gênero nas famílias agricultoras associadas a mini-usinas de leite no estado de Santa Catarina**. Florianópolis. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política). Universidade Federal de Santa Catarina, 1999.
- GROSSI, M. Conventos e celibato feminino entre camponesas do sul do Brasil. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 1, n. 1, 1995. Disponível em:

<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/HorizontesAntropologicos/article/viewFile/2582/1883>. Acesso em: 20.jul.2008.

- HERNÁNDEZ, C. O. **Política de crédito rural com perspectiva de gênero**: um meio de “empoderamento” para as mulheres rurais? Projeto de Tese submetido ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: digit., 2007.
- IBGE. **Censo agropecuário 1995-1996**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1996. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/1995_1996/default.shtm. Acesso em: 28.jul.2008.
- _____. **Santa Catarina**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2008. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=sc>. Acesso em: 28.jul.2008.
- INCRA-FAO. **Novo retrato da agricultura familiar**: o Brasil redescoberto. Brasília: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação, 2000. Disponível em: <http://www.rlc.fao.org/proyecto/brazil/censo.pdf>. Acesso em: 20.jul.2008.
- LAGO, P. F. **Gente da terra catarinense**. Desenvolvimento e educação ambiental. Florianópolis: UFSC, 1988.
- LAMARCHE, H. **Agricultura Familiar**: comparação internacional. V. II. Campinas: UNICAMP, 1998.
- LAQUEUR, T. **La construcción del sexo**: cuerpo y gênero desde los griegos hasta Freud. Valencia, Espanha: Cátedra, 1994.
- LEÓN, M. Empoderamiento: relaciones de las mujeres con el poder. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 191-206, 2000.
- LISBOA, T. K. **A luta dos sem terra no oeste catarinense**. Florianópolis: UFSC, 1988.
- LOCKS, G. A. **Identidade dos agricultores familiares brasileiros de São José do Cerrito**. Florianópolis. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade Federal de Santa Catarina, 1998.
- LOUARGANT, S. & BENSANEL, L. Une approche de la notion de ressources territorialisées par la problématique de genre. In: GUMUCHIAN, H. & PECQUEUR, B. **La ressource territoriale**. Paris: Economica, 2007.
- MACHADO, P. P. Bugres, tropeiros e birivas: aspectos do povoamento do planalto serrano. In: BRACHER, A. & AREND, S. M. F. (orgs.). **História de Santa Catarina no séc. XIX**. Florianópolis: UFSC, 2001.
- MARQUES, P. E. M. Participação e Pronaf: um estudo do poder dos atores e dos conflitos em torno dos conselhos municipais de desenvolvimento rural. In: SCHNEIDER, S.; SILVA, M. K. & MARQUES, P. E. M. (orgs.). **Políticas e participação social no Brasil rural**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.
- MARTINS, J. S. **A sociabilidade do homem simples**: cotidiano e história na modernidade anômala. São Paulo: Hucitec, 2000.

- MATIAS, I. A. A. **Uma contribuição para a análise crítica do dilema do “reflorestamento”**: o plantio de *pinus* em São José do Cerrito-SC. Florianópolis. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política). Universidade Federal de Santa Catarina, 2007.
- MATTEI, L. Políticas de apoio ao desenvolvimento da agricultura familiar no Brasil: o caso recente do Pronaf. **Anais do IX Encontro Nacional de Estudos do Trabalho**. Recife, 2006. CD- ROM.
- MDA-SC. **Resposta eletrônica enviada a Sirlei Aparecida Fernandes**. Florianópolis, 2.ago.2007.
- MDS. **Programa Bolsa-Família** – o que é. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social, 2008. Disponível em: http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/o_programa_bolsa_familia/o-que-e/. Acesso em: 29.jul.2008.
- MELLO, M. Transformações sociais recentes no espaço rural do Oeste de Santa Catarina: migração, secessão e celibato. **Anais do XLIV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**. Fortaleza, julho de 2006. CD-ROM
- MELO, L. A. **Relações de gênero na agricultura familiar**: o caso do Pronaf em Afogados da Ingazeira. Recife. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal de Pernambuco, 2003.
- MELO, M. A. Estado, governo e políticas públicas. In: MICELI, S. (org.). **O que ler na Ciência Social brasileira (1970-1995)**. V. III: Ciência Política. São Paulo: Sumaré, 1999.
- MIGUEL, L. F. Teoria política feminista e liberalismo: o caso das cotas de representação. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 15, n. 44, p. 253-267, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v15n44/4149.pdf>. Acesso em: 20.jul.2008.
- MOMBELLI, R. **“Mi soi italian gracia a dio”**: identidade étnica e separatismo no Oeste catarinense. Florianópolis. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade Federal de Santa Catarina, 1996.
- MOUFFE, C. **O retorno do político**. Lisboa: Gradativa, 1993.
- NEAD. **Cirandas do Pronaf para Mulheres**. Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2005. Disponível em: <http://www.nead.org.br/download.php?form=.pdf&id=318>. Acesso em: 20.jul.2008.
- NEVES, D. P. **A agricultura familiar e o claudicante quadro institucional**. Trabalho apresentado no IV Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção, realizado em Belém (Pará), em 22 de março de 2001. Disponível em: http://ww.prudente.unesp.br/dgeo/nera/Bernardo2006_bibliografia/Agricultura_Familiar.pdf. Acesso em: 12.jul.2006.
- NEVES, S. C. Luta anti-racista: entre reconhecimento e redistribuição. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 20, n. 59, p. 81-96, 2005. Disponível em: <http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=10705906&iCveNum=7292>. Acesso em: 20.jul.2008.

- NOBRE, M. Diálogos entre Economia Solidária e Economia Feminista. Disponível em: <http://www.nead.org.br/index.php?acao=artigo&id=24>. Acesso em: 20.jul.2008.
- NOGUEIRA, M. A. & NOGUEIRA, C. M. M. **Bourdieu e a educação**. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- OLIVEIRA, R. D. **O elogio da diferença: o feminino emergente**. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- PAULILO, M. I. **A integração no Sul do estado de Santa Catarina**. Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1987a.
- _____. O peso do trabalho leve. **Ciência Hoje**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 28, p. 64-70, 1987b.
- _____. **Produtor e agroindústria: consensos e dissensos**. Florianópolis: UFSC, 1990.
- _____. Estado e exclusão em Santa Catarina no século XIX. **Revista Etnia**, Olavarria, n. 40-41, p. 47-59, 1995.
- _____. **Terra à vista... e ao longe**. 2ª ed. Florianópolis: UFSC, 1998.
- _____. Movimento de Mulheres Agricultoras: terra e matrimônio. **Cadernos de Pesquisa**, Florianópolis, n. 21, abr.2000. Disponível em: <http://www.cfh.ufsc.br/~naf/index2.html>. Acesso em: 20.jul.2008.
- _____. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 229-252, 2004a. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v12n1/21700.pdf>. Acesso em: 12.jun.2007.
- _____. **A importância social do trabalho doméstico**. 2004b. Disponível em: <http://www.luci.com.br/textoignez.html>. Acesso em: 20.dez.2004.
- _____. **Movimientos de mujeres agricultoras y los muchos sentidos de la “igualdad de género”**. Trabalho apresentado no LII Congresso Internacional de Americanistas, realizado em Sevilha (Espanha), em 17-21.jul.2006a. Disponível em: <http://www.ufsc.cfh~naf>. Acesso em: 20.abr.2008.
- _____. El género y la clase en los movimientos de mujeres agricultoras de Brasil. **Agricultura, Sociedad y Desarrollo**, v. 3, n. 2, p. 175-196, jul.-dec.2006b. Disponível em: <http://www.colpos.mx/asyd/volumen3/numero2/asd-07-010.pdf>. Acesso em: 20.jul.2008.
- PELLEGRINI DA ROSA, E. **Gênero e habitação: participação e percepção feminina na construção de viveres**. Florianópolis. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política). Universidade Federal de Santa Catarina, 2007.
- PINTO, C. R. J. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.
- PNUD. **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil**. Brasília: Programa da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2003. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/atlas/>. Acesso em: 30.agosto.2007.
- PRADO, M. A. M. A psicologia comunitária nas Américas: o individualismo, o comunitarismo e a exclusão do político. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 15, n. 1, p. 201-210, 2002. Disponível em: <http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/188/18815121.pdf>. Acesso em: 2.jul.2008.

- PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Histórico da criação dos ministérios e órgãos da Presidência da República**. Legislação básica. Ministérios. Brasília: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/Infger_07/ministerios/Ministe.htm. Acesso em: 16.jun.2008.
- RENK, A. **A luta da erva: um ofício étnico no Oeste catarinense**. Chapecó: Grifos, 1997.
- RODRIGUES, D. P. **A consciência de classe dos papeteiros serranos**. Florianópolis. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política). Universidade Federal de Santa Catarina, 1999.
- SAFFIOTI, H. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.
- SAMPEDRO GALEGO, R. Mujeres, del campo: los conflictos de género como elemento de transformación social del mundo rural. In: LEÓN, M. (org.). **El campo y la ciudad**. Sociedad rural y cambio social en España. Madrid: Ministério da Agricultura, 1996.
- SCHAAF, A. **Jeito de mulher rural: a busca de direitos sociais e da igualdade de gênero no Rio Grande do Sul**. Passo Fundo: UPF, 2001.
- SCHERER-WARREN. I. O caráter dos novos movimentos sociais. In: SCHERER-WARREN, I. & KRISCHKE, P. J. (org.). **Uma revolução no cotidiano?** Os novos movimentos sociais na América Latina. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- _____. **Redes de movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 1993.
- SCHNEIDER, S.; CAZELLA, A. A. & MATTEI, L. Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In: SCHNEIDER, S.; SILVA, M. K. & MARQUES, P. E. M. (orgs.). **Políticas públicas e participação social no Brasil rural**. Porto Alegre: da UFRGS, 2004.
- SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e realidade**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, jul.-dez.1990.
- _____. Entrevista. **Revista Estudos Feminista**, Florianópolis, v. 6, n. 1, p. 114-124, 1998.
- _____. “*La querelle des femmes*” no final do século XX. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 367-388, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n2/8631.pdf>. Acesso em: 20.jul.2008.
- SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SEN, G. & GROWN, K. **Desarrollo, crisis y enfoques alternativos: perspectivas de la mujer en el Tercer Mundo**. Ciudad de México: Colegio de México, 1988.
- SEPLAN. **Atlas escolar de Santa Catarina**. Florianópolis: Secretaria de Estado de Coordenação Geral e Planejamento, 1991.
- SILVA E. F. **O fracasso da oposição no poder em Lages: 1972-1982**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1994.
- SILVESTRO, M. L.; ABRAMOVAY, R.; MELLO, M. A.; DORIGON, C. & BALDISSERA, I. T. **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar**. Florianópolis: Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina, 2001. Disponível em: <http://www.nead.org.br/download.php?form=.zip&id=116>. Acesso em: 20.jul.2008.

- SIMMEL, G. O dinheiro na cultura moderna. *In*: SOUZA, J. & OLZE, B. (orgs). **Simmel e a modernidade**. Brasília: UNB, 1998.
- TAMANINE, M. Cosmologia e o mundo das deusas. *In*: SARTORI, A. J. & BRITTO, N. S. (org.). **Gênero na educação: espaço para a diversidade**. 2ª ed. Florianópolis: Genus, 2006.
- TAQUES, F. **Movimento GLBT em Santa Catarina: a questão do empoderamento**. Florianópolis. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política). Universidade Federal de Santa Catarina, 2007.
- VEIGA, J. E. **Cidades imaginárias**. O Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas: Autores Associados, 2002.
- VIGNATTI, C. 2008. **Biografia**. Brasília: Câmara dos Deputados. Disponível em: <http://www.meuparlamentar.com.br/vignatti/>. Acesso em: 20.jul.2008.
- WEBER, M. **Economia e sociedade: fundamentos da Sociologia Compreensiva**. V. I. Brasília: UNB, 1999.
- WIKIPÉDIA. **Santa Catarina**. s/d. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Santa_catarina. Acesso em: mar.-out.2007.
- YUNUS, M. **O banqueiro dos pobres**. São Paulo: Ática, 2000.
- ZELIZER, V. A. The Social Meaning of Money: "Special Monies". **American Journal of Sociology**, Chicago, v. 95, n. 2, p. 342-377, Sept.1989.

ANEXOS

PLANO SAFRA 2007/2008 CONDIÇÕES DO CRÉDITO RURAL DO PRONAF

Fonte MDA

GRUPO	PÚBLICO	MODALIDADE	FINALIDADE	CRÉDITO/TETO	JUROS	BÔNUS DE ADIMPLÊNCIA (2)	PRAZO	CARÊNCIA
Pronaf A	Produtores (as) assentados (as) da Reforma Agrária ou beneficiários (as) do Programa Nacional de Crédito Fundiário – PNCF do INCRA.	Investimento.	Estruturação dos lotes dos (as) assentados(as).	Até R\$ 16,5 mil + R\$ 1,5 mil p/ ater.	0,5% a.a.	De 46% se houver assistência técnica ou 40% nos demais casos aplicados em cada operação.	Até 10 anos.	Até 5 anos dependendo do projeto técnico ou até 3 anos nos demais casos.
Pronaf Grupo A Complementar	Agricultores(as) assentados(as) pelo Programa Nacional da Reforma Agrária – PNRA do INCRA, beneficiários(as) do Programa Nacional de Crédito Fundiário – PNCF que contrataram até 01/08/2002 e/ou beneficiários do Programa de Recuperação de Assentamentos – PRA do INCRA.	Investimento.	Recuperação das Unidades Familiares dos(as) agricultores(as) assentados(as).	Até R\$ 6 mil.	1% a.a.	Não contempla.	Até 10 anos.	Até 3 anos.
Pronaf A/C	Produtores(as) egressos(as) do Grupo A ou do PROCERA.	Custeio (1)(3).	Custeio de atividades agropecuárias.	De R\$ 500,00 até R\$ 3,5 mil (até 3 operações).	1,5% a.a.	De R\$ 200,00 em cada operação, restrito a apenas um bônus por ano agrícola.	Até 2 anos.	Não se aplica.
Pronaf B	Agricultores(as) familiares com renda bruta anual de até R\$ 4 mil.	Investimento e custeio no caso da mamona para o Programa Nacional do Biodiesel.	Investimento para atividades agropecuárias e não-agropecuárias desenvolvidas no meio rural e custeio da mamona para o Programa Nacional do Biodiesel.	Até R\$ 1,5 mil por operação.	0,5% a.a.	De 25% aplicados em cada operação até o valor acumulado financiado de R\$ 4 mil. Após o limite de R\$ 4 mil, operações sem bônus de adimplência.	Até 2 anos.	Não se aplica.
Pronaf C	Agricultores(as) familiares com renda bruta anual acima de R\$ 4 mil e até R\$ 18 mil.	Investimento(5) e Custeio (1)(3)(4).	Investimento e custeio para atividades agropecuárias, turismo rural, artesanato e outras atividades no meio rural de acordo com projetos específicos.	Investimento: de R\$ 1,5 mil até R\$ 6 mil Custeio: de R\$ 500,00 até R\$ 5 mil	Investimento: 2% a.a. Custeio: 3% a.a.	Investimento: R\$ 700,00 por produtor(a); (até 2 operações) Custeio: R\$ 200,00 por produtor(a); (até 6 operações)	Investimento: até 8 anos. Custeio: até 2 anos.	Investimento: até 5 anos.
Pronaf D	Agricultores(as) familiares com renda bruta anual acima de R\$ 18 mil e até R\$ 50 mil.	Investimento(5) e Custeio (1)(3)(4).	Investimento e custeio para atividades agropecuárias, turismo rural, artesanato e outras atividades no meio rural de acordo com projetos específicos.	Investimento: até R\$ 18 mil Custeio: até R\$ 10 mil	Investimento: 2% a.a. Custeio: 3% a.a.	Não contempla.	Investimento: até 8 anos. Custeio: até 2 anos.	Investimento: até 5 anos.

Pronaf E	Agricultores(as) familiares com renda bruta anual acima de R\$ 50 mil e até R\$ 110 mil.	Investimento(5) e Custeio (1).	Investimento e custeio para atividades agropecuárias, turismo rural, artesanato e outras atividades no meio rural de acordo com projetos específicos.	Investimento: até R\$ 36 mil Custeio: até R\$ 28 mil	5,5% a.a..	Não contempla.	Investimento : até 8 anos. Custeio: até 2 anos.	Até 5 anos.
Pronaf Agroindústria	Produtores (as) familiares, cooperativas e associações que desejam beneficiar ou industrializar a produção.	Investimento.	Investimento para implantação de pequenas e médias agroindústrias ou ampliação, recuperação e modernização de unidades agroindustriais.	Até R\$ 18 mil	2% a.a. para os Grupos A/C, B, C e D. 5,5% a.a. para o Grupo E.	Não contempla.	Até 8 anos. Até 16 anos no FNE, FNO, FCO.	Até 5 anos.
Pronaf Custeio - Agroindústrias Familiares e de Comercialização da Agricultura Familiar	Produtores (as) familiares, cooperativas e associações que desejam beneficiar ou industrializar a produção.	Custeio.	Custeio para beneficiamento, industrialização e comercialização da produção.	Crédito Individual: até R\$ 5 mil Crédito formas associativas: até R\$ 2 milhões	4% a.a.	Não contempla.	Até 12 meses.	Não se aplica.
Pronaf Cota-Parte	Agricultores(as) familiares filiados(as) à cooperativas de produção de produtores rurais.	Custeio, Investimento e capital de giro.	Integralização de cotas-partes, aplicação em capital de giro, custeio ou investimento.	Crédito Individual: até R\$ 5 mil	4% a.a.	Não contempla.	Até 6 anos para investimento fixo. Até 3 anos nos demais casos.	A ser definido no projeto
Pronaf Mulher	Mulheres agricultoras independente do estado civil.	Investimento (uma única operação de crédito).	Investimento para atividades agropecuárias, turismo rural, artesanato e outras atividades no meio rural de interesse da mulher agricultora.	Grupos A, A/C e B: até R\$ 1,5 mil Grupo C: até R\$ 6 mil. Grupo D: até R\$ 18 mil Grupo E: até R\$ 36 mil	Grupos A, A/C e B: 0,5% a.a. Grupos C e D: 2% a.a. Grupo E: 5,5% a.a.	Grupos A, A/C e B: de 25% sobre cada parcela. Grupo C: R\$ 700,00 por produtora.	Grupos A, A/C e B: até 2 anos. Grupos C, D e E: até 8 anos.	Grupos C, D e E: até 5 anos.
Pronaf Jovem	Jovens agricultores(as) familiares, entre 16 a 29 anos, que tenham no mínimo 100 horas de cursos ou estágios.	Investimento (uma única operação de crédito).	Investimento para atividades agropecuárias, turismo rural, artesanato e outras atividades no meio rural de interesse do(a) jovem agricultor(a) rural.	Até R\$ 6 mil	1% a.a.	Não contempla.	Até 10 anos.	Até 5 anos dependendo do projeto técnico e até 3 anos nos demais casos.
Pronaf Convivência com o Semi-Árido	Agricultores(as) familiares enquadrados(as) nos Grupos: A, A/C, B, C ou D.	Investimento.	Investimento em infra-estrutura hídrica (50% do valor) e demais infra-estruturas de produção agropecuária.	Até R\$ 6 mil	1% a.a.	Não contempla.	Até 10 anos.	Até 3 anos.

Pronaf Floresta	Agricultores(as) familiares dos Grupos: A, A/C, B, C ou D.	Investimento.	Implantação de projetos de sistemas agroflorestais, exploração extrativista ecologicamente sustentável e plano de manejo e manejo florestal.	Recursos do FNE, FNO, FCO (6), Grupo B: até R\$ 2 mil Grupo C: até R\$ 8 mil Grupo D: até R\$ 12 mil Recursos dos Fundos para outras finalidades ou recursos das demais fontes Grupo B: até R\$ 1,5 mil Grupo A, A/C e C: até R\$ 5 mil Grupo D: até R\$ 7mil	2% a.a.	Não contempla.	FNE, FNO, FCO: até 16 anos. Outras Fontes: até 12 anos.	Até 8 anos.
Pronaf Agroecologia	Agricultores(as) familiares enquadrados(as) nos Grupos: C ou D ou E, que desenvolvam sistemas de produção agroecológicos e/ou orgânicos.	Investimento.	Investimento para implantação dos sistemas de produção agroecológicos e/ou orgânicos.	Grupo C: até R\$ 6 mil Grupo D: até R\$ 18 mil Grupo E: até 36 mil	Grupos C e D: 2% a.a. Grupo E: 5,5% a.a.	Não contempla.	Até 8 anos.	Até 3 anos.
Pronaf ECO Sustentabilidade Ambiental	Agricultores familiares enquadrados nos Grupos C, D ou E.	Investimento.	Investimento para implantação, utilização ou recuperação de tecnologias de energia renovável, biocombustíveis, armazenamento hídrico, pequenos aproveitamentos hidroenergéticos e silvicultura.	Grupo C: até R\$ 6mil Grupo D: até R\$ 18mil Grupo E: até R\$ 36mil	Grupos C e D: 2% a.a. Grupo E: 5,5% a.a.	Não contempla.	Até 12 anos para projetos de silvicultura e até 8 anos nos demais casos.	Até 8 anos para projetos de silvicultura e 3 anos ou até 5 anos nos demais casos, dependendo do projeto técnico.

Quanto às garantias – consulte o Banco, pois há casos em que não são exigidas garantias, apenas garantia pessoal do produtor(a).

1. Nos casos dos custeios agrícolas é obrigatória a adesão ao PROAGRO MAIS, para o Grupo E, pode-se optar entre o Proagro e o Proagro Mais.

2. O(A) produtor(a) somente fará jus ao bônus se pagar as parcelas do financiamento em dia.

3. Os limites de crédito de custeio podem ser elevados em 30% quando destinados as lavouras de arroz, feijão, mandioca, milho e trigo.

4. Os limites podem ser ampliados em 50% para projetos de bovinocultura de corte ou de leite, bubalinocultura, carcinicultura, piscicultura, fruticultura, olericultura e ovinocaprino cultura, avicultura e suinocultura desenvolvidas fora do regime de parceria ou integração com agroindústrias; sistemas agroecológicos ou orgânicos de produção.

5. Os limites podem ser ampliados em 50% para projetos de bovinocultura de corte ou de leite, bubalinocultura, carcinicultura, piscicultura, fruticultura, olericultura e ovinocaprino cultura e em projetos de infra-estrutura hídrica, inclusive aquelas atividades relacionadas com projetos de irrigação e demais estruturas produtivas que visem dar segurança hídrica ao empreendimento; avicultura e suinocultura desenvolvidas fora do regime de parceria ou integração com agroindústrias; sistemas agroecológicos ou orgânicos de produção; atividades relacionadas com o turismo rural; aquisição de máquinas, tratores e implementos agrícolas, veículos utilitários, embarcações, equipamentos de irrigação, equipamentos de armazenagem e outros bens dessa natureza destinados especificamente à agropecuária, exceto veículos de passeio.

6. Exceto para os Grupos A e A/C

7. Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar – PGPAF: Garantia de preços para os agricultores(as) familiares que acessaram os créditos de custeio a partir da safra 2006/2007 para a produção de milho, mandioca, arroz, feijão, soja e leite.